

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM LETRAS PORTUGUÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

PARANAGUÁ
2018

COORDENADORA DOS CURSOS DE LETRAS PORTUGUÊS/INGLÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS:

Profa. Dra. Ivone Ceccato

EQUIPE RESPONSÁVEL

Colegiado de Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas:

Professores Efetivos

Adilson do Rosário Toledo
Alessandra da Silva Quadros Zamboni
Beatriz Avila Vasconcelos
Catia Toledo Mendonça
Cristian Pagoto
Daniela Zimmermann Machado
Dulce Elena Coelho Barros
Ednilson Assenção Luiz
Ivone Ceccato
Maurício José Pereira
Moacir Dalla Palma

Professores Colaboradores

Dário Ferreira Sousa Neto
Dinair Iolanda da Silva Natal
Eugenio da Silva Lima
Jordana Cristina Blos Veiga Xavier
Kathiely Balduino
Márcia Cristina do Carmo
Mircia Hermenegildo Salomão Conchalo
Nilceu Romi Kerecz Tavares
Rafael Magno de Paula Costa

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Ivone Ceccato
Alessandra da Silva Quadros Zamboni
Beatriz Ávila Vasconcelos
Cátia Toledo Mendonça
Daniela Zimmermann Machado

**PARANAGUÁ
2018**

PROJETO POLÍTICO DO CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS DA UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ

1 CURSO	3
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	3
2 LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO	4
2.1 DE CRIAÇÃO DA IES.....	4
2.2 DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO.....	4
2.3 DE RECONHECIMENTO DO CURSO.....	4
2.4 LEGISLAÇÃO BÁSICA.....	4
2.5 ADEQUAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES.....	6
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	8
3.1 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO.....	8
3.2 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS DO CAMPUS DE PARANAGUÁ.....	14
3.2.1 MATRIZ EM VIGOR DE 2005 A 2018:.....	14
3.2.3 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO.....	15
3.2.4 DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS.....	18
3.2.5 DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	20
3.2.6 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO.....	22
4 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	24
4.1 DISCIPLINAS REGULARES.....	24
4.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS.....	32
5 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS	43
5.1 DIMENSÃO HISTÓRICA.....	43
5.1.1 A UNESPAR.....	43
5.1.2 HISTÓRICO DO CURSO DE LETRAS.....	44
5.1.3 OS CURSOS DE LETRAS DA UNESPAR.....	45
5.1.4 HISTORICIZANDO A UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ.....	47
5.2 OBJETIVOS.....	49
5.2.1 OBJETIVO GERAL.....	49
5.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	50
6 BASES EPISTEMOLÓGICAS	52
6.1 SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE.....	52
6.2 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA.....	55
6.3 CONCEPÇÃO DE LITERATURA.....	57
6.4 CONCEPÇÃO DE ENSINO DE LÍNGUA.....	61
7. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM	66
7.1 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	66
7.2 INTEGRAÇÃO CURRICULAR.....	70
7.3 VISÃO DE ESTÁGIO.....	72
7.5 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM.....	72
7.4 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC).....	72
7.5.1 DIMENSÃO AVALIATIVA.....	75

7.5.2 AVALIAÇÕES DO CORPO DISCENTE.....	76
7.5.3 AVALIAÇÕES DO CORPO DOCENTE.....	79
7.5.4 AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	79
8 PERFIL DO PROFISSIONAL.....	80
8.1 PERFIL DO INGRESSANTE.....	80
8.2 PERFIL DO EGRESSO.....	85
9 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS.....	88
10 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO....	90
11 DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	92
12 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC).....	95
13 CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO.....	96
13.1 RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:.....	101
13.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	101
14 INFRAESTRUTURA DE APOIO.....	103
14.1 RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....	104
14.2 RECURSOS FÍSICOS.....	105
14.3 RECURSOS MATERIAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO.....	106
14.4 RECURSOS DO LABORATÓRIO DE LÍNGUAS.....	107
14.5 BIBLIOTECA.....	108
REFERÊNCIAS.....	110
ANEXOS.....	117
ANEXO A: REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO.....	118
ANEXO B: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC).....	132
ANEXO C: REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DOS CURSOS DE LETRAS DA UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ.....	141

1 CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS E RESPECTIVAS LITERATURAS

CAMPUS: Paranaguá

CENTRO DE ÁREA: Centro de Ciências Humanas, Biológicas e da Educação

TURNO: Noturno

LOCAL DE OFERTA: Paranaguá

CARGA HORÁRIA: Em horas/relógio: 3.610 Em horas/aula: 4.212

HABILITAÇÃO: Língua Portuguesa e respectivas literaturas

MODALIDADE: Licenciatura

REGIME: Seriado anual com disciplinas anuais

PERÍODO DE FUNCIONAMENTO: Noturno

PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO: Mínimo de 4 anos e máximo de 6 anos para conclusão

NÚMERO DE VAGAS: 40

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2019

2 LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

2.1 DE CRIAÇÃO DA IES

- Criação: Decreto nº 4.144 de 13/08/1956, de criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá.
- Autorização: Decreto nº 47.667 de 19/08/1960.
- Reconhecimento: Decreto nº 54.335 de 30/09/1964.
- Instituída como Fundação de Direito Público pelo Decreto nº 21.970 de 21/12/1970 (FUNFAFI) e transformada em Autarquia conforme Lei nº 9.663 de 16/06/1991 (FAFIPAR).
- Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para criação da UNESPAR.
- Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para credenciamento da UNESPAR.

2.2 DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO

- Decreto Federal nº 79.261, de 14 de fevereiro de 1977.

2.3 DE RECONHECIMENTO DO CURSO

- Decreto Federal nº 302, de 14 de abril de 1981.
- Renovação de Reconhecimento através do Decreto Estadual nº 5.031 de 15 de setembro de 2016.

2.4 LEGISLAÇÃO BÁSICA

- Parecer CNE/CP nº 28/01, que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível

superior, curso de licenciatura, de graduação plena;

- Parecer CNE/CP nº 9/01, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 27/01, que dá nova redação ao item 3.6, alínea c, do Parecer CNE/CP nº 9/01, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CP nº 109/02, que esclarece a aplicação da Resolução de carga horária para os cursos de Formação de Professores;
- Resolução CNE/CP nº 2/02, que institui a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CP nº 1/02, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena;
- Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras;
- Resolução CNE/CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior;
- Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras;
- Resolução CNE/CP nº 1/2004, Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
- Resolução CNE/CES nº 3/2007, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora-aula, e dá outras providências;
- Lei 9795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política

Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;

- Decreto Nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências;
- Deliberação CEE/PR nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental;
- Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e dá outras providências;
- Decreto Federal 5626_2005, que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000;
- Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- Resolução CNE/CP nº 002/2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

2.5 ADEQUAÇÃO DOS CONTEÚDOS CURRICULARES

Em atendimento à legislação educacional vigente, as seguintes adequações serão realizadas conforme o quadro abaixo:

ADEQUAÇÕES DOS CONTEÚDOS CURRICULARES	LEGISLAÇÃO	FORMA DE ATENDIMENTO
Adequação dos Conteúdos Curriculares à Língua Brasileira de Sinais	Parecer CNE/CES 776/1997	O curso possui a disciplina de Língua Brasileira de Sinais, ministrada no 1º ano, com carga horária de 60h. Possui também 3 professores intérpretes, que atuam junto aos acadêmicos dos cursos do <i>campus</i> e em eventos promovidos pela instituição.
Adequação dos Conteúdos Curriculares à Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira	Resolução nº 02/2004	A abordagem da história e da cultura afro-brasileira se dará nas disciplinas de Tópicos em Educação e Cultura (1º ano), e de Variação e Mudança Linguística (2º ano). A educação das relações étnico-raciais ocorrerá constantemente ao longo do curso, especialmente nas disciplinas de Tópicos de Compreensão e Produção de Textos II (2º ano), Tópicos de Literatura Brasileira II (3º ano), Tópicos de Literatura III (4º ano), Literatura Infante-Juvenil (4º ano), e ao longo do curso, sempre que se fizer necessário.
Adequação dos Conteúdos Curriculares à Política Nacional de Educação Ambiental	Lei nº 9.795/1999	O ensino referente à educação ambiental ocorrerá de modo transversal por meio das disciplinas de Tópicos em Educação e Cultura (1º ano), Tópicos em Literatura Brasileira I e Tópicos em Literatura Portuguesa I e II (respectivamente 2º e 3º ano), Literatura Ocidental (2º ano), e sempre que se fizer necessário.
Adequação dos Conteúdos Curriculares à Educação em Direitos Humanos	Resolução CNE/CP 01/2012	O ensino referente à educação em Direitos Humanos ocorrerá de modo transversal por meio das disciplinas de Compreensão e Produção de Textos II (2º ano), Variação e Mudança Linguística (2º ano), Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas (3º ano), Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa (3º ano), Metodologia do Ensino de Literatura (3º ano), Estudos do Discurso (4º ano), e sempre que se fizer necessário.
Adequação dos conteúdos curriculares aos Direitos das Pessoas com Transtorno do Espectro Autista	Lei 12.764/2012	O curso de Letras Português abordará esses Direitos na disciplina de Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência (3º ano) e na disciplina de Literatura Infante-Juvenil (4º ano). Além disso, o curso estará atento à identificação dos estudantes portadores desse transtorno, bem como procederá ao encaminhamento para o correto atendimento desses estudantes.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

3.1 JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

A UNESPAR é uma instituição pública estadual que tem como objetivo oferecer educação pública, gratuita e de qualidade, buscando o desenvolvimento social, tecnológico e econômico do país e da região. Em vista do exposto, visando a atender à demanda local e regional, propomos a reestruturação do curso de Licenciatura em Letras Português e Respectivas Literaturas.

O curso atende prioritariamente à demanda dos sete municípios que compõem a região litorânea paranaense, em um total de 288.055 habitantes, em uma área de 6.050,187 km². O curso de Letras da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá é o único formador de professores de línguas desta região.

A presente proposta curricular expõe os anseios de uma sociedade que necessita de professores qualificados profissionalmente, o que inclui não apenas a sua formação específica, mas também a sua formação humana, pedagógica e cidadã. Além disso, a grade curricular busca contemplar também a constituição mais ampla desses profissionais como seres humanos capazes de compreender as necessidades de seus alunos e como cidadãos capazes de compartilhar dos princípios de uma sociedade plural e democrática.

Assim sendo, manifesta-se neste projeto a preocupação com a formação de licenciados preparados para proporcionar a seus alunos experiências formativas que ampliem suas competências em língua materna, com ênfase na leitura crítica e na escrita competente e autoral de diferentes gêneros textuais que circulam em nossa sociedade, o que é essencial à inserção dos sujeitos nos processos de interação social e de participação cidadã. Espera-se, além disso, que esses licenciados, apropriando-se dos referenciais críticos e estéticos para uma abordagem ampla do texto literário, sejam capazes de contribuir efetivamente para o desenvolvimento da cultura da leitura literária e para a divulgação de nossa ampla

literatura entre seus alunos e alunas, tornando-os partícipes desse nosso relevante patrimônio cultural, o que é direito a toda cidadã e cidadão de nosso país.

O trabalho do professor de Língua Portuguesa é um trabalho de visceral relevância também por sua dimensão sócio-política e cultural, pois o domínio amplo do idioma materno diz diretamente respeito às possibilidades de inclusão social e cultural dos indivíduos e à sua participação nos processos de decisão de nossa sociedade. Como afirma Magda Soares em sua obra *Linguagem e Escola: uma perspectiva social* (1994): "a linguagem é, ao mesmo tempo, o principal produto da cultura, e é o principal instrumento para sua transmissão" (p.16). Trabalhar com a língua é, portanto, um trabalho que assume, assim, necessariamente uma função política, no sentido amplo do termo, pois exige da professora e do professor uma postura consciente ante o sujeito, bem como ante a cultura que ele representa e traz consigo em sua linguagem, que molda sua identidade. É por meio da língua materna – em suas diferentes variantes - que as identidades – sejam elas grupais, regionais, culturais, raciais, de gênero, ou quaisquer outras – se autorizam ou se desautorizam, desfrutando de maior ou menor espaço na sociedade. Dessa maneira, a formação do professor de Língua Portuguesa exige ainda a preparação de um profissional que esteja plenamente ciente dessa dimensão sócio-político-cultural da linguagem e das tensões sociais que nela se manifestam. Na formação do professor de português está em jogo a formação de um profissional que seja capaz de trabalhar com o idioma materno pautado pelo respeito às diferentes identidades e pela desconstrução crítica dos usos e representações da língua que afirmam preconceitos, estereótipos e violências. Uma tal formação crítica de professores de língua materna é algo que deve, assim, ser garantido por esta proposta de curso.

As propostas apresentadas visam a tornar o aluno egresso do curso de Letras um profissional com visão crítica da realidade em que irá atuar, possuindo os conhecimentos e ferramentas para promover um processo de ensino e aprendizagem da Língua Portuguesa e suas Literaturas que parta de um respeito pela diversidade humana e cultural e não reafirme valores e práticas excludentes.

Além disso, a grade de disciplinas visa a pôr o aluno ingressante em contato constante com o seu campo de atuação, despertando-lhe já no início de sua formação o interesse em aprimorar-se como professor de Língua Portuguesa e respectivas literaturas.

A preocupação do Projeto Pedagógico recai sobre o entrelaçamento de diversas situações formativas ao longo do percurso acadêmico, o que permitirá ao aluno uma formação interdisciplinar coesa, ajustada ao contexto educacional que se pretende oferecer como adequado ao crescimento intelectual e profissional dos estudantes.

As práticas presentes neste curso terão espaço e tempo determinados e articulam (articularão) a ação teórico-prática, isto é, toda a sistematização teórica nas disciplinas práticas será articulada com o fazer, e todo fazer, articulado com a reflexão. Além disso, prevê-se o desenvolvimento de atividades extensionistas relacionadas às práticas como componente curricular.

Os valores das cargas horárias presentes neste Projeto estão perfeitamente adequados às necessidades de formação do aluno egresso, conforme especifica a Resolução CNE/CP 01/2002:

A seleção e o ordenamento dos conteúdos dos diferentes âmbitos de conhecimento que comporão a matriz curricular para a formação de professores, de que trata esta Resolução, serão de competência da instituição de ensino, sendo o seu planejamento o primeiro passo para a transposição didática, que visa a transformar os conteúdos selecionados em objeto de ensino dos futuros professores.

O Parecer CNE/CP 28/2001 defende que: “cabe a cada curso de licenciatura, dentro das diretrizes gerais e específicas pertinentes, dar a forma e a estrutura da duração, da carga horária, das horas, das demais atividades selecionadas, além da organização da prática de ensino e do estágio”.

Dessa forma, com vistas à formação acadêmica, didática e formativa, as disciplinas constantes no Núcleo Curricular apresentam o conteúdo necessário para a formação inicial do futuro professor de Língua Portuguesa. O curso de Licenciatura

em Letras Português e Respectivas Literaturas possui carga horária de 4.080 horas. Anteriormente, sua carga horária era de 3.362 horas.

Em suma, o curso de Licenciatura em Letras Português e Respectivas Literaturas da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá pretende preparar professores para o ensino de Língua Portuguesa, desenvolvendo o seu potencial profissional, acadêmico, pedagógico e humano, formando ainda cidadãos conscientes e capazes de colaborar com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e solidária.

Dado o recente contexto diversificado em que se constituiu a UNESPAR, a instituição tem buscado nesses 4 anos de funcionamento sua identidade enquanto universidade. Uma das ações nesse sentido foi o Programa de Reestruturação Curricular, que se instalou em 2015, por iniciativa da Reitoria e da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Segundo a PROGRAD, com base no Regimento e Estatuto da universidade, o Programa tem por princípios:

- A concepção de universidade como instituição social, pública, gratuita, laica e autônoma;
- A garantia de socialização e produção de conhecimentos socialmente relevantes para nossa comunidade;
- A indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão como fundamento metodológico do ensino universitário;
- A luta pela garantia de acesso e permanência dos estudantes no ensino superior;
- O compromisso ético-político com a busca por uma formação integral, humana e profissional, que contribua para o processo de emancipação social.

Em consonância, foram estabelecidos os seguintes objetivos para o Programa:

- Contribuir para a consolidação do projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de Graduação;
- Viabilizar um espaço múltiplo e diversificado para diagnosticar nossas

potencialidades e nossos limites concretos;

- Promover análises e discussões balizadas por sólidos conceitos científicos;
- Fomentar a criatividade da comunidade acadêmica, no sentido de oportunizar a criação de espaços comuns e diversificados no currículo acadêmico de toda a UNESPAR;
- Proporcionar a construção de novas propostas formativas, que oportunizem uma educação socialmente comprometida com o desenvolvimento e a formação humanos.

Inseridos nesse contexto e em face dessas orientações, foram propostas alterações nos Projetos Pedagógicos de todos os cursos de Letras da UNESPAR, a fim de que se constituam em um único documento, em que estejam evidenciadas tanto seus pontos em comum, quanto suas particularidades.

Atualmente, o Curso atende, majoritariamente, estudantes oriundos da rede pública de ensino da região leste paranaense e, mais recentemente, com a adesão da Universidade ao SISU, tem recebido estudantes de outros estados. Os egressos de Letras, em geral, retornam às escolas públicas para sua atuação profissional, sendo eles mesmos também oriundos do ensino público. É esse aspecto que deve ser considerado, também, na reformulação do PPC: o fato de os estudantes ingressantes no curso serem, predominantemente, originários de escolas públicas e, ao egressarem, retornarem comumente a esse contexto de ensino. O conhecimento da realidade do ensino público, de suas dificuldades e potencialidades, torna-se assim, no contexto desta proposta, um ponto a merecer atenção.

Além disso, a revisão de elementos teórico-metodológicos fundantes do curso, inclusive, no que se refere ao Estágio Curricular Supervisionado, à carga horária de Prática como Componente Curricular e à própria matriz curricular, mostra-se como pertinente e necessária no atual contexto de formação docente inicial.

Para a elaboração do presente documento, um processo de ampla discussão foi instaurado pelo Programa de Reestruturação dos Cursos, no âmbito da Unespar, e localmente, congregando a participação de todos os professores e estudantes do

curso de Letras de Paranaguá.

Iniciado em agosto de 2015, o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da Unespar teve por objetivo principal a consolidação de um projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de graduação. O Programa envolveu diversas ações, coordenadas pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD/Unespar), e mobilizou um grande número de docentes na reformulação dos projetos pedagógicos de 67 cursos, distribuídos nos sete *campi* da Unespar.

Para tanto, como metodologia eleita, instituíram-se Grupos de Trabalho (GTs) constituídos por docentes de cursos afins. No caso do GT de Letras, houve representantes de cinco *campi*: Apucarana, Campo Mourão, Paranaguá, Paranavaí e União da Vitória. A primeira reunião ocorreu em Campo Mourão, em setembro de 2015, e, desde então, ficou explícito que os cursos, apesar de apresentarem muitas diferenças, partilhavam de muitas dificuldades. Assim, tendo como foco o enfrentamento das dificuldades comuns, em sua segunda reunião, os membros do GT deliberaram sobre quais as concepções fundantes dos cursos, ficando acordado que os textos em que as referidas concepções estariam explicitadas seriam produzidos por todos, de modo colaborativo, a fim de proporcionar uma real aproximação conceitual e uma identidade aos cursos de Letras da Unespar.

Mais duas outras reuniões, organizadas pela PROGRAD/Unespar, foram realizadas, oportunidades em que os membros do GT aprovaram os textos coletivos e as discussões sobre objetivos dos Cursos, perfis do ingressante e do egresso, bem como as matrizes curriculares foram realizadas. Como forma de conclusão dos trabalhos, em abril de 2018, foi realizado o I Fórum dos Cursos de Letras da Unespar, encontro em que os membros do GT de Apucarana, Campo Mourão e Paranaguá, em dois dias de trabalho intenso, finalizaram suas propostas para que sejam apresentadas às instâncias superiores da universidade. Como conclusão dos trabalhos, para além da tarefa objetiva de reestruturação dos PPCs, o GT de Letras indicou a necessidade de continuidade dos trabalhos de articulação entre os cursos, sugerindo a manutenção anual do Fórum dos Cursos de Letras da Unespar como

espaço privilegiado de debates e discussões sobre a formação de professores de línguas no estado do Paraná.

3.2 MATRIZ CURRICULAR DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS DO CAMPUS DE PARANAGUÁ

3.2.1 MATRIZ EM VIGOR DE 2005 A 2018:

A matriz anterior do curso, apresentada a seguir, data de 2005 e vigorou de 2005 a 2018, atendendo às demandas das Resoluções CNE/CP n°s 01/02 e 02/02.

MATRIZ CURRICULAR: LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS – HABILITAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

CÓDIGO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA				
		TEÓRICA	SEMANAL		ANUAL	
			PRÁTICA	TOTAL		Pré-Requisitos*
1ª SÉRIE						
	Língua Portuguesa I – Expressão Oral e Escrita e Compreensão de Texto	2	1	3	----	102
	Linguística I	2		2	----	68
	Língua e Literatura Latina I	3	1	4	----	136
	Teoria da Literatura I	3		3	----	102
	Recepção e Produção de Textos Não-Literários	2		2	----	68
	Introdução à Filosofia	2		2	----	68
	Metodologia da Pesquisa	2	1	3	----	102
	Sociologia Geral	2		2	----	68
	Psicologia da Educação	2		2	----	68
TOTAL		20	3	23		782
2ª SÉRIE						
	Língua Portuguesa II – Morfossintaxe Aplicada ao Texto	3	1	4	----	136
	Linguística II	2		2	L. I	68
	Língua e Literatura Latina II	3		3	L.L.L. I	102
	Teoria da Literatura II	3		3	T.L. I	102
	Literatura Brasileira I	2	1	3	----	102
	Literatura Portuguesa I	2	1	3	----	102
	Recepção e Produção de Textos Argumentativos	2	1	3	----	102
	Literatura Universal	2		2	T.L. I	68
TOTAL		19	4	23		782
3ª SÉRIE						

Língua Portuguesa III – Sintaxe: da Frase ao Texto	3		3	L.P. II	102
Linguística III	2		2	L. II	68
Literatura Brasileira II	2	1	3	L.B. I	102
Literatura Portuguesa II	2		2	L.P. I	68
Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	2	1	3	L.P. II	102
Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental		6	6	L.P. II	204
Didática Geral	3		3	-----	102
Literatura Infanto-Juvenil	2	1	3	-----	102
TOTAL	16	9	25		850
4ª SÉRIE					
Língua Portuguesa IV – Semântica e Estilística	4		4	L.P. III	136
Literatura Brasileira III	2	1	3	L.B. II	102
Educação de Jovens e Adultos	2	1	3	-----	102
Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa no Ensino Médio		6	6	L.P. III, MELP. e E.S. I	204
Políticas Educacionais	2		2	-----	68
Orientação Monográfica	2		2	-----	68
Análise do Discurso	2		2	-----	68
Monografia de Conclusão de Curso					
TOTAL	14	8	22		748

TOTAL DA CARGA HORÁRIA TEÓRICA	2.346
PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR	408
ESTÁGIO SUPERVISIONADO	408
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES	200
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO CURSO	3.362

3.2.3 ESTRUTURA CURRICULAR – CURRÍCULO PLENO

Após um trabalho intenso de estudo e reflexão, tendo-se como ponto de partida as atuais demandas globais, locais e do próprio curso, bem como as novas diretrizes para a formação de professores, foi elaborada uma nova matriz curricular, apresentada a seguir.

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINA				
ÁREA/MATÉRIA	CÓDIGO	DISCIPLINAS	H/R	H/A
FORMAÇÃO GERAL	CPT	Compreensão e Produção Textual I	120	144
	PPT	Compreensão e Produção Textual II	120	144
	FFM	Fonética, Fonologia e Morfologia	180	216
	IEL	Introdução aos Estudos Linguísticos	120	144
	IELT	Introdução aos Estudos Literários	120	144
	LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais	60	72
	LT	Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas	180	216
	MELP	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	240	288
	MEL	Metodologia de Ensino de Literatura	120	144
	PADA	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência	60	72
	SEMP	Semântica e Pragmática	150	180
	SIN	Sintaxe	120	144
	TL	Teoria da Literatura	60	72
	TLB I	Tópicos de Literatura Brasileira I	120	144
	TLB II	Tópicos de Literatura Brasileira II	120	144
	TLB III	Tópicos de Literatura Brasileira III	170	204
	TLP I	Tópicos de Literatura Portuguesa I	60	72
	TLP II	Tópicos de Literatura Portuguesa II	60	72
	TEC	Tópicos em Educação e Cultura	180	216
	TG	Tópicos Gramaticais	60	72
VML	Varição e Mudança Linguística	120	144	
SUBTOTAL			2.540	3.048
FORMAÇÃO DIFERENCIADA	ED	Estudos do Discurso	120	144
	LC	Literatura Comparada	60	72
	LIJ	Literatura Infanto-Juvenil	110	132
	LO	Literatura Ocidental	60	72
SUBTOTAL			350	420
DISCIPLINAS OPTATIVAS	DL	Dialetologia	60	72
	ECL	Ecolinguística		
	EDUCOM	Educomunicação		
	ESTIL	Estilística		
	EPO	Estudos da Poesia		
	ESHAK	Estudos Shakespearianos		
	FILIN	Filosofia da Linguagem		
	FONAC	Fonética Acústica		
	GEOIN	Geopolítica do Inglês		
	GRAN	Gramática Normativa		
	ININS	Inglês Instrumental		
	INTVL	Intersecções entre Violência e Literatura		
	IEC	Introdução aos Estudos Clássicos		
	INTET	Introdução aos Estudos da Tradução		
	LAT	Latim		
	LA	Linguística Aplicada		
	LH	Linguística Histórica		
	LC	Literatura Comparada		
	LITIM	Literatura e Imaginário		
	LOA	Literatura e Outras Artes		
	LITS	Literatura e Símbolo		
	LITF	Literatura Fantástica		
	LIJLI	Literatura Infantojuvenil em Língua Inglesa		
LLAELI	Literatura Latino-Americana Escrita em Língua Inglesa			
LM	Literatura Marginal			
LITPAR	Literatura Paranaense			

	LAFB	Literaturas de Autoria Feminina no Brasil		
	LLIC	Literaturas de Língua Inglesa e Cinema		
	NTL	Narratologia		
	GENC	O Gênero Crônica		
	ROMJ	O Romance Juvenil		
	OFCL	Oficinas de Criação Literária		
	ORLET	Oralidade e Letramento		
	PRAP	Poesia e rap: diálogos intertextuais		
	PL	Políticas Linguísticas		
	PLA	Português como Língua Adicional		
	PLL	Práticas de Leitura Literária		
	PMDLI	Produção de Material Didático em Língua Inglesa		
	PMDLM	Produção de Material Didático em Língua Materna		
	RML	Representações Míticas na Literatura		
	TT	Teorias do Teatro		
	TLPC	Tópicos de Literatura Pós-Colonial		
	SUBTOTAL (Optativa I + Optativa II)		120	144
ESTÁGIO	Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa I		200	
	Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa II		200	
	SUBTOTAL		400	
AACC	Atividades Acadêmico-Científico-Culturais		200	
	SUBTOTAL		200	
TOTAL			3.610	4.212
DIMENSÃO PEDAGÓGICA	CPT I	Compreensão e Produção Textual I	120	144
	CPT II	Compreensão e Produção Textual II	120	144
	LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais	60	72
	LT	Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas	180	216
	MELP	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	240	288
	MEL	Metodologia de Ensino de Literatura	120	144
	PADA	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência	60	72
	PLE	Planejamento de Estágio	240	288
	TEC	Tópicos em Educação e Cultura	180	216
	SUBTOTAL		1.320	1.584

3.2.4 DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-Requisito	Carga Horária			Forma de Oferta
			Teórica	Prática	Extensão	
1º ANO						
TG	Tópicos Gramaticais	-	60			Anual
CPT I	Compreensão e Produção Textual I	-	120			Anual
IEL	Introdução aos Estudos Linguísticos	-	120			Anual
IELT	Introdução aos Estudos Literários	-	120			Anual
TEC	Tópicos em Educação e Cultura	-	120	40	20	Anual
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais	-	60			Anual
Subtotal			600	40	20	
2º ANO						
FFM	Fonética, Fonologia e Morfologia	IEL	120	30	30	Anual
CPT II	Compreensão e Produção Textual II		60	30	30	Anual
VML	Variação e Mudança Linguística	IEL	60	30	30	Anual
TL	Teoria da Literatura		60			Anual
TLB I	Tópicos de Literatura Brasileira I	IELT	120			Anual
TLP I	Tópicos de Literatura Portuguesa I	IELT	60			Anual
LO	Literatura Ocidental	IELT	60			Anual
	Optativa I		60			Anual
Subtotal			600	120	120	
3º ANO						
SIN	Sintaxe	FFM	60	30	30	Anual
LT	Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas	IEL	120	30	30	Anual
TLB II	Tópicos de Literatura Brasileira II	IELT	120			Anual
TLP II	Tópicos de Literatura Portuguesa II	IELT	60			Anual
MELP	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	IEL	120	60	60	Anual
MEL	Metodologia de Ensino de Literatura	IELT	60	30	30	Anual
PADA	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência		60			Anual

Subtotal			600	150	120	
Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa I						200
4º ANO						
SEMP	Semântica e Pragmática	SIN	120	30		Anual
ED	Estudos do Discurso	IEL	60	30	30	Anual
TLB III	Tópicos de Literatura Brasileira III	IELT	120	30	20	Anual
LIJ	Literatura Infanto-Juvenil	IELT, MEL	60	30	20	Anual
LC	Literatura Comparada	IELT	60			Anual
	Optativa II		60			Anual
Subtotal			480	90	70	
Estágio Curricular Supervisionado em Língua Portuguesa II						200

Atividades Acadêmicas Complementares (AAC)					200	
TIPO DE CARGA HORÁRIA	Teórica	PCC	EXT	AACC	Estágio	
TOTAL	2.280	400	330	200	400	
TOTAL GERAL	3.610					

SÉRIE	TEÓRICA	PRÁTICA	EXTENSÃO	
1 ANO	600	40	20	
2 ANO	600	120	120	
3 ANO	600	150	130	
4 ANO	480	90	60	
SUBTOTAL	2.280	400	330	3.010
1º AO 4º ANOS	AAC (Residência Pedagógica, Pibic, Pibex, Pibid, Atividades Culturais etc.)			200
3º E 4º ANOS	Estágio Supervisionado			400
TOTAL				3.610

		Horas	Percentual no Curso
1º AO 4º ANOS	Disciplinas de Dimensão Pedagógica	1.320	39%
1º AO 4º ANOS	Extensão Universitária	330	11%

3.2.5 DISCIPLINAS OPTATIVAS

Código	Nome
DL	Dialetologia
ECL	Ecolinguística
EDUCOM	Educomunicação
ESTIL	Estilística
EPO	Estudos da Poesia
ESHAK	Estudos Shakespearianos
FILIN	Filosofia da Linguagem
FONAC	Fonética Acústica
GEOIN	Geopolítica do Inglês
GRAN	Gramática Normativa
ININS	Inglês Instrumental
INTVL	Intersecções entre Violência e Literatura
IEC	Introdução aos Estudos Clássicos
INTET	Introdução aos Estudos da Tradução
LAT	Latim
LA	Linguística Aplicada
LH	Linguística Histórica
LC	Literatura Comparada
LITIM	Literatura e Imaginário
LOA	Literatura e Outras Artes
LITS	Literatura e Símbolo
LITF	Literatura Fantástica
LIJLI	Literatura Infantojuvenil em Língua Inglesa
LLAELI	Literatura Latino-Americana Escrita em Língua Inglesa
LM	Literatura Marginal
LITPAR	Literatura Paranaense
LAFB	Literaturas de Autoria Feminina no Brasil
LLIC	Literaturas de Língua Inglesa e Cinema
NTL	Narratologia
GENC	O Gênero Crônica
ROMJ	O Romance Juvenil
OFCL	Oficinas de Criação Literária
ORLET	Oralidade e Letramento
PRAP	Poesia e Rap: diálogos intertextuais
PL	Políticas Linguísticas
PLA	Português como Língua Adicional
PLL	Práticas de Leitura Literária
PMDLI	Produção de Material Didático em Língua Inglesa

PMDLM	Produção de Material Didático em Língua Materna
RML	Representações Míticas na Literatura
TT	Teorias do Teatro
TLPC	Tópicos de Literatura Pós-Colonial

3.2.6 PLANO DE IMPLEMENTAÇÃO

ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
2019	Nova Matriz Tópicos Gramaticais Compreensão e Produção Textual I Introdução aos Estudos Linguísticos Introdução aos Estudos Literários Tópicos em Educação e Cultura Língua Brasileira de Sinais	Matriz Anterior Língua Portuguesa II – Morfossintaxe Aplicada ao Texto Linguística II Língua e Literatura Latina II Teoria da Literatura II Literatura Brasileira I Literatura Portuguesa I Recepção e Produção de Textos Argumentativos Literatura Universal	Matriz Anterior Língua Portuguesa III – Sintaxe: da Frase ao Texto Linguística III Literatura Brasileira II Literatura Portuguesa II Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental Didática Geral Literatura Infanto-Juvenil	Matriz Anterior Língua Portuguesa IV – Semântica e Estilística Literatura Brasileira III Educação de Jovens e Adultos Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa no Ensino Médio Políticas Educacionais Orientação Monográfica Análise do Discurso Monografia de Conclusão de Curso
	Nova Matriz Tópicos Gramaticais Compreensão e Produção Textual I Introdução aos Estudos Linguísticos Introdução aos Estudos Literários Tópicos em Educação e Cultura Língua Brasileira de Sinais	Nova Matriz Fonética, Fonologia e Morfologia Compreensão e Produção Textual II Variação e Mudança Linguística Teoria da Literatura Tópicos de Literatura Brasileira I Tópicos de Literatura Portuguesa I Literatura Ocidental Opcativa I	Matriz Anterior Língua Portuguesa III – Sintaxe: da Frase ao Texto Linguística III Literatura Brasileira II Literatura Portuguesa II Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa no Ensino Fundamental Didática Geral Literatura Infanto-Juvenil	Matriz Anterior Língua Portuguesa IV – Semântica e Estilística Literatura Brasileira III Educação de Jovens e Adultos Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa no Ensino Médio Políticas Educacionais Orientação Monográfica Análise do Discurso Monografia de Conclusão de Curso

ANO	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO
2021	Nova Matriz Tópicos Gramaticais Compreensão e Produção Textual I Introdução aos Estudos Linguísticos Introdução aos Estudos Literários Tópicos em Educação e Cultura Língua Brasileira de Sinais	Nova Matriz Fonética, Fonologia e Morfologia Compreensão e Produção Textual II Variação e Mudança Linguística Teoria da Literatura Tópicos de Literatura Brasileira I Tópicos de Literatura Portuguesa I Literatura Ocidental Optativa I	Nova Matriz Sintaxe Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas Tópicos de Literatura Brasileira II Tópicos de Literatura Portuguesa II Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa Metodologia de Ensino de Literatura Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência	Matriz Anterior Língua Portuguesa IV – Semântica e Estilística Literatura Brasileira III Educação de Jovens e Adultos Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa no Ensino Médio Políticas Educacionais Orientação Monográfica Análise do Discurso Monografia de Conclusão de Curso
	Nova Matriz Tópicos Gramaticais Compreensão e Produção Textual I Introdução aos Estudos Linguísticos Introdução aos Estudos Literários Tópicos em Educação e Cultura Língua Brasileira de Sinais	Nova Matriz Fonética, Fonologia e Morfologia Compreensão e Produção Textual II Variação e Mudança Linguística Teoria da Literatura Tópicos de Literatura Brasileira I Tópicos de Literatura Portuguesa I Literatura Ocidental Optativa I	Nova Matriz Sintaxe Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas Tópicos de Literatura Brasileira II Tópicos de Literatura Portuguesa II Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa Metodologia de Ensino de Literatura Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência	Nova Matriz Semântica e Pragmática Estudos do Discurso Tópicos de Literatura Brasileira III Literatura Infanto-Juvenil Literatura Comparada Planejamento de Estágio Optativa II

4 EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

4.1 DISCIPLINAS REGULARES

1º ANO

DISCIPLINA:	Tópicos Gramaticais (TG)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 60	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de elementos da gramática da Língua Portuguesa, em perspectiva crítica. As diferentes concepções de gramática. Norma padrão e “erro” linguístico. Subsídios de gramática normativa para a compreensão e produção textual de gêneros acadêmicos. Ensino de gramática na escola: realidades e possibilidades.			

DISCIPLINA:	Compreensão e Produção Textual I (CPT I)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: As relações entre linguagem oral e escrita. As funções da escrita. Escrita, produção e circulação do conhecimento na universidade: os gêneros acadêmicos. Planejamento, organização e argumentação na escrita acadêmica. Escrita, cultura acadêmica e permanência estudantil. Inclusão digital e escrita acadêmica.			

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Linguísticos (IEL)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo introdutório das principais correntes da Linguística e seus conceitos. Natureza e características gerais da linguagem. Abordagem normativa e abordagem descritiva da língua; língua e fala; competência e desempenho. Reflexão sobre o papel da compreensão científica da linguagem para o ensino de línguas.			

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Literários (IELT)		
C/H TOTAL:	120		

C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo dos princípios fundamentais da caracterização e da análise da obra literária. Conceito e princípios fundamentais da obra literária. A narrativa, a poesia e o texto dramático.			

DISCIPLINA:	Tópicos em Educação e Cultura (TEC)		
C/H TOTAL:	180		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA: 40	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Aspectos históricos, sociológicos e antropológicos da educação. Relações étnico-raciais, história e cultura afro-brasileiras articuladas à educação. Cultura, Educação e Meio Ambiente. Educação e Direitos Humanos: aspectos decisivos para o acesso e a permanência estudantis.			

DISCIPLINA:	Libras (LIBRAS)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Conhecimento da cultura surda. Noções linguísticas de Libras: aspectos lógicos, morfológicos e gramaticais (sintaxe). Noções básicas contextualizadas da Língua de Sinais.			

2º ANO

DISCIPLINA:	Fonética, Fonologia e Morfologia (FFM)		
C/H TOTAL:	180		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Conceitos básicos de Fonética e Fonologia e de Morfologia do Português Brasileiro. Contribuições da Fonética e da Fonologia, bem como da Morfologia para o Ensino de língua materna.			

DISCIPLINA:	Compreensão e Produção Textual II (CPT II)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Os gêneros do discurso/textuais nos estudos contemporâneos. Gêneros multimodais. Adequação da linguagem: formalidade e informalidade. Os gêneros contemporâneos no ensino e aprendizagem da leitura, da oralidade e da produção de textos. Proposições metodológicas para a elaboração e aplicação de material didático, com foco nas temáticas dos Direitos Humanos e das relações étnico-raciais.			

DISCIPLINA:	Variação e Mudança Linguística (VML)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo introdutório das realidades que afetam as alterações da língua em perspectivas sincrônica e diacrônica. Aspectos da história da Língua Portuguesa determinantes para a sua mudança ao longo do tempo. A variação da língua falada no processo de formação do português do Brasil. A Língua Portuguesa no Brasil: contribuições indígenas e africanas. Língua, Identidade e Direitos Humanos.			

DISCIPLINA:	Teoria da Literatura (TL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo dos fundamentos das principais correntes críticas aplicadas às obras representativas da Literatura Brasileira e/ou Estrangeira.			

DISCIPLINA:	Tópicos de Literatura Brasileira I (TLB I)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo das bases fundacionais da Literatura no Brasil, desde suas primeiras manifestações ao romantismo. Análise sincrônica e diacrônica das manifestações dos gêneros literários no período. Aspectos da paisagem e da relação do ser humano com a natureza na Literatura Brasileira do período.			

DISCIPLINA:	Tópicos de Literatura Portuguesa I (TLP I)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de obras representativas da Literatura Portuguesa, desde o cancionero medieval até o século XVIII, e sua influência e contribuição para a Literatura Brasileira. Aspectos da paisagem e da relação do ser humano com a natureza na Literatura Portuguesa do período.			

DISCIPLINA:	Literatura Ocidental (LO)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo e práticas de leitura de clássicos da Literatura Ocidental de diferentes épocas e contextos, com foco na formação humanística e na discussão crítica e histórica do cânone ocidental. Aspectos da paisagem e da relação do ser humano com a natureza nas obras abordadas.			

3º ANO

DISCIPLINA:	Sintaxe (ST)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudos dos conceitos básicos da Sintaxe das línguas naturais e prática de análise sintática. Variação morfossintática no Português Brasileiro. Processos morfossintáticos sob as perspectivas gerativista e funcionalista. Reflexões sobre os subsídios da Sintaxe para o ensino de língua materna.			

DISCIPLINA:	Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas (LT)		
C/H TOTAL:	180		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:30	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo das noções fundamentais para a organização textual-discursiva. Noção de texto, de discurso e de fatores de textualidade. Leitura, análise e produção textual de gêneros diversos. Coesão e coerência textuais. Sequências textuais. Gêneros textuais. Linguística Textual e Ensino de Língua Portuguesa. Elaboração e aplicação de sequências didáticas para a leitura e produção textual no Ensino Fundamental e Médio, em gêneros diversos, com foco na temática dos Direitos Humanos.			

DISCIPLINA:	Tópicos de Literatura Brasileira II (TLB II)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de obras representativas da Literatura Brasileira, do final do século XIX à primeira metade do século XX. Relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira na Literatura Brasileira do período.			

DISCIPLINA:	Tópicos de Literatura Portuguesa II (TLP II)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de obras representativas da Literatura Portuguesa, do século XIX à contemporaneidade, e seu diálogo com a Literatura Brasileira. Aspectos da paisagem e da relação do ser humano com a natureza na Literatura Portuguesa do período.			

DISCIPLINA:	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa (MELP)		
C/H TOTAL:	240		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA: 60	C/H EXTENSÃO:60	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo das concepções de língua, linguagem e discurso definidas pela Linguística moderna e suas implicações no ensino de Língua Portuguesa, com ênfase para os anos finais do Ensino Fundamental e para o Ensino Médio. História da disciplina de Língua Portuguesa no Brasil. Análise de propostas pedagógicas (PCN, BNCC, propostas - Estadual e Municipal) e suas abordagens didático-metodológicas dos conteúdos de Língua Portuguesa. Técnicas e ferramentas para o planejamento, orientação e avaliação da aprendizagem para o embasamento do Estágio Supervisionado, bem como, da prática profissional dos discentes. Ensino de Língua Portuguesa e Direitos Humanos.			

DISCIPLINA:	Metodologia de Ensino de Literatura (MELT)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Letramento literário: práticas, métodos e possibilidades. Concepções de Literatura e ensino de Literatura na escola. Organização, planejamento e execução de atividades de ensino da Literatura no Ensino Fundamental e Médio. Ensino de Literatura e Direitos Humanos.			

DISCIPLINA:	Psicologia da Aprendizagem e do Desenvolvimento na Adolescência (PADA)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Aspectos gerais da psicologia do processo ensino-aprendizagem e sua articulação com o processo de aprendizagem, as teorias da aprendizagem e as dificuldades de aprendizagem na adolescência. Os transtornos de aprendizagem na adolescência: aspectos sócio-psicológicos. Ensino e Aprendizagem de pessoas com Transtorno do Espectro Autista.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado Em Língua Portuguesa I		
C/H TOTAL:	200		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 200	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Coleta de dados e observação de contextos educacionais. Análise e produção de material didático. Análise de práticas de avaliação. Planejamento de ensino e regência em diferentes contextos, tanto no Ensino Fundamental, quanto em outros contextos não formais de ensino-aprendizagem em que conteúdos de nível de Ensino Fundamental possam ser ministrados.			

4º ANO

DISCIPLINA:	Semântica e Pragmática		
C/H TOTAL:	150		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: O problema do significado nas línguas naturais segundo diferentes abordagens semânticas. Estudo e análise de aspectos semânticos e pragmáticos e seus efeitos de sentido. Referência e sentido. A referenciação e a construção do objeto-de-discurso. O significado metafórico na linguagem cotidiana. A linguagem como ação: os atos de fala. Cultura e linguagem em uso. A Pragmática Crítica.			

DISCIPLINA:	Estudos do Discurso (ED)		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 30	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo e análise de aspectos sociais, históricos e ideológicos da produção do sentido em textos da contemporaneidade, a partir de aportes teóricos e metodológicos dos Estudos do Discurso. Discurso e Direitos Humanos.			

DISCIPLINA:	Tópicos de Literatura Brasileira III		
C/H TOTAL:	170		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de obras representativas da Literatura Brasileira, da segunda metade do século XX à atualidade. Literatura Brasileira e contemporaneidade. Literaturas à margem. Relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e Literatura Brasileira contemporânea. Práticas de leitura e análise de Literatura Brasileira Contemporânea no Ensino Médio.			

DISCIPLINA:	Literatura Infanto-Juvenil		
C/H TOTAL:	110		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO: 20	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Práticas de leitura e análise de obras da Literatura Infanto-Juvenil. Gêneros do texto literário infanto-juvenil. A ilustração na Literatura Infanto-Juvenil. O clássico em adaptação e transcrição. A contação de histórias. Experiência literária e afetividade na infância e na adolescência. Relações étnico-raciais, cultura afro-brasileira e Literatura Infanto-Juvenil. Autismo e Literatura Infanto-Juvenil. Proposições metodológicas para elaboração de material didático e realização de práticas de leitura de Literatura Infanto-Juvenil na escola.			

DISCIPLINA:	Literatura Comparada		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Introdução aos estudos comparatistas: teorias e correntes. A Literatura Comparada dos países de Língua Portuguesa e Latino-Americana. Literatura e outras artes.			

DISCIPLINA:	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II		
C/H TOTAL:	200		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 200	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Coleta de dados e observação de contextos educacionais. Análise e produção de material didático. Análise de práticas de avaliação. Planejamento de ensino e regência em diferentes contextos, tanto no Ensino Médio, quanto em outros contextos não formais de ensino-aprendizagem em que conteúdos de nível de Ensino Médio possam ser ministrados.			

4.2 DISCIPLINAS OPTATIVAS

DISCIPLINA:	Dialetologia (DL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Oposição entre língua e dialeto. Conhecimento do estado atual dos dialetos brasileiros e portugueses, dos fundamentos da dialetologia e da geografia linguística.			

DISCIPLINA:	Ecolinguística (ECL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Problematização da Ecologia como base para uma fundamentação epistemológica no estudo de fenômenos da linguagem, enfatizando o ecossistema e as interações que nele se dão. Discussão sobre língua e território e sua importância na identidade de minorias linguísticas. Etnoterminologia e etnoecologia linguística.			

DISCIPLINA:	Educomunicação (EDUCOM)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo da interface entre educação e comunicação. Educação para a mídia. Uso das mídias na educação. Produção de conteúdos educativos. Gestão democrática das mídias.			

DISCIPLINA:	Estilística (ESTIL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estilística e estilo e suas diferentes escolas. O material sonoro. Aspectos morfológicos, sintáticos e semânticos. O léxico. A estruturação textual. Aspectos discursivos. Figuras de estilo e de linguagem. Fenômenos semânticos e discursivos.			

DISCIPLINA:	Estudos de Poesia (EPO)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo, análise e crítica do texto poético, em diferentes contextos históricos e culturais. Teorias, métodos de análise, perspectivas críticas e correntes estéticas da poesia. Interpretação do poema. Poemas e poéticas. Tendências da crítica de poesia.			

DISCIPLINA:	Estudos Shakespearianos (ESHAK)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Leitura e estudo de obras dramáticas e líricas de William Shakespeare. Aspectos históricos, culturais, linguísticos e críticos da dramaturgia shakespeariana. Recepção e legado da obra de Shakespeare.			

DISCIPLINA:	Filosofia da Linguagem (FILIN)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Linguagem enquanto objeto e análise linguística como método da investigação filosófica. A questão do significado: problemas e modelos de análise.			

DISCIPLINA:	Fonética Acústica (FONAC)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Propriedades e análises de ondas sonoras. Teoria Acústica da Produção da Fala. Instrumentos de gravação e reprodução da fala. Características acústicas de vogais, glides e consoantes, com ênfase no Português Brasileiro. Propriedades suprasegmentais da fala. Correlatos acústicos de gênero e idade do falante.			

DISCIPLINA:	Geopolítica do Inglês (GEOIN)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo dos aspectos geopolíticos que estabelecem Língua Inglesa como língua franca na contemporaneidade. Língua Inglesa, territorialidade e poder. Língua Inglesa e línguas das minorias. Línguas inglesas e identidades culturais em diferentes contextos.			

DISCIPLINA:	Gramática Normativa (GRAN)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo, em perspectiva crítica, de aspectos históricos, políticos e teóricos da gramática normativa. Funções e estrutura da gramática normativa. Norma padrão e "erro" linguístico. Revisão e aspectos gerais de gramática normativa do Português. A gramática normativa no Ensino Fundamental e Médio. Análise e produção de material didático envolvendo elementos de gramática normativa.			

DISCIPLINA:	Inglês Instrumental (ININS)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Compreensão das estruturas essenciais elementares da Língua Inglesa através da leitura de textos de áreas específicas nas quais a compreensão em Língua Inglesa é requerida, com ênfase em textos presentes em contexto de comércio portuário, turismo e vida acadêmica.			

DISCIPLINA:	Intersecções entre Violência e Literatura (INTVL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo das intersecções entre Literatura e violência, desde as expressões clássicas da obra literária até a contemporaneidade.			

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos Clássicos (IEC)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo da cultura greco-latina, a partir da leitura de textos fundamentais da Literatura Grega e Latina. Compreensão do legado da Literatura Greco-Latina para a constituição das Literaturas no Ocidente.			

DISCIPLINA:	Introdução aos Estudos da Tradução (INTET)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo dos elementos teóricos da tradução, dos problemas semânticos e contextuais. Análise comparativa de traduções para o português e para o inglês. Prática da tradução e versão.			

DISCIPLINA:	Latim (LAT)
-------------	-------------

C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de aspectos fonéticos, morfológicos, sintáticos, semânticos e históricos da Língua Latina. Aspectos histórico-gramaticais do Português em sua relação com o Latim. Compreensão da dimensão cultural da Língua Latina como língua de cultura no Ocidente.			

DISCIPLINA:	Linguística Aplicada (LA)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Tendências contemporâneas no ensino de línguas e questões sobre as concepções de linguagem, de ensino e de aprendizagem. Problematização do conhecimento teórico-prático do professor de línguas, os diferentes modelos de formação pré e em serviço, a formação do professor e os recursos tecnológicos.			

DISCIPLINA:	Linguística Histórica (LH)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Compreensão introdutória de conceitos, métodos e perspectivas do estudo histórico da língua. O método histórico-comparativo de análise. Periodizações da Língua Portuguesa. História e formação do Português no Brasil.			

DISCIPLINA:	Literatura Comparada (LC)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de conceitos, teorias e procedimentos de análise da Literatura Comparada.			

DISCIPLINA:	Literatura e Imaginário (LITIM)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Elementos do imaginário em textos literários, de diferentes épocas e culturas, em sua perspectiva mítica, histórica, cultural e estética. Imaginário, história e cultura. Imaginário e representação na literatura e em outras artes.			

DISCIPLINA:	Literatura e Outras Artes (LOA)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo das relações, em diferentes níveis de análise, da Literatura com outras artes, sob uma perspectiva comparatista e transcultural.			

DISCIPLINA:	Literatura e Símbolo (LITS)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo dos símbolos presentes em textos literários de diferentes gêneros e contextos e sua importância na construção do sentido.			

DISCIPLINA:	Literatura Fantástica (LITF)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo do fantástico em obras literárias de diferentes períodos, gêneros e contextos culturais. Fundamentos filosóficos e críticos do conceito de fantástico. O fantástico, o estranho, o maravilhoso e o simbólico. O fantástico na Literatura Infante-Juvenil. O fantástico na Literatura e em outras artes.			

DISCIPLINA:	Literatura Infantojuvenil em Língua Inglesa (LIJLI)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Leitura e estudo de obras da Literatura Infantojuvenil em Língua Inglesa: aspectos estéticos, históricos e culturais. Estudo da Literatura Infantojuvenil em Língua Inglesa articulado com a prática profissional do ensino de Língua Inglesa. Análise sincrônica ou diacrônica de obras dirigidas ao público Infantojuvenil dos séculos XIX e XX.			

DISCIPLINA:	Literatura Latino-Americana Escrita em Língua Inglesa (LLAELI)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de obras da literatura latino-americana escrita em Inglês, em perspectiva crítica e transcultural. Fatores culturais, sociopolíticos e estéticos da opção pela Língua Inglesa como língua de escrita por parte de autores latino-americanos. Identidade cultural e língua em obras deste repertório.			

DISCIPLINA:	Literatura Marginal (LM)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de textos literários considerados à margem dos cânones mais estabelecidos. O conceito de Literatura Marginal: aspectos histórico-críticos. O cânone e as Literaturas à margem. Sociedade, marginalidade e escrita. Espaços e formas de produção e recepção da Literatura marginal.			

DISCIPLINA:	Literatura Paranaense (LITPAR)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo e análise de obras da Literatura paranaense, de diferentes gêneros e épocas. Aspectos históricos, críticos e estéticos.			

DISCIPLINA:	Literaturas de Autoria Feminina no Brasil (LAFB)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo de obras representativas de autoras literárias brasileiras. A crítica feminista. A literatura de autoria feminina e o problema do cânone. A recepção crítica das obras de autoria feminina no Brasil.			

DISCIPLINA:	Literaturas de Língua Inglesa e Cinema (LLIC)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo, em perspectiva comparatista e transcultural, de textos literários de Língua Inglesa de gêneros diversos, em contato com o campo da produção cinematográfica de diferentes nacionalidades e culturas. O diálogo entre as linguagens literária e cinematográfica e seus efeitos de sentido.			

DISCIPLINA:	Narratologia (NTL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: O Efeito Narrativo. A base estrutural da narrativa. As diferentes funções. Mimeses e significação da prosa literária. A narrativa mítica. Semiótica da Narrativa. Cronotopia e dialogismo. Narrar e descrever com Georg Luckács. As diferentes funções da narrativa.			

DISCIPLINA:	O Gênero Crônica (GENC)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo da crônica brasileira e suas imbricações nos diversos gêneros literários desde o romantismo até a contemporaneidade. Desenvolvimento de preceitos para análise e interpretação da crônica.			

DISCIPLINA:	O Romance Juvenil (ROMJ)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo e análise de obras romaneskas destinadas ao leitor jovem, em diferentes épocas e contextos culturais. O romance juvenil e a formação do leitor.			

DISCIPLINA:	Oficinas de Criação Literária (OFCL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Leituras e Práticas de escrita que possibilitem o desenvolvimento da criatividade e da autoria em gêneros literários variados, refletindo sobre aspectos da produção e da recepção dos textos, em diferentes contextos de circulação.			

DISCIPLINA:	Oralidade e Letramento (ORLET)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Oralidade e letramento como práticas sociais da fala e da escrita. Oralidade e letramento nos processos de alfabetização e aquisição da escrita. Contribuições das teorias sobre oralidade e letramento no ensino de Língua Portuguesa.			

DISCIPLINA:	Poesia e Rap: Diálogos Intertextuais (PRAP)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Introdução aos elementos fundamentais da poesia. Ritmo e versificação. As diferentes formas de rima. O conceito de intertextualidade. Poesia e canção. História do RAP. Diálogos entre RAP e poesia. RAP, poesia e a sala de aula.			

DISCIPLINA:	Políticas Linguísticas (PL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Problemas e conceitos das políticas linguísticas, com foco na realidade linguística brasileira. Monolinguismo, Multilinguismo, Plurilinguismo e interculturalidade. Línguas oficiais e minoritárias no Brasil. Efeitos de políticas linguísticas no processo de ensino/aprendizagem.			

DISCIPLINA:	Português como Língua Adicional (PLA)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Políticas linguísticas de promoção do Português como Língua Adicional (PLA) no Brasil e no exterior. A Língua Portuguesa em processo de colonização e descolonização linguística. Análise e produção de material didático para falantes cujas línguas maternas não são o Português.			

DISCIPLINA:	Práticas de Leitura Literária (PLL)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Práticas de leitura de textos literários, com foco na experiência dos sujeitos com as obras e em sua formação cultural e humanística.			

DISCIPLINA:	Produção de Material Didático em Língua Inglesa (PMDLI)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo crítico e produção de material didático em Língua Inglesa, nas modalidades escrita, oral e multimodal, sob diferentes abordagens e metodologias. Concepção de língua e produção de material didático em Língua Inglesa. Material didático e as orientações e diretrizes dos documentos oficiais da educação.			

DISCIPLINA:	Produção de Material Didático em Língua Materna (PMDLM)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo crítico e produção de material didático em Língua Materna, nas modalidades escrita, oral e multimodal, sob diferentes abordagens e metodologias. Concepção de língua e produção de material didático em língua materna. Material didático e as orientações e diretrizes dos documentos oficiais da educação.			

DISCIPLINA:	Representações Míticas na Literatura (RML)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo da presença de representações míticas na Literatura, de diferentes épocas e contextos culturais. O conceito de mito e suas funções na cultura e no texto literário.			

DISCIPLINA:	Teorias do Teatro (TT)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo das teorias do Teatro, do teatro de Moscou à dramaturgia contemporânea.			

DISCIPLINA:	Tópicos de Literatura Pós-Colonial (TT)		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA: Estudo introdutório da Literatura Pós-Colonial, seus conceitos e obras significativas. As tendências contemporâneas dos estudos interculturais, com ênfase na crítica literária no Brasil e em outros contextos culturais.			

5 CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

5.1 DIMENSÃO HISTÓRICA

5.1.1 A UNESPAR

A Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – é uma instituição de ensino superior pública e gratuita, com sede no Município de Paranavaí, criada pela Lei Estadual nº 13.283, de 25 de outubro de 2001, alterada pela Lei Estadual nº 13.385, de 21 de dezembro de 2001, Lei Estadual nº 15.300, de 28 de setembro de 2006 e pela Lei Estadual nº 17.590, de 12 de junho de 2013. Está vinculada à SETI – Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e Ensino Superior – onde tem assegurado orçamento próprio.

A UNESPAR constitui-se em uma das sete universidades estaduais públicas do Paraná, abrangendo os seguintes *campi*: Curitiba I, Curitiba II, Campo Mourão, Apucarana, Paranavaí, Paranaguá, União da Vitória e a Escola Superior de Segurança Pública da Academia Policial Militar de Guatupê, unidade especial, vinculada academicamente à UNESPAR, por força do Decreto Estadual 9.538, de 05 de dezembro de 2013.

A UNESPAR conta com 68 cursos de graduação, sendo 38 licenciaturas, 30 bacharelados. Também conta com 15 centros de áreas, 36 cursos de especialização, um MINTER com a Universidade Federal da Bahia (UFBA), um DINTER em parceria com a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), um DINTER em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e dois programas de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) aprovados pela CAPES, um no *Campus* de Paranavaí, outro no *Campus* de Campo Mourão.

O quadro de docentes da UNESPAR totaliza 688 (seiscentos e oitenta e oito) docentes (100%), distribuídos em todos os *campi*, sendo 151 (cento e cinquenta e um) doutores (22%), 406 (quatrocentos e seis) mestres (59%), 117 (cento e dezessete) especialistas (17%) e 14 (quatorze) graduados (2%). Com relação ao

regime de trabalho, contempla 480 (quatrocentos e oitenta) docentes em tempo integral e dedicação exclusiva (TIDE), ou seja, 70% do total, 170 (cento e setenta) docentes em tempo integral (40 horas semanais), correspondendo a 25% do total, e por fim, 38 (trinta e oito) docentes em tempo parcial (12 a 20 horas semanais), representando 5% dos docentes remanescentes.

A UNESPAR satisfaz referenciais de qualidade para ensino, extensão e pesquisa em nível superior e tem como missão gerar e difundir conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional.

5.1.2 HISTÓRICO DO CURSO DE LETRAS

O processo formal / institucionalizado de formação de professores no Brasil tem seu início após a Constituição de 1824, com a criação das primeiras Escolas Normais – instituições de nível secundário, cuja principal função era a formação docente para atuação no ensino primário. Na história da formação docente brasileira, a instituição da Escola Normal representou uma forma de superação das Aulas-Régias e a retomada de uma qualidade de formação que, desde o fim do ensino jesuítico (após a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal em 1759), deixava a desejar (RODRIGUES, 2006, p. 24).

Após 1930, ao final da Primeira República, houve a necessidade de professores que fossem formados em nível superior para atender aos cursos secundários. Nessa época, foram instituídas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, que representaram o ponto de partida ao processo de constituição das universidades e cursos superiores voltados à formação do profissional em educação. Nessas faculdades, para os cursos de licenciatura, vigorava o modelo de formação 3+1. De acordo com esse modelo, os três primeiros anos ofereciam disciplinas específicas da área e formavam o Bacharel. Por fim, um único ano adicional de “Didática” era ofertado, destinado aos conteúdos de natureza pedagógica, a fim de

que o aluno obtivesse o título da Licenciatura (PEREIRA, 2000).

Na tentativa de superar dilemas relativos, sobretudo, à dicotomia entre conteúdo específico e formação pedagógica, foram propostas as novas diretrizes para a formação de professores – LDBEN 9.396/96. Com destaque, propunha-se “[...] construir cursos com identidade própria, procurando superar as clássicas dicotomias teoria e prática, licenciatura e bacharelado, inspirados na abordagem de competências” (GUIMARÃES, 2004, p. 46).

Com relação, especificamente, às Licenciaturas em Letras/Inglês, inicialmente, eram ofertados cursos com duas habilitações básicas: Letras neolatinas e Letras anglo-germânicas. Posteriormente, a Lei no 5.540/68 transformou esses cursos para Letras com habilitações em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira e uma Língua adicional Moderna, à escolha do aluno, dentre estas, o inglês, que figura até a atualidade.

Para finalizar, pode-se afirmar que, no Brasil, os cursos de Letras foram, inicialmente, estabelecidos com a finalidade de preparar trabalhadores intelectuais para o exercício de altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica; preparar candidatos ao magistério do ensino secundário, normal e superior; e realizar pesquisa nos vários domínios da língua-cultura que constituem o objeto e seu ensino (FIDELES; FIALHO, 2008).

Hoje, a língua escrita e falada é concebida como aspecto fundamental da vida em sociedade e, portanto, o entendimento da linguagem torna-se um instrumento essencial dentro do cotidiano socioeconômico, político e cultural das diversas camadas sociais. Dessa forma, o estudo das línguas é de grande importância para a sistematização da linguagem, e o curso de Letras torna-se fundamental na compreensão e análise dos conteúdos.

5.1.3 OS CURSOS DE LETRAS DA UNESPAR

A história dos cursos de Letras da UNESPAR, semelhante às outras universidades públicas do estado, transcende a várias décadas, encontrando suas

raízes nas antigas e quase sempre nominadas de Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. No caso da UNESPAR, sua primeira raiz está na Faculdade de Filosofia de Paranaguá, hoje *Campus* de Paranaguá, com início de funcionamento datado de 03/02/1960. Os cursos de Letras Neolatinas e Neogermânicas dessa faculdade foram autorizados pelo Decreto-lei nº 47.667, de 19/01/60. Atualmente, o *campus* oferece Letras Português e suas respectivas Literaturas e Letras Português-Inglês e respectivas Literaturas.

A segunda raiz dos cursos de Letras da UNESPAR está no curso de Letras Português-Inglês do *Campus* de União da Vitória (FAFIUV), criado como licenciatura curta, em 1966, autorizado pela Lei Estadual nº 5320, de 10/05/66, e transformado em Licenciatura Plena pelo Decreto Estadual nº 21692, de 27/04/70. Foi reconhecido pelo Decreto Federal nº 74750, de 23 de outubro de 1974. Atualmente o *campus* oferta Letras Português-Inglês e Português-Espanhol. Quase que concomitantemente ao curso antes mencionado, surge no estado o curso de Letras da FAFIPA, hoje *Campus* de Paranavaí, aprovado pelo Conselho Estadual de Educação pelo Parecer 1/66, de 07 de janeiro de 1966, como licenciatura curta. Em 1971, foi reconhecido e autorizado pelo MEC como licenciatura plena em Português-Inglês e respectivas literaturas.

O curso de Letras do *Campus* de Campo Mourão, antes FACILCAM, depois FECILCAM, é um pouco mais recente na cronologia iniciada acima. Teve início em 03/06/1974, como licenciatura curta, com reconhecimento acontecido em 14/10/76, por meio do Decreto Federal nº. 78.579/76. Em 1983, por meio da Portaria n. 70-MEC de 17/02/83, passou a funcionar como licenciatura plena, com as habilitações em Português - Inglês e respectivas literaturas. Foi estadualizada em 1987.

Finalmente, chegamos aos mais novos cursos de Letras da UNESPAR, os quais, contrariando as raízes históricas e tradicionais antes mencionadas, têm suas origens na Faculdade de Ciências Econômicas, antes FECEA, agora *Campus* de Apucarana. Os cursos foram implantados um ano antes do credenciamento da UNESPAR, enquanto ainda FECEA. Tratam-se de licenciaturas de habilitação única em Português, Inglês e Espanhol e respectivas literaturas (CES/CEE Nº 21/12).

Em 2015, a Unespar instaurou o Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação. Dentre seus objetivos principais, destacam-se:

- 1) Contribuir para a consolidação do projeto universitário público, por meio do estabelecimento de uma política institucional voltada ao fortalecimento, qualificação e articulação de seus cursos de Graduação;
- 2) Adequar-se às novas políticas para a formação de professores (Resolução CNE/CP nº 02/2015 e a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (*PNE*) e dá outras providências).

Assim, o Programa oportunizou a reformulação curricular, juntamente com as adequações necessárias às políticas vigentes. Entende-se que a necessidade de alteração do Projeto Pedagógico de um curso não é um fato corriqueiro e aligeirado, é fundamental que seja feita levando em conta os aspectos contextuais, que atendam às necessidades regionais, mas que também atenda aos padrões de qualidade necessários.

Podemos concluir, portanto, que os cursos de Letras foram de fundamental importância na constituição da UNESPAR, uma vez que corroboraram para que esta instituição traga em si um grande compromisso com a formação de professores e, por essa razão, o futuro que se desponha sinaliza para a certeza de que as licenciaturas de qualidade devem se constituir no alvo principal e no grande diferencial desta universidade, para fazer o enfrentamento aos grandes desafios que se nos apresentam na contemporaneidade.

5.1.4 HISTORICIZANDO A UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ

Paranaguá é um município localizado no litoral do estado do Paraná, no Brasil. Fundada em 1648, é a cidade mais antiga do Paraná e a principal do litoral paranaense. De acordo com a estimativa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, Paranaguá possui uma população de 151.829 habitantes e é a 10ª cidade na Lista de municípios do Paraná por população. Detém um produto interno bruto de 7.200.842.000 reais (dados de 2010), que é o sexto

maior do estado. Seu porto é sua principal atividade econômica.

Cidade histórica e turística fundada na primeira metade do século XVII, tem como sua principal atividade econômica a de porto escoador da produção do Paraná, interligando o estado às demais regiões do país e do exterior. A construção de suas docas data de 1934, quando passou a figurar entre os principais portos do Brasil, com a denominação de Porto Dom Pedro II. Testemunha de mais de 400 anos de história, guarda, ainda, vestígios da época da colonização portuguesa em seus casarios de fachada azulejada, em suas ladeiras de pedra e em suas igrejas. O município foi criado através da Lei 5, de 29 de julho de 1648, e instalado na mesma data, tendo sido desmembrado do estado de São Paulo.

Criada pelo Decreto nº 4.144 de 13/08/1956 e autorizada pelo Decreto nº 47.667 de 19/08/1960, sendo reconhecida pelo Decreto nº 54.335 de 30/09/1964, a Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá, atualmente UNESPAR- *Campus* de Paranaguá – recebeu autorização para funcionar em 19 de janeiro de 1960, do Senhor Presidente da República. Efetivamente, iniciou suas atividades em março de 1960. Inicialmente, foi instituída como Fundação de Direito Público pelo Decreto nº 21.970 de 21/12/1970 e transformada em Autarquia conforme Lei nº 9.663 de 16/06/1991.

Situando-se em Paranaguá, cidade polo do litoral paranaense, que abrange 7 Municípios, a UNESPAR - *Campus* de Paranaguá, atualmente, tem matriculados 1.439 acadêmicos. O *campus* também possui alunos de outros municípios não integrantes da região.

Os alunos estão matriculados em turmas no período matutino, vespertino e noturno. O *campus* oferta 8 (oito) cursos de Graduação, sendo 2 (dois) de Bacharelado e 6 (seis) de Licenciatura. Os cursos de Bacharelado existentes graduam nas áreas de Administração e Ciências Contábeis, e os cursos de Licenciatura graduam em Letras Português, Letras Inglês, História, Matemática, Pedagogia. O curso de Ciências Biológicas oferece ao aluno a opção de escolher entre bacharelado e licenciatura.

Sua localização geográfica, no litoral do Estado do Paraná, coloca-a a

uma distância de 91 km da capital do estado, Curitiba. A região é formada basicamente por cidades de pequeno porte, com facilidade para escolarização até o ensino médio apenas. Assim sendo, a presença da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá contribui para a formação de uma sociedade cultural e tecnicamente avançada e preparada para atuar em posições de destaque, quer no âmbito das empresas privadas ou públicas.

Buscando formar cidadãos para atuarem em diversos setores da sociedade, em âmbito regional, estadual, nacional e internacional, destaca-se a importância da presença da UNESPAR na região, pois, além de formar profissionais, desenvolve aspectos culturais, sociais e econômicos que contribuem significativamente para a melhoria das condições de vida da região.

5.2 OBJETIVOS

5.2.1 OBJETIVO GERAL

As Políticas de Formação de Professores da Unespar destacam que o exercício da docência – ação do professor em todos os níveis da educação – deve ser permeado pela articulação entre dimensões técnicas, políticas, éticas e estéticas, garantido pelo domínio de conteúdos e de metodologias, contemplando as novas tecnologias e procedimentos de inovação, bem como por uma articulação trans e interdisciplinar de múltiplos conhecimentos necessários à formação do professor enquanto um ser humano sensível e um cidadão capaz de partilhar os valores de uma sociedade plural e democrática. Sob esse referencial, o objetivo geral dos cursos de Letras é promover uma ampla competência formativa, desenvolvida nos níveis do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, com vistas à construção do conhecimento na e para a docência de Línguas sobre três bases fundamentais:

- 1) **Relação com a Educação Básica:** Formar professores de Língua Portuguesa e suas literaturas para atuar na Educação Básica (Ensino Fundamental II, Ensino Médio e Educação para Jovens e Adultos), enfatizando um trabalho de

construção de autonomia para reflexão crítica e articulação teórico-prática, conjugado ao rigor metodológico (por meio de pesquisa, ensino e extensão) no processo ensino/aprendizagem.

2) **Articulação teoria e prática:** Oferecer uma formação articulada entre a teoria e a prática, focalizando, por um lado, a reflexão sobre os temas, as correntes de pensamento, a organização e a atuação crítica e consciente regidos pela sociedade contemporânea e, por outro lado, os princípios didáticos e pedagógicos do ensino-aprendizagem de línguas e suas literaturas.

3) **Inter e transdisciplinaridade:** Proporcionar uma formação, assim como um espaço de reflexão e produção do conhecimento, que seja interdisciplinar e transdisciplinar, humanista, e que, ao mesmo tempo, dê conta das especificidades da área no sentido da formação de um profissional competente.

5.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar professores capazes de analisar as diversas perspectivas teórico-metodológicas, para que possam pautar suas práticas pedagógicas nos aportes que melhor atendam às demandas de cada contexto e conteúdo de ensino;
- Propiciar conhecimento científico e acadêmico da Língua Portuguesa em seus aspectos linguísticos e discursivos, a fim de possibilitar o domínio dos usos da linguagem nas modalidades oral e escrita, em relação à produção e à leitura de textos, e conhecimento para atuar no processo de ensino e aprendizagem de linguagens nessa perspectiva linguístico-discursiva;
- Possibilitar a produção de conhecimento sobre Literaturas de Língua Portuguesa, observando: sua materialidade em manifestações de época e gêneros diversos, canonizadas ou não; os fundamentos teórico-críticos que colaboram para sua leitura, análise e interpretação, bem como para sua

intersecção com outras artes; seus desdobramentos, recepção e possibilidades de trabalho na Educação Básica;

- Formar para o domínio dos conteúdos curriculares objetos do processo de ensino e aprendizagem de linguagens, considerando a perspectiva dialógica de linguagem: leitura e produção de textos orais e escritos, análise linguística e discursiva das mais diversas materialidades linguísticas;
- Possibilitar conhecimento científico, social, cultural e humanístico para pautar as práticas pedagógicas adequadas à responsabilidade social, humana, educacional e ética de cada contexto social, histórico e ideológico;
- Propiciar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão a fim de contribuir para a formação e atuação do professor na Educação Básica;
- Fornecer subsídios que possibilitem aos professores em formação analisar criticamente aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais tendo consciência de sua responsabilidade social enquanto formadores de opinião.

6 BASES EPISTEMOLÓGICAS

6.1 SOCIEDADE, EDUCAÇÃO E UNIVERSIDADE

A sociedade é constituída e constituidora do ser humano e, como ele, desenvolve-se e torna-se cada vez mais complexa em sua totalidade no decorrer do processo histórico da evolução do homem, cujo intercâmbio entre ele mesmo e a natureza, a linguagem, o pensamento e a sociabilidade como complexos universais asseguraram a reprodução da vida humana e seu desenvolvimento nos diversos modos de produção até seu estágio atual, o capitalismo. Nele, as relações sociais partem de valores de troca, preterindo a integridade do ser social ao seu estado mais fragmentado, como uma mercadoria, em uma luta constante que é inerente a uma sociedade de classes. Dessa forma,

[...] o gênero humano tem se tornado cada vez mais livre e universal, mas essa liberdade e universalidade não se têm verificado na vida da grande maioria dos homens singulares. Quer dizer, hoje já existem objetivações genéricas (objetivações do gênero humano) que resolveriam grandes problemas da humanidade, mas a estrutura da sociedade em que vivemos não permite que a grande maioria dos indivíduos tenha acesso a elas. Nesse sentido, esses indivíduos estão alienados frente a esses produtos da atividade humana (OLIVEIRA, 2005, p. 31).

Assim, ao passo em que há um grande desenvolvimento da humanidade, ocorre, em contrapartida, uma fragmentação do ser singular, ou seja, uma alienação ou inacessibilidade aos bens produzidos por ele mesmo.

Para que a exploração do homem pelo homem deixe de existir, há a necessidade do surgimento de um novo homem (VIGOTSKI, 1934/2009). Um homem livre, não alienado, conhecedor da realidade, e, portanto, capaz de protagonizar o surgimento de uma nova sociedade. Para isso, são primordiais condições materiais, resultados “de um longo e penoso processo de desenvolvimento”, fruto da história do desenvolvimento histórico do homem e,

portanto, da sociedade.

A educação como parte constituinte dessa sociedade tem como um de seus princípios básicos a formação integral do ser humano. Nesse sentido, é de extrema relevância a concepção de Vigotski (1934/2009) e Saviani (2003) de educação como “produção do saber”, atribuindo à escola a transmissão dos conhecimentos sócio historicamente elaborados pela humanidade. O último autor define a produção do saber como o conjunto da produção humana que inclui ideias, valores, símbolos, hábitos, atitudes e habilidades. Com efeito, “[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.” (SAVIANI, 2003, p.13). Para que isso ocorra, o professor torna-se protagonista no ato de ensinar conhecimentos científicos, culminando no eventual desenvolvimento integral do estudante.

Para Saviani, o conhecimento científico, a partir de uma perspectiva materialista-histórico-dialética, é fundamental para evitar a diluição dos valores morais e a efemeridade das informações e conhecimentos, consumidos e descartados com extrema rapidez no contexto em que a pós-modernidade se torna cada vez mais evidente em todas as instâncias da sociedade. Convergentes com essa posição, Mézaros (2009) e Duarte (2000) afirmam que essa diluição é um dos exemplos que resultam no que eles denominam de crise estrutural da sociedade capitalista que, em sua essência, opõe-se ao desenvolvimento integral do ser humano, acentuando o processo de alienação.

Frente a essa constatação, a universidade deveria ser regida pelo princípio da universalidade do conhecimento e sua sistematização (CHAUÍ, 2003), ancorada na concepção de uma universidade pública, gratuita, laica e autônoma que desenvolva, em suas práticas, não apenas os aspectos cognitivos, mas também os éticos, expressivos e afetivos. Essa universidade, no seu humanismo, tem como objetivo principal a exploração de todas as dimensões (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002) do desenvolvimento humano, buscando formar educadores que deem conta dessa totalidade.

Nessa acepção, Martins (2008) corrobora a necessidade de a universidade exercer sua função social como uma instituição social (PIMENTA; ANASTASIOU, 2002; CHAÚÍ, 2002; DIAS SOBRINHO, 2005) em que se torna um “espaço institucional histórico de formação humana, reflexão crítica, produção e socialização de conhecimentos que atendam à construção da cidadania, numa globalização da vida e dignidade humana (MINGUILI, CHAVES e FORESTI, 2008), em oposição a uma ideia de universidade como organização social, na qual ocorre uma fragmentação das atividades e o abandono da pesquisa. Nesse caso, a política neoliberal estabelece metas ligadas a ideias de sucesso e eficácia em relação a determinados objetivos propostos, não cabendo à universidade questionar a sua existência e/ou a sua função no interior da luta de classes.

Por outro lado, como instituição social, que é o papel que lhe deve ser imputado, busca-se a universalidade. Para Chauí (2003), isso significa que “[...] a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesmo como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares.” (p. 6).

Nessa perspectiva, entendemos que a Universidade, a partir de sua natureza pública e laica, conquistando sua legitimidade enquanto uma instância de autonomia do saber científico em relação à Igreja e ao Estado, precisa assumir a práxis (MARTINS, 2008) de resistência contra os discursos e práticas que buscam abreviar ou reduzir sua função na formação dos indivíduos. Seu desafio é o de resgatar e de ressignificar o papel de instância crítica da sociedade e de si mesma, como constituidora dessa história que, em um projeto coletivo, critica para ofertar mais para quem mais precisa, ou seja, os trabalhadores. O sentido que se busca, pois, é do humanismo que corrobora com a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento sustentável enquanto base para a dignidade das cidades, dos campos, do homem e do planeta. Conforme afirma Dias Sobrinho (2005, p. 173), “Que a universidade não seja um motor da globalização da economia de mercado, mas sim da globalização da dignidade humana”, assumindo seu compromisso ético-

político com a busca por uma formação integral, humana e profissional, que contribua para o processo de emancipação social.

Importante ressaltar que as concepções acima explicitadas estão em consonância com os pressupostos fundadores da UNESPAR, uma vez que, em seu PPI (Projeto Político Institucional), podemos ler:

A Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR tem por objetivos institucionais produzir, disseminar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e cultura, a produção do conhecimento, a reflexão crítica na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática. (PPI, 2012, p.12)

A UNESPAR, dessa maneira, assume seu papel de *instituição social* (em detrimento a uma concepção tecnicista e superficial) a partir de dois grandes compromissos. O primeiro compromisso está relacionado ao *princípio de qualidade* pautado na produção e na difusão de conhecimentos (científicos, tecnológicos e artístico-culturais). O segundo compromisso está centrado em uma política de responsabilidade social, cujos valores de liberdade, ética, identidade, responsabilidade, pluralidade, cidadania e respeito aos direitos humanos norteiam o planejamento de ações com “vistas à promoção da inclusão social, desenvolvimento humano, social e integral, desenvolvimento econômico, respeito ao meio ambiente e à cultura.” (PPI, 2012, p.13).

6.2 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA

Para além de conferir uma habilitação legal para o exercício da docência, o curso de graduação em Letras Português da UNESPAR busca atender à necessidade de desenvolver nos professores em formação conhecimentos, habilidades e posturas que possibilitem a formação de profissionais aptos a lidar com os fenômenos linguísticos que permeiam o campo escolar na contemporaneidade. Mais que dominar conhecimentos gramaticais e uma língua, o

professor precisa mobilizar uma gama de conhecimentos e de estratégias que viabilizem entrever a relação intrínseca entre linguagem, contexto sócio-histórico e práticas sociais.

Para tanto, o princípio norteador da proposta de trabalho do Projeto Pedagógico de Curso é a concepção de linguagem como processo de interação humana, que se constrói nas e pelas práticas sociais. A interação verbal constitui, assim, a realidade fundamental da linguagem, sendo o diálogo, em sentido amplo, o que a caracteriza. Esse imperativo dialógico da linguagem está presente em toda forma discursiva produzida, pois a presença do outro é condição para a realização de qualquer produção linguística. Desse modo, tanto aquele que produz quanto aquele para quem se produz um enunciado são sujeitos sociais ativos que se constroem e são construídos nesse processo. Para essa concepção, pautada nos pressupostos do Círculo de Bakhtin,

[...] a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas, nem pela enunciação monolítica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações (BAKHTIN, 2010, p. 127).

Nessa perspectiva, o diálogo realiza-se na linguagem em ações sócio-historicamente situadas, que se concretizam a partir das condições de produção que circundam o ato de dizer e que são negociadas por meio de mecanismos linguístico-discursivos. Compreende-se, assim, a linguagem pelo seu caráter não neutro e parcial; por meio de seu uso, são produzidos discursos que materializam ideologias e relações de poder. Nesse sentido, acredita-se que as práticas discursivas são construídas nas e pelas relações sociais e, numa via dupla, as práticas sociais assinalam a emergência de práticas discursivas específicas. Portanto, faz-se necessário um estudo crítico da linguagem a fim de expor como a sociedade e o discurso interagem, pois, segundo Fairclough (1992), grande parte das mudanças que a sociedade tem sofrido estão relacionadas basicamente as práticas de linguagem, ou seja, a linguagem perpetua implicitamente relações de poder,

inclusões e exclusões, controle etc.

A linguagem, conseqüentemente, é o principal meio de interação entre os seres humanos e a sociedade. É através dela que se cristalizam conceitos, ideologias, crenças e saberes, conforme já posto. Desse modo, todo discurso é dialogicamente uma resposta a outros enunciados que o precederam e aos que virão:

Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente. A cada palavra da enunciação que estamos em processo de compreender, fazemos corresponder uma série de palavras nossas, formando uma réplica. Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 131-132).

Toda produção discursiva é, portanto, direcionada ao outro. Ao mesmo tempo, é, ainda, motivada pelo externo e social. Nesse elo discursivo ininterrupto, a literatura é um caminho que permite ao homem ampliar os caminhos que o levam ao conhecimento do seu universo, uma vez que as manifestações literárias, em seus vários gêneros, funcionam como um organismo vivo da linguagem, propiciando, paralelamente ao domínio da língua, o aprimoramento de uma personalidade consciente de si e do mundo de forma dinâmica e renovadora, consoante à perspectiva de linguagem assumida.

Ao compreendermos a linguagem como interação e ao assumirmos uma visão literária em que, concomitantemente a linguagem está impregnada de relações dialógicas, valores e conceitos socialmente instituídos, a noção de ser humano sustentada é a de sujeito de sua própria ação, no interior de uma sociedade constituidora e constituída ela mesma pelos sujeitos e pelas instituições democráticas.

6.3 CONCEPÇÃO DE LITERATURA

O conceito de “literatura” apresenta, por vezes, um desenvolvimento histórico-semântico que indica uma condição dialética, mormente considerada em duas

definições interpenetrantes: a intrínseca, centrada na configuração estética do texto e a extrínseca, de natureza social. Discutem-se, de um lado, enfoques teóricos, e metodológicos de diferentes vertentes críticas, o texto literário e sua literariedade; de outro lado, discutem-se também a relação do texto literário com outras noções como a hermenêutica do texto, a língua, e a função poética da linguagem; a mimeses e a verossimilhança, os gêneros literários; a tradição literária, a historiografia e a formação do cânone; os procedimentos intertextuais, a leitura e seus princípios recepcionais e a construção de sentidos polissêmicos, além da questão do valor e da autoria.

No âmbito linguístico, a literatura se caracteriza como local onde a língua se expressa de maneira mais polivalente e reflexiva. Como afirma o crítico norte-americano Jonathan Culler (1999), na literatura é onde procuramos e exploramos “as relações entre forma e sentido ou tema e gramática e, tentando entender a contribuição que cada elemento traz para o efeito do todo, encontramos integração, harmonia, tensão ou dissonância (CULLER, p. 37).” É na literatura, portanto, que se configura a linguagem em constante questionamento e problematização, levando à reflexão de todos os modos em que ela é e pode ser usada.

De outro lado, a dimensão social e histórica da literatura insere essas e outras noções que gravitam em torno de um conceito formal de literatura, à multivalência do sistema “autor-público-leitor”, às complexas estruturas históricas, às relações de poder e às múltiplas condições ideológicas e discursivas que se capilarizam no campo literário, pondo em relevo o contexto de formulação e disseminação teórica sobre o literário, de forma revisionista. Atenta a demandas contemporâneas, essa perspectiva crítica problematiza as relações entre literatura e direitos humanos, o literário e sua função humanizadora e pedagógica, a recepção de textos literários e a sociologia da leitura, levando em conta determinantes sócio-históricos que incidem sobre a emergência de revisão do cânone literário, a fim de contemplar o debate público sobre a representação literária de autoria de minorias étnicas e sexuais e de outros temas de natureza social, inclusiva, e, portanto, multicultural. O aporte das discussões acerca do fenômeno literário na contemporaneidade conduz a

investigação e a difusão da literatura, orientando-se por aproximações cada vez mais rentáveis entre os estudos literários e outros campos epistemológicos, reconhecendo, no limite, a experiência com a literatura, a produção de sentido e efeito estético, suas ressonâncias na construção de sujeitos históricos e na emancipação de consciências, como uma construção ininterrupta, dialógica, subjetiva e social.

Tendo como pressuposto que há uma intrínseca relação entre literatura e sociedade, uma vez que, segundo o sociólogo e crítico literário Antônio Candido (2000), a literatura é um produto social que exprime as condições do contexto histórico do qual se originou, em seu ensino no curso superior é fundamental observar os aspectos que a ligam “à estrutura social, aos valores e ideologias, às técnicas de comunicação” (CANDIDO, 2000, p. 21). Ainda segundo Candido (1989), a literatura é uma manifestação universal, “cuja satisfação constitui um direito” (CANDIDO, 1989, p. 112). A partir dessa visão de que a literatura é um bem essencial, seu ensino no contexto brasileiro da sala de aula deve ser voltado, conforme apontado antes, à intrínseca relação entre a sua forma estética e a dimensão social e ideológica, uma vez que, como aponta o sociólogo brasileiro, “a organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro a se organizar; em segundo a organizar o mundo” (CANDIDO, 1989, p. 114). Isso aponta, com efeito, para o traço essencial da literatura, na concepção de Candido, que é a humanização, ou seja, aqueles traços essenciais ao homem que enriquecem nossa percepção e nossa visão de mundo. Dessa forma, a humanização propiciada pela literatura, ao contrário da visão maniqueísta de bem e mal, certo ou errado, aponta para traços essenciais da psique humana, ao agir no seu consciente e também no inconsciente. Em suma, compreende-se por humanização:

[...] o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós, a quota de

humanidade, na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1989, p. 117).

Esse processo de “humanização” enfatizado por Antônio Candido encontra ressonância significativa em outro teórico da literatura, ao mencionar o interesse que deveria ter o texto literário em sua significação final, a análise das obras literárias em sua dimensão humana, restringindo o método ao sentido projetado pelo próprio texto. Assim diz Todorov (2009):

A análise das obras feita na escola não deveria mais ter por objetivo ilustrar os conceitos recém-introduzidos por este ou aquele linguista, este ou aquele teórico da literatura, quando, então, os textos são apresentados como uma aplicação da língua e do discurso; sua tarefa deveria ser a de nos fazer ter acesso ao sentido dessas obras – pois postulamos que esse sentido, por sua vez, nos conduz a um conhecimento do humano, o qual importa a todos. (TODOROV, 2009, p. 89)

Trata-se das ideologias, das crenças que permeiam a obra literária e manifestam-se, portanto, por meio da literatura. Dessa forma, a literatura e o seu estudo são centrais para o entendimento da cultura, uma vez que, como sugere Culler, qualidades pensadas como literárias são “cruciais também para os discursos e práticas não-literárias” (CULLER, 1999, p. 27). Seguindo esse raciocínio, compreendemos a história seguindo a lógica das histórias, das narrativas e de suas figuras retóricas, que, ainda segundo Culler, conformam o pensamento também em outros discursos, estreitando, portanto, a distinção entre a literatura e outros saberes.

Portanto, a construção de uma sociedade justa pressupõe a garantia de que seus cidadãos tenham acesso à arte e à literatura, em todas as suas modalidades, pois a fruição destas são um bem e um direito inalienável.

Assim sendo, o papel da universidade é essencial, por propiciar o contato de estudantes de diferentes classes sociais, etnias e culturas do Curso de Letras com o texto literário em toda a sua pluralidade e diversidade, contemplando tanto a tradição clássica quanto as manifestações contemporâneas, como a literatura das minorias, aqui entendidas como a presença viva da literatura em sua dimensão histórica e

social, representadas na produção de autoria feminina, na manifestação artística *queer*, na criação da arte afro-brasileira e da literatura de autoras e autores afro-brasileiros, sem esquecer a presença incontestável das literaturas africanas em Língua Portuguesa, consubstanciando não só o preceito legal de sua oferta nos cursos de Licenciatura, sobretudo pela relação histórica em que se encontram Brasil e África.

6.4 CONCEPÇÃO DE ENSINO DE LÍNGUA

O ensino de Língua Portuguesa e a sua produção de conhecimento, no curso de graduação em Letras Português da UNESPAR, pressupõem a análise reflexiva, o desenvolvimento e a apropriação de competências e de capacidades linguístico-discursivas e didático-pedagógicas, pelos professores em formação, para a transposição dos conhecimentos teórico-científicos em saberes ensináveis no âmbito da educação básica escolar brasileira.

O curso objetiva a formação de professores de Língua Portuguesa com os conhecimentos que possibilitem a formação de profissionais aptos a lidar com os fenômenos linguísticos inerentes ao contexto escolar, em uma perspectiva que contemple, concomitantemente, a relação intrínseca entre linguagem, contexto sócio-histórico-cultural e as práticas sociais. Partindo de uma perspectiva sociointeracionista de linguagem, é necessário considerar o texto, em perspectiva discursiva, como a unidade de ensino, privilegiando o tratamento dos gêneros discursivos e não das formas gramaticais isoladas. Segundo essa perspectiva, ensinar língua implica fazer um trabalho com a linguagem cujo foco seja o funcionamento da linguagem em suas mais diversas formas de manifestação concretas: orais, escritas, gestuais, visual-imagética, bem como em suas variantes geográficas, sociais, etárias, entre outras, dando ênfase à diversidade das manifestações de linguagem e aos seus modos de circulação.

Faz-se também necessário considerar as transformações que a tecnologia trouxe para o ensino, especialmente o de línguas, uma vez que os contextos sociais

e escolares encontram-se permeados de estímulos, instrumentos e suportes das mais diversas naturezas. Assim, a linguagem, antes vista nos meios escolares como majoritariamente verbal, compõe-se contemporaneamente de imagens estáticas e em movimento, de sons e gestos, apontando para a necessidade de se pensar em um ensino de língua comprometido com o multiletramento, tal como definido por Rojo (2012):

"[...] 'multiletramento' significa que compreender e produzir textos não se restringe ao trato do verbal oral e escrito, mas à capacidade de colocar-se em relação às diversas modalidades de linguagem – oral, escrita, imagem, imagem em movimento, gráficos, infográficos etc. – para delas tirar sentido. Assim, desenvolver o multiletramento é ter o aprendizado ampliado para o campo da imagem, da música, das outras semioses que não somente a escrita." (p. 31).

Formar professoras e professores de língua capacitados para essa necessidade do multiletramento tem se tornado tão mais premente não apenas pela própria condição plurisemiótica do mundo em que vivemos, mas ainda pelas demandas apontadas pelos documentos oficiais.

As Orientações Curriculares para o Ensino Médio, publicadas em 2006, e que consubstanciam os princípios, postos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, de articulação do ensino de Língua Portuguesa com as demais linguagens, afirmam:

"O que se defende, portanto, é a absoluta necessidade de se avocar e levar adiante o desafio de criar condições para que os alunos construam sua autonomia nas sociedades contemporâneas – tecnologicamente complexas e globalizadas – sem que, para isso, é claro, se vejam apartados da cultura e das demandas de suas comunidades. Isso significa dizer que a escola que se pretende efetivamente inclusiva e aberta à diversidade não pode ater-se ao letramento da letra, mas deve, isso sim, abrir-se para os múltiplos letramentos, que, envolvendo um aenorme variação de mídias, constroem-se de forma multisemiótica e híbrida – por exemplo, nos hipertextos na imprensa ou na internet, por vídeos e filmes, etc (BRASIL, 2006, p.31).

O escopo é amplo e a construção de significados somente se faz possível por meio da leitura de mundo, permeada por significados pragmáticos, contextuais,

simbólicos, entre tantos outros.

As informações e os conhecimentos são produzidos e disponibilizados pelos mais diversos meios, que vão além das páginas dos livros didáticos e se multiplicam em sites de buscas da rede mundial de computadores, canais de distribuição de vídeos, de conteúdos e de formação de opiniões, podcasts, rádios, emissoras de televisão, aplicativos de celulares, recursos midiáticos diversos e pelos que ainda estão por vir. O conhecimento tornou-se simultaneamente físico e digital, tornando-se cada vez mais intangível. As tecnologias da informação e comunicação ampliam-se cada vez mais e, conforme afirma Duboc (2015),

De uma sociedade tipográfica, cujos processos de significação pautavam-se prioritariamente no uso da linguagem verbal reproduzida em mídias impressas, passamos a uma sociedade pós-tipográfica cuja produção de sentido passa a fundamentar-se em usos complexos e variados de modos semióticos nunca antes vislumbrados, processo este que complexifica a própria ideia de linguagem e de texto na contemporaneidade (p. 666-667).

É nesse contexto pós-tipográfico que se situam os alunos da educação básica e, por conseguinte, estarão atuando os alunos egressos do curso de Letras. Faz-se necessário, portanto, formar professores de línguas que estejam preparados para lidar com essa multiplicidade de recursos, informações e sentidos. A condição multimodal dos textos que se impõem à leitura e produção em nossa sociedade contemporânea não permite mais que o ensino de Língua Portuguesa se limite às suas fronteiras disciplinares. Nesse sentido, os PCNEM falam não em "disciplinas", mas em "conhecimentos" de Língua Portuguesa.

Nessa perspectiva, os conhecimentos da linguagem verbal são integrados a uma parte fundamental da área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, mas não possuem mais a exclusividade de que até então desfrutavam no que diz respeito às práticas de linguagem na esfera escolar. Isso requer também avanços na formação de professores de línguas, com vistas a poder explorar essas diversas modalidades de linguagem em sala de aula, ampliando as competências de leitura e

de produção textual de seus alunos para além dos textos verbais (DIONÍSIO, 2006). Desse modo, a concepção de ensino de língua deste documento fundamenta-se no entendimento de que muito mais do que ensinar sobre sistemas linguísticos, o professor de línguas precisa compreendê-las em suas riquezas e enquanto fenômeno e manifestação sociocultural, articulado com múltiplas linguagens, para que, motivado por essa compreensão, saiba lidar adequadamente com as realidades linguísticas que acontecem dentro e fora do contexto escolar.

A concepção humanística de ensino e aprendizagem de línguas, na vertente da pedagogia crítica, entende o ensino como “[...] um empreendimento essencialmente humanístico e não tarefa afecta às elites ou estritamente metodológica, e a força da sua importância deve decorrer da relevância de sua função afirmativa, emancipadora e democrática” (GIROUX, 2005, p. 73).

No ensino de Língua Portuguesa, a trilogia: língua, cultura e identidade são aspectos prementes na inserção da práxis pedagógica do professor. A língua, objeto de estudo dessa área de conhecimento, é concebida como um processo dialógico, social e de interação verbal (BAKHTIN, 2004). Nessa perspectiva dialógica bakhtiniana, a língua é estudada nas suas relações com a cultura, o sujeito e a identidade. Ensinar e aprender línguas é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de atribuir sentidos, é formar subjetividades, é permitir que se reconheçam no uso da língua os diferentes propósitos comunicativos, independentemente do grau de proficiência atingido (PARANÁ, DCE-LEM, 2008).

A Linguística Aplicada, grande área de estudos que abrange os campos do ensino e aprendizagem de línguas e formação de professores de línguas maternas e adicionais, ancora-se nos pressupostos bakhtinianos quando apresenta uma concepção de língua pautada na prática social, uma língua real, falada pelo indivíduo, que concebe a variação linguística e que muda de acordo com a evolução histórica. Conforme Signorini (1998),

A LA tem buscado cada vez mais a referência de uma língua real, ou seja, uma língua falada por falantes reais em suas práticas reais e

específicas, numa tentativa justamente de seguir essas redes, de não arrancar o objeto da tessitura de suas raízes (p. 101).

A proposta interacionista de Vygotsky, analisada no âmbito do processo de ensino e aprendizagem de línguas, indica que a interação entre o indivíduo e a cultura é fundamental para que o indivíduo se insira em um determinado meio cultural e, portanto, ocorram mudanças no seu desenvolvimento.

Nessa mesma perspectiva, as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2006) reconhecem que:

[...] é na interação em diferentes instituições sociais (a família, o grupo de amigos, as comunidades de bairro, as igrejas, a escola, o trabalho, as associações, etc.) que o sujeito apreende as formas de funcionamento da língua e os modos de manifestação da linguagem; ao fazê-lo, vai construindo seus conhecimentos relativos aos usos da língua e da linguagem em diferentes situações. Também nessas instâncias sociais o sujeito constrói um conjunto de representações sobre o que são os sistemas semióticos, o que são as variações de uso da língua e da linguagem, bem como qual seu valor social (BRASIL, 2006, p. 24).

Dessa forma, tem-se a concepção de língua como interação social, cujo ensino e aprendizagem envolve os aspectos culturais e identitários dos sujeitos, pelo fato de a língua viva estar invariavelmente entrelaçada à identidade, à raça, à etnia, dentre outros aspectos do sujeito (TEIXEIRA; RIBEIRO, 2012).

Por fim, Rajagopalan (1998) argumenta que a complexidade está presente nas questões que envolvem identidade, por tratar-se de um referente que está constantemente em transformação, “[a]s identidades estão todas elas, em permanente estado de transformação, ebulição. Elas estão sendo constantemente construídas. Em qualquer momento dado, as identidades estão sendo adaptadas e adequadas às novas circunstâncias que vão surgindo” (RAJAGOPALAN, 1998, p. 26).

7. METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

7.1 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto como requisito indispensável às universidades pela Constituição Federal de 1988, em seu Art. 207.

Alicerçando-se em Pinto (1986), na tentativa de contribuir para desconstruir a imagem de que a universidade privilegiaria “como saber o conhecimento gerado por seus cientistas e, em contrapartida, ignoraria “não apenas o conhecimento popular como também a realidade em que está inserida”, Magalhães (2007, p. 169) afirma que:

[...] grupos ligados às lutas populares influenciaram na inclusão, no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, que passa a ser um requisito identitário essencial às instituições que querem se firmar como universidade.

A compreensão do princípio da indissociabilidade deve se dar pelas vias paradigmática, epistemológica e político-pedagógica, não se restringindo ao aspecto conceitual ou legislativo. Tal fato relaciona-se à função e à razão de ser das universidades que se vinculam historicamente às aspirações e aos projetos nacionais de educação.

Cabe destacar que a LDB 9394/96, em seu Capítulo IV, que trata da Educação Superior, omitiu o princípio da indissociabilidade, deixando que leis complementares tratassem da questão. Todavia, como destaca Martins (2008, p. 73), “as universidades continuam imbuídas dessas funções”.

Nesse sentido, a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR destaca como um de seus princípios direcionadores a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, ressaltando que sua missão incide não apenas na *promoção* do conhecimento, mas também na sua *produção*, com o fim de promover a

cidadania e o desenvolvimento humano. No Plano de Desenvolvimento Institucional da UNESPAR (PDI), podemos ler que:

A Universidade Estadual do Paraná tem por missão gerar e difundir o conhecimento científico, artístico-cultural, tecnológico e a inovação, nas diferentes áreas do saber, para a promoção da cidadania, da democracia, da diversidade cultural e do desenvolvimento humano e sustentável, em nível local e regional, estadual e nacional e internacional (PDI, 2011, p.31).

Como se vê, o modelo de universidade defendido em nosso PDI é o que propõe que o processo educativo ocorrido no ensino superior não seja apenas para a formação de um profissional voltado ao mercado de trabalho, mas para a formação de um indivíduo gestado e aparelhado intelectual, cultural e socialmente, de modo que consiga promover o desenvolvimento humano em sua plenitude. Essa afirmação coaduna-se com o proposto por Martins (2008) quando o autor ressalta que a função básica do processo educativo é a humanização plena. Compreendemos, pois, que essa humanização plena pode vir a ocorrer quando desenvolvemos nossas atividades institucionais tendo presente a indissociabilidade entre as práticas de ensino, pesquisa e extensão.

Seguindo pelos documentos oficiais da UNESPAR, o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) afirma que o “ensino é indissociável da pesquisa, a qual gera conhecimento e produz ações na extensão, orientando-se segundo a diretriz de uma visão clara do perfil do egresso definido segundo a Missão da Universidade” (PPI, 2012, p. 20). Dessa forma, a articulação entre pesquisa e ensino só tem sentido quando estiver também articulada com a extensão.

Considerando-se que a pesquisa é o processo de produção de conhecimento, com base em uma metodologia específica, que visa à busca de respostas a questões específicas, esse processo deve também orientar-se em uma perspectiva ética, uma vez que o pesquisador deve ter por característica intrínseca a responsabilidade social em relação a sua produção (PPI, 2012, p. 22).

O compromisso ético está também presente nas atividades da extensão que,

por sua vez, ao articular diferentes atores sociais, busca a difusão e a disseminação dos conhecimentos produzidos pela pesquisa a fim de que estes se tornem acessíveis à sociedade, possibilitando uma transformação social. Partindo de uma concepção crítica e emancipatória, o PPI da UNESPAR salienta que

[...] a extensão universitária deve priorizar ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil, sendo entendida como trabalho social, ou seja, uma ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimento que levem à transformação social (PPI, 2012, p.25).

Verifica-se, portanto, que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão está previsto nos documentos oficiais da UNESPAR como fundamento metodológico, aproximando universidade e sociedade “como condição para uma formação teórico-crítica indispensável ao sujeito prático” (MARTINS, 2008, p. 83).

Por essa razão, o tripé proposto fomenta um modelo de produção, reflexão e interação do saber científico, procurando um distanciamento cada vez maior do tradicionalmente consagrado modelo de pura transmissão do conhecimento. Nessa direção, o curso de Letras visa ao diálogo interdisciplinar como meio para relacionar as práticas universitárias. A articulação dos saberes permite que um mesmo objeto possa ser analisado/observado sobre a prática do estudo e do ensino, vinculados às práticas sociais.

A tridimensionalidade do fazer universitário transcende a pura transmissão do conhecimento, o ensino abstrato e desconexo das realidades sociais. Ao promover a articulação do ensino e pesquisa, da pesquisa e extensão, e da extensão e ensino, contribui para uma formação acadêmica em que se abre espaço para:

- a) produção do conhecimento científico a partir das demandas sociais;
- b) interação sociedade e universidade;
- c) articulação, reflexão e (re)construção de saberes;

- d) práxis¹ pedagógica;
- e) aprendizagem e ressignificação de técnicas pedagógicas;
- f) formação e reflexão profissional.

Desse modo, a formação do profissional de Letras pode conduzir ao conhecimento da realidade social e a determinação de finalidades para sua transformação, dialogicamente mediados pelo processo de teorização. Afinal, conhecer e interpretar a realidade não bastam, é preciso transformá-la.

Para tanto, segundo Magalhães (2004, p. 170), “[...] temos a considerar o fato de que a interação do tripé exige uma postura diferente do professor dentro da universidade, passando de uma atitude simplesmente instrucionista, informativa, para a de mediador do processo de construção do conhecimento.”

Enfim, nossa proposta é de que se adotem metodologias que concebam a Pesquisa e a Extensão como estratégias de ensino, pois “ao realizar suas pesquisas, o pesquisador, quando entra em sala de aula, tem um nível de informações mais profundo e atualizado, do mesmo modo que também suas reflexões são mais aprofundadas e contextualizadas.” (MAGALHÃES, 2004, p. 171)

Sob o ponto de vista da formação discente visando a sua cidadania, o Ensino deve estar voltado para o desenvolvimento da capacidade de criticar, de formar grupos e parcerias, de planejar, de propor e realizar ações em conjunto. Tais competências, específicas da formação para cidadania, podem ser propiciadas por meio da Pesquisa e, sobretudo, da Extensão (MAGALHÃES, 2004).

Os cursos de Letras da UNESPAR visam, portanto, a democratizar as atividades de Pesquisa e Extensão (...) de modo a “torná-las presentes no cotidiano da formação do futuro profissional” ao almejar a realização de “um ensino a partir da imersão do aluno na vida; da Universidade na Comunidade.” (MAGALHÃES, 2004) Afinal, conforme pontuam Queiroz *et. al.* (2005, p. 6),

¹ Compreendida não simplesmente como uma prática de inobserância teórica, mas assumida como uma atividade teórica, “material, transformadora e ajustada a objetivos”, conforme pontua Sánches Vásquez (1980).

[...] as reflexões com os alunos sobre as vivências e novas descobertas levam à constatação de que a partir do momento em que eles percebem a contextualização do conteúdo ensinado na sua prática profissional futura se tornam mais motivados no aprofundamento dos conteúdos curriculares.

Paralelamente, os autores concluem que “Professores-pesquisadores universitários, ao promoverem o trânsito de experiências (...) trilharão caminhos para a indissociabilidade pesquisa, ensino, extensão na formação de novos profissionais” (QUEIROZ *et al.*, 2005, p. 6)

7.2 INTEGRAÇÃO CURRICULAR

Em consonância com políticas de interdisciplinaridade em âmbitos governamental e institucional, o curso de Letras Português da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá busca a integração curricular como uma das dimensões que norteiam o trabalho de formação do professor de Língua Portuguesa. Por meio do trabalho com a interdisciplinaridade, buscamos oportunizar ao licenciando a construção de vínculos mais claros entre o trabalho compartimentalizado das disciplinas e as práticas integralizadas de ensino e pesquisa, tais como Estágio e Iniciação Científica, bem como entre sua formação e a própria práxis docente, com vistas à relação indissociável entre ensino-pesquisa-extensão. Buscamos, ainda, problematizar a complexidade da relação teórico-prática e interdisciplinar ao reunir esforços para a valorização teórica até mesmo em espaços mais abstratos que permeiam o obscuro percurso desde o conhecimento para ensinar até a prática docente propriamente dita.

Em nossa visão e da forma como organizamos este projeto pedagógico, a integração curricular pode estar compreendida em vários momentos do curso, desde que não se conceba dissociadamente o desenvolvimento de um trabalho de Ensino OU de Pesquisa OU de Extensão; desde que se conceba a atividade de formação do professor Ensino E Pesquisa E Extensão em concomitância em produções: 1) de prática como componente curricular desenvolvida ao longo de disciplinas da matriz; 2) resultantes de participação em programas como Pibid, Residência Pedagógica,

Pibic, Pibex, dentre outros; 3) resultantes de Estágio Curricular Supervisionado, citando as mais evidentes.

Dentro dessa visão de integração, entendemos, ainda, que é na atual concepção de Extensão que espaços se abrem a ações mais criativas e inovadoras de integração curricular. Assim, em nosso curso está previsto o desenvolvimento de projetos extensionistas articulados às Práticas como Componente Curricular, nas disciplinas que ofertam tal carga horária, unindo, assim, a extensão à formação docente e direcionando-as para a atuação do aluno na escola, seu futuro campo de trabalho. Assim sendo, a relação interdisciplinar é objetivo central no desenvolvimento do trabalho extensionista no curso, sendo trabalhada ao longo do curso.

Neste projeto pedagógico, o desenvolvimento desses projetos é amparado por regulamento específico, o qual normatiza as ações e formas de sua realização para convalidação de horas em Extensão. Assim, portanto, sob a égide da Extensão, ampliamos as frestas ao pensamento e ao exercício da compreensão dos domínios teóricos disciplinares dos saberes para a docência, nem sempre claramente ou diretamente "aplicáveis", mas, nem por isso, menos essenciais ao desenvolvimento do poder de pensamento e reflexividade crítica do professor.

Fica previsto, caso haja necessidade e a possibilidade de recursos técnicos institucionais, o ensino à distância, compondo em até vinte por cento de carga horária de cada disciplina, do total previsto. Tal carga horária será ministrada via sistema Moodle, ou plataformas afins, desde que vinculada à disciplina ofertada na grade curricular, obedecendo à regulamentação do curso.

Além disso, havendo necessidade de reposição de aulas, a mesma poderá ocorrer presencialmente, em horário letivo, ou a distância, via plataforma Moodle ou afim. Em ambos os casos, o professor deverá apresentar por escrito à coordenação do curso a descrição de como ocorrerá a reposição, atentando para o fato de que não poderão ocorrer reposições a distância em número superior a vinte por cento da carga horária total da disciplina.

7.3 VISÃO DE ESTÁGIO

Conforme a Lei 11.788/2008, em seu art. 1º e seu § 1º, o Estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de estudantes, integrando, assim, o itinerário formativo do estudante em formação.

Conforme o § 2º do art. 1º da mesma Lei, o objetivo do estágio é visar ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

As modalidades do estágio são Estágio obrigatório e Estágio não obrigatório (art. 2º da Lei 11.788/2008). Desse modo, o estágio obrigatório é o estágio definido como obrigatório no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma (§ 1º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008). O estágio não obrigatório, por sua vez, é o estágio desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória, e parte do projeto pedagógico do curso (§ 2º do art. 2º da Lei nº 11.788/2008).

Assim sendo, podem ser estagiários os estudantes que estiverem frequentando o ensino regular, em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (art. 1º da Lei nº 11.788/2008).

7.5 AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

7.4 PRÁTICA COMO COMPONENTE CURRICULAR (PCC)

Nos últimos anos, sobretudo a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9394/96), observamos esforços políticos no sentido de atribuir um novo sentido orientador às licenciaturas em marcar uma identidade revelada como formadora de professores para a educação básica, distanciando-se

dos propósitos do bacharelado. Nesse sentido, a Resolução CNE/CP n. 2, DE 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior e a Resolução CNE/CP n. 2, de 09 de junho de 2015, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica.

Conforme determina a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que institui a duração e carga horária das licenciaturas em seu Art. 1º, os cursos de licenciatura terão, no mínimo, 2.800 (duas mil e oitocentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, compreendendo 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso; 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso; 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico cultural e 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais.

Por sua vez, a Resolução CNE/CP n. 2, de 09 de junho de 2015, determina em seu Art. 13 que os cursos terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, com duração mínima de 08 semestres ou 04 anos, compreendendo: a) 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo; b) 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; c) pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 dessa Resolução, conforme o projeto de curso da instituição; d) 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 dessa Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

Em conformidade ao previsto nas Diretrizes Curriculares para Formação de

Professores da Educação Básica, os Cursos de Licenciatura devem ofertar, no mínimo, 400 horas de carga horária, relativas à Prática como Componente Curricular (PCC), como determina a Resolução CNE/CP nº 02/2002 (Art. 1º). A PCC é compreendida como espaços para realização/socialização de práticas de ensino, de convivência no ambiente escolar, de práticas de experiências formativas na educação formal e/ou não formal.

A relação atual entre teoria e prática, que teve sua origem a partir da década de 1980, fundamentada especialmente pelos pressupostos de renomados teóricos da educação, como Donald Schön e a concepção do professor prático-reflexivo, Gimeno Sacristán, com o olhar sobre o currículo em ação, Maurice Tardif e sua perspectiva de ampliação do espaço de formação do professor para a prática, Philippe Perrenoud e o olhar sobre as novas competências para o professor e o educador português Antonio Nóvoa, por meio da perspectiva da simetria invertida, através da qual a experiência de aluno é constitutiva do papel que exercerá futuramente como docente contrapõe-se ao modelo tecnicista ou aplicacionista, a partir do qual se estuda para depois “aplicar” os conhecimentos somente nos estágios no final do curso (RIBEIRO, s/d).

De acordo com Ribeiro, a prática como componente curricular diferencia-se do estágio supervisionado obrigatório por possuir as seguintes características: implica conhecimento e análise de situações pedagógicas e não depende da observação direta nas escolas, tendo como exemplos o uso de tecnologias da informação, de narrativas orais e escritos de professores, as produções dos alunos, situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático etc. O estágio supervisionado, por sua vez, implica tempo de permanência *in loco* no futuro espaço de exercício profissional sob a forma supervisionada por um professor qualificado na área.

Desse modo, ao curso de Letras Português da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá, a PCC consiste no conjunto de atividades que leva o licenciando a articular conteúdo de disciplinas com aspectos da prática/do profissional docente, sob a orientação do professor formador responsável pela disciplina. A orientação de

base legal sugere que tais práticas sejam conduzidas de forma a permear todo processo formativo inicial do futuro professor. Neste curso, a porcentagem de carga horária de PCC é atribuída a componentes curriculares do 1º ao 4º ano do curso e está especificada na matriz curricular ao lado da carga horária teórica, totalizando 660 horas à conclusão do curso. Estão previstas, também, no ementário das disciplinas, bem como, detalhadas e organizadas, tanto estruturalmente quanto de sua proposta avaliativa, nos planos de ensino das disciplinas que ofertam carga horária em PCC. Essas práticas estão amparadas neste projeto pedagógico por meio de um regulamento específico, o qual normatiza as ações e formas de realização das PCC ao longo do Curso.

7.5.1 DIMENSÃO AVALIATIVA

A avaliação é uma parte integrante do processo de formação e possibilita o diagnóstico de lacunas e a aferição dos resultados alcançados, considerados os objetivos previstos e a identificação das mudanças de percurso eventualmente necessárias. Pautando-nos na concepção de que a avaliação não pode se reduzir a um mero instrumento quantificável e regulatório, sob a pena de, se assim for, tornar-se apenas um “ajuste de contas” entre professor e aluno, sem contribuir de fato para a formação dos estudantes.

A avaliação deve cumprir prioritariamente uma função pedagógica ou formativa, gerar informações úteis para a adaptação das atividades de ensino-aprendizagem às necessidades dos alunos e aos objetivos de ensino. O objetivo de toda avaliação é gerar e gerir retroinformação seja para a ação do professor em sala de aula, seja para a gestão acadêmica. A proposição de atividades avaliativas deve fazer interagir os conhecimentos prévios dos educandos em contextos novos de aplicação e de reflexão. Assim, é inegável a importância da avaliação, tanto para o aluno como para o professor. Além disso, é também inegável a necessidade da avaliação, seja como elemento do processo de construção do conhecimento, seja como elemento de gestão de um projeto pedagógico.

Sendo, portanto, um instrumento essencial para a evolução dos padrões de qualidade da instituição e fundamentais para a realização de seus objetivos educacionais, a avaliação ocorrerá nas seguintes instâncias:

- Avaliações feitas do corpo discente: avaliações dos alunos e da disciplina;
- Avaliações feitas do corpo docente: avaliação dos professores e da disciplina;
- Avaliação externa.

7.5.2 AVALIAÇÕES DO CORPO DISCENTE

A avaliação deve percorrer todas as etapas do processo de ensino, não se limitando apenas às avaliações periódicas somativas feitas para verificar formalmente a aprendizagem e atribuir notas aos alunos. O projeto de avaliação do professor deve incluir as avaliações formativas e as avaliações somativas. As avaliações formativas têm por objetivo regular a prática do professor, uma vez que permitem que os rumos sejam alterados quando da observância de dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos. Nesse tipo de avaliação, deve haver interação com os alunos, análise da produção dos estudantes e conseqüente adaptação do processo didático aos progressos e problemas dos alunos, regulação instrumentalizada com implementação de programas de reforços, quando necessário. Atividades em equipe, envolvendo discussão e pesquisa, trabalhos de campo, debates, realizados dentro do espírito de resolução de problemas contextualizados, constituem práticas fundamentais da avaliação formativa.

A avaliação somativa é feita depois do ensino, com atribuição de notas e visando a verificar efetivamente o que foi aprendido durante o processo de ensino. Como se trata de uma avaliação de resultados da aprendizagem, essa avaliação revela-se um elemento indispensável para a reorientação dos desvios ocorridos durante o processo e para gerar novos desafios ao aprendiz. A avaliação deve resultar em uma discussão honesta e transparente, entre todos os elementos

envolvidos no processo, como um processo constante de discussão dos critérios de avaliação utilizados pelo professor e da devolutiva das avaliações para que o “erro” seja visto como um dado importante na aprendizagem.

O processo avaliativo dos discentes nas disciplinas deve estar em conformidade com uma política afirmativa da permanência dos estudantes no curso. Sabidamente, processos e atitudes avaliativas que conflitam com a realidade do estudante, que o amedrontam e que o põem em tensão permanente diante da possibilidade do “erro”, dificultando-lhe o bom resultado, contribuem, e muito, para a sua evasão. Assim, a avaliação dos discentes nas disciplinas deve estar em acordo com uma política afirmativa da permanência dos estudantes no curso, promovendo, sempre que possível e necessário, formas de retextualização e de reelaboração das avaliações, com vistas a permitir que o aluno revise seus erros e insuficiências. Além de didaticamente produtora, pois proporciona um crescimento ao aluno em termos de aprendizado, este tipo de atitude avaliativa promove uma maior confiança e estabilidade na relação entre alunos e professores, os quais se colocam, no processo avaliativo, como mediadores de aprendizagem, e não como punidores de erros. É preciso também levar em conta, no processo avaliativo, questões que afetam a produtividade do aluno-trabalhador e da aluna-trabalhadora, perfil dominante do alunado do curso, muitos ainda tendo que assumir responsabilidades de sustento da própria família e, no caso das mulheres especialmente, a tarefa de gerar os filhos e de dar conta da dupla jornada de trabalho. Assim, cansaço, falta de sono, falta de tempo e condições para o estudo em casa, ausência de recursos materiais elementares como computadores, acesso à internet ou dinheiro para o xerox são uma realidade que deve ser levada em todo o processo de ensino-aprendizagem, incluindo o da avaliação. Assim, o curso privilegia meios avaliativos que permitam o acesso facilitado a materiais de estudo, tempo hábil para a resolução das questões, seja em sala de aula, seja em casa, e oportunidades de retextualização da avaliação, por parte do aluno, quando necessário, com o fim de possibilitar-lhe um maior rendimento e oportunidade de aprendizado.

Faz parte dos princípios da política de avaliação dos discentes no curso

promover processos avaliativos transparentes, que sejam construídos para promover o aprendizado, e jamais com o objetivo de ameaça ou punição. Todo o processo de avaliação busca transformar a dialética do confronto em relação de diálogo, por conta do compromisso de sustentar as oportunidades do avaliado. Além disso, a avaliação é um processo de sustentação do bom desempenho do aluno e por isso deve ser processo permanente e contínuo e não intervenções ocasionais ou episódicas, extemporâneas, intempestivas ou ameaçadoras.

Nesse contexto, entende-se que a avaliação da aprendizagem se desenvolve ao longo de todo o curso, podendo articular-se via projetos de ensino e, ainda, via projetos extensionistas. Assim, destaca-se que, na matriz curricular ora apresentada, estão identificadas as disciplinas em que serão desenvolvidos os projetos extensionistas. Quanto aos projetos de ensino, esses serão desenvolvidos conforme a dinâmica de cada ano letivo. Também são previstas estratégias avaliativas que articulem projetos de distintas disciplinas, tais como

- Atividades avaliativas complementares entre disciplinas que possuam possibilidade de articulação temática ou de área, como, por exemplo, a produção de textos que articulem conhecimentos de distintas disciplinas;
- Questões e/ou atividades avaliativas desenvolvidas em perspectiva comparativa, entre temas e questões de diferentes disciplinas;
- Atividades avaliativas articuladas, levando-se em conta os projetos desenvolvidos como extensão e/ou prática como componente curricular.

A forma de avaliação realizada pelo professor responsável da disciplina deve ser divulgada no início de cada período letivo. Para as disciplinas anuais, avaliações escritas, seminários e demais atividades realizadas pelos acadêmicos compõem uma nota bimestral, sendo que as notas ficam disponíveis para o acadêmico no Sistema de Gestão do Ensino Superior (SIGES). A frequência mínima exigida é de 75% e a nota mínima para aprovação é aquela determinada pelos Art. 80 e 81 do Regimento da UNESPAR.

7.5.3 AVALIAÇÕES DO CORPO DOCENTE

As avaliações do corpo docente são realizadas, institucionalmente, pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), embora seja desejável que, ao final da disciplina, os alunos avaliem as disciplinas e os professores como modo de orientar e fundamentar análises e tomadas de decisão da coordenação do curso.

7.5.4 AVALIAÇÕES EXTERNAS

A avaliação educacional externa feita pelo INEP já assume um lugar de destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, sendo um mecanismo importante de avaliação externa. Juntamente com as outras avaliações, contribuirá para um conhecimento mais objetivo dos resultados dos processos educacionais. Há, portanto, convergência em torno da importância estratégica de se avaliarem com profundidade os níveis de qualidade do curso, contribuindo para o seu desenvolvimento.

8 PERFIL DO PROFISSIONAL

8.1 PERFIL DO INGRESSANTE

De acordo com dados coletados na etapa de diagnóstico dos cursos, a primeira característica a ser ressaltada, que sem dúvida constitui uma identidade diferenciada para a UNESPAR e que é de suma importância para nossos futuros trabalhos, é a condição social de nossos estudantes. A imensa maioria é constituída por trabalhadores, muitos com baixa renda, advindos da escola pública, com pouca escolaridade na família, sendo que boa parte reside em municípios vizinhos, dependendo de transporte complementar para garantir seu acesso à universidade.

A condição econômica, social e cultural de nossos estudantes, portanto, precisa ser levada em conta para não incorreremos no risco de construir uma proposta curricular para um estudante ideal, mas de fato inexistente.

Os dados coletados pela PROGRAD acerca do perfil etno-socio-econômico dos estudantes dos dois cursos de Letras da Unespar – Paranaguá aponta para um público de estudantes entre 18 e 21 anos, majoritariamente do sexo feminino e solteiro, proveniente, em sua maioria, de famílias de baixa renda (a maioria, 37%, até dois salários mínimos) e de baixa escolaridade (a maioria dos pais não concluiu o ensino fundamental). São estudantes provenientes, em sua maioria, de escolas públicas e que, em grande número (35,87%), trabalham para ajudar no sustento familiar, sendo que 56% obtêm com seu trabalho de um a dois salários mínimos. Apenas pouco mais da metade dessas e desses estudantes possuem computador com acesso à internet, sendo que 30,6% ou possuem apenas o computador sem acesso à internet ou simplesmente não possuem computador.

Digno de nota é a sensível diferença apontada entre o perfil das/dos estudantes de Letras-Português e o das/dos estudantes de Letras-Inglês. Os dados apontam entre este grupo de estudantes, comparativamente ao curso de Letras-Português, uma maior renda familiar, uma presença um pouco maior de estudantes

do sexo masculino, um maior número de estudantes provenientes de escolas particulares e uma maior escolaridade dos pais. Uma taxa menor destes estudantes contribui na renda familiar (apenas 31,91% em comparação com os 40% das/dos estudantes de Letras-Português). Também possuem uma média de idade inferior aos estudantes de Letras-Português (a maioria está entre 16 e 18 anos, ao passo que as/os estudantes de Letras-Português estão em sua maioria entre 19 e 21 anos). Comparativamente às /aos estudantes de Letras-Português, encontram-se entre os estudantes de Letras-Inglês um maior índice de solteiras/os e de pessoas sem filhos. Dentre os dados analisados, a diferença entre ambos os públicos de estudantes é mais drástica no quesito “computador”. Enquanto 26,67% das/dos estudantes de Letras-Português não possuem computador, apenas 6,38% das/dos estudantes de Letras-Inglês convivem com esta carência.

Essa análise do perfil das e dos estudantes dos cursos de Letras da Unespar-Paranaguá aponta para a necessidade de pensarmos ainda as consequências destas estatísticas de cunho econômico e social para a vida cotidiana dessas pessoas, para as suas possibilidades e dificuldades para se manterem materialmente como estudantes – desde o transporte à alimentação, passando pelo xerox e pela aquisição de um computador com acesso à internet – , atentando para as suas possibilidades ou impossibilidades de estudo em casa ou de participação nas atividades extra-classe, e, por fim, de permanência no próprio curso.

Não se deve deixar de sublinhar ainda a necessidade de se contemplar aspectos relativos às questões de gênero na reformulação de nossos cursos. Como apontam as estatísticas da Prograd, os dois cursos de Letras são cursos majoritariamente compostos por mulheres, o que demanda que se leve em conta também as questões que afetam os destinos das mulheres em nosso país, passando pela gravidez precoce, a ausência paterna em caso de filhos, a dupla jornada de trabalho e todos os demais aspectos do machismo que impedem o desenvolvimento pleno das mulheres, que vão desde os estereótipos de gênero que sobrecarregam a mulher com obrigações domésticas, que lançam sobre ela unicamente a responsabilidade pela criação dos filhos, que a desvalorizam como

profissional e como intelectual, até o assédio e a violência de gênero em todas as suas manifestações. Uma política afirmativa em prol da permanência das estudantes mulheres em nossos cursos de Letras deve, portanto, permear os esforços de estruturação destes cursos e levar em conta estas especificidades que dizem respeito à realidade das mulheres em nosso país.

Para a superação das dificuldades apontadas nesse diagnóstico da realidade das e dos ingressantes nos cursos de Letras-Português da Unespar-Campus de Paranaguá são necessárias ações afirmativas de diferentes ordens e dimensões, demandando, em macro-escala, uma política de permanência que envolva a concessão de bolsas, estágios remunerados, ensino de línguas, inclusão digital, fomento à participação político-pedagógica e acompanhamento psicopedagógico oferecidos pela IES aos estudantes, além de creches, restaurante universitário e moradia estudantil. No que concerne especificamente a este Projeto Pedagógico de Curso, uma atenção especial é dada, nos dois primeiros anos, para uma inserção mediada dos alunos na cultura acadêmica, dando ênfase notadamente ao letramento acadêmico que envolve a inserção dos alunos nas formas de produção e circulação do conhecimento acadêmico, além do estímulo à participação dos alunos em atividades culturais, estudantis, científicas e formativas de toda ordem, especialmente por meio de projetos de extensão, eventos científicos, eventos culturais, grupos de estudo coordenados por professores, bem como por meio programas especiais, como o PIBID e o Programa Paraná Fala Inglês, o PIC, dentre outros. Fazer estes espaços formativos conhecidos dos alunos dos dois primeiros anos, estimulando efetivamente a sua participação ativa na vida acadêmica, é um objetivo do Curso, que contempla as atividades acima mencionadas em seu regulamento de Atividades Acadêmico Científico Complementares (vide anexo B).

Uma atenção especial foi dada, no sentido do estímulo à permanência dos estudantes, na formulação da grade curricular dos dois primeiros anos, tendo-se em conta que o maior índice de evasão ocorre nesta primeira metade do curso. Especificamente três das disciplinas do primeiro ano – Tópicos Gramaticais,

Compreensão e Produção de Textos I e Tópicos em Educação e Cultura - possuem ementas que preveem a abordagem de questões que afetam diretamente a permanência dos estudantes na universidade, estendendo-se a abordagem da questão também para o ambiente escolar, do qual os ingressantes saíram recentemente. Sabidamente, boa parte das dificuldades dos ingressantes em permanecerem na universidade advém do choque cultural entre a cultura do aluno e a cultura da universidade, choque que muitas vezes se opera já no ingresso do indivíduo na escola. Este choque cultural se manifesta em diferentes instâncias, sendo talvez a maior delas a do domínio da escrita, instrumento central de produção e de difusão do conhecimento no mundo acadêmico / escolar. A exigência que a universidade impõe de pleno domínio deste instrumental – o que implica desde o uso da norma padrão ao conhecimento dos gêneros textuais recorrentes no mundo acadêmico – não raro surge como um obstáculo amedrontador a boa parte dos alunos e alunas de classe trabalhadora ingressantes no curso de Letras-Português do *Campus* de Paranaguá, dado o precário letramento destes estudantes na Educação Básica, bem como sua cultura familiar e comunitária, em geral marcadamente oral e que raramente lhes proporciona o contato com textos escritos de maior densidade. Assim, é fundamental que o aluno ingressante possa ser introduzido nesta cultura acadêmica por via de conhecimentos, práticas e reflexões proporcionados pelas disciplinas já no primeiro ano do curso. Abordar estes aspectos da cultura escolar e acadêmica, seus contrastes, tensões e desafios, bem como os conhecimentos, práticas e atitudes necessários ao estudante para se afirmar em meio a esta cultura, é o maior objetivo do primeiro ano deste curso de Letras-Português, com vistas a promover uma maior inserção dos alunos no mundo acadêmico e favorecer, assim, a sua permanência na universidade. Também as disciplinas de Introdução aos Estudos Linguísticos e Introdução aos Estudos Literários expressam esta preocupação de introduzir mediadamente os alunos no campo específico das Letras, pondo-se em diálogo com as expectativas e experiências dos alunos com relação às realidades da língua e da literatura, objeto de estudos de sua formação.

Para dar um maior suporte aos alunos nos anos iniciais no que diz respeito sobretudo ao seu desenvolvimento nos gêneros escritos acadêmicos, o curso prevê práticas de monitoria e o desenvolvimento de projetos de extensão e de práticas de estágio, feitas por alunos dos 4º ano para alunos dos dois primeiros anos.

Além disso, os critérios de distribuição de disciplinas e carga horária para os dois primeiros anos foram pensados de modo a favorecer a permanência dos alunos. No primeiro ano, está previsto um rol reduzido de disciplinas (seis, em seu total), com maior carga horária, com vistas a permitir uma menor dispersão e maior aprofundamento nos conteúdos, com maior tempo para um trabalho que leve em conta as dificuldades de adaptação dos estudantes. Duas disciplinas do primeiro ano possuem carga horária com práticas como componente curricular, com vistas a propiciar um contato reflexivo dos alunos, já desde o primeiro ano de sua entrada no curso, com as realidades escolares das quais provém como recém-saídos do Ensino Médio e nas quais ingressarão como professores.

No segundo ano, a preocupação com a continuidade do letramento acadêmico e a inserção dos estudantes nas práticas universitárias perpassa todas as disciplinas, com maior ênfase nas disciplinas de Compreensão e Produção Textual II e Variação e Mudança Linguística, ambas com horas de prática como componente curricular e de extensão, permitindo que os estudantes vivenciem, na escola, as questões que articulam o ensino-aprendizagem da língua com a construção das identidades, com a diversidade cultural e com os Direitos Humanos, trazendo esta reflexão para a sua própria realidade enquanto estudante universitário. As disciplinas de Literatura também têm como foco promover, além de uma reflexão crítica, também a experiência dos estudantes com os textos literários, ampliando-lhes as oportunidades de letramento literário.

Neste segundo ano do curso o número de disciplinas com carga horária de prática e de extensão sobe para três, enfatizando, assim, experiência dos estudantes com as realidades da escola e com a construção de sua identidade como professores de língua materna, o que é essencial para reforçar a perspectiva de formação profissional do curso, e, portanto, aumentar os estímulos à permanência

dos estudantes.

8.2 PERFIL DO EGRESSO

Considerando as oportunidades oferecidas à construção do conhecimento para a docência no curso de Letras Português do *Campus* de Paranaguá da Unespar, considerando, ainda, que as bases sobre as quais edificam-se conhecimentos em Língua Portuguesa e suas Literaturas estão fundadas sobre:

- Princípios de formação humanística e ética, de igualdade, solidariedade, inclusão social e do respeito e estabelecimento pleno das relações étnico-raciais;
- Conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, culturais e pedagógicos, além dos conhecimentos específicos provenientes dos estudos linguísticos e dos estudos literários e suas respectivas metodologias de ensino;
- Princípios de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e de interdisciplinaridade.

Em conformidade com as contingências sociais e acadêmico-científicas da área, espera-se desse profissional um perfil com as seguintes características:

- Atitude investigativa e colaborativa indispensável ao processo contínuo de construção do conhecimento na área;
- Disposição ao reconhecimento e revisão de atitudes/ações preconceituosas ou discriminatórias, tanto suas quanto de seus alunos, fazendo uso consciente, crítico e mediador da pluralidade de expressão linguística e literária;
- Postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, e consciência do seu papel de educador e formador de opinião;
- Capacidade de atuar profissional e humanamente, respeitando as prerrogativas da convivência em uma sociedade plural e democrática,

pautada pelos Direitos Humanos;

- Atitude crítica na análise das diferentes teorias que fundamentam as diferentes perspectivas da pesquisa qualitativa em língua e literatura;
- Capacidade de atuação interdisciplinar e multiprofissional;
- Assimilação crítica do uso de tecnologias e de conceitos científicos da contemporaneidade para planejamento e ação didático-pedagógica;
- Capacidade para identificar relações intertextuais de obras das literaturas de Língua Portuguesa entre si e com obras da Literatura Universal, bem como com outras artes presentes na contemporaneidade;
- Formação literária ampla e sensibilidade para formar leitores críticos, intérpretes e produtores de textos de diferentes gêneros, subjetivamente engajados em suas práticas de leitura e de escrita;
- Capacidade de refletir teórica e criticamente sobre a linguagem em seu funcionamento dialógico e discursivo e de pensar suas práticas de ensino de língua a partir desta reflexão;
- Sensibilidade estética e humana desenvolvidas a partir da sua experiência com a língua, com a literatura e com as demais disciplinas do curso, no sentido de ampliar a sua compreensão das realidades humanas.

Considerando as questões discutidas acima, pretende-se que o profissional atuante na área de Letras Português possua um perfil de autonomia e criticidade, competência linguística e metodológica, integrando ensino, pesquisa e extensão no seu fazer em sala de aula. Para tanto, enfatizam-se quatro aspectos norteadores da constituição do perfil do egresso do curso de Letras Português com base nos eixos de conhecimento articuladores do componente curricular do curso, visando, portanto:

1. **Formação Linguística:** que através de seus aspectos estruturais, pragmáticos, sociais, pedagógicos e estéticos possibilitará ao aluno desenvolver as competências linguística, comunicativa e discursiva;

2. **Formação Literária:** que capacitará o aluno a posicionar-se reflexiva e criticamente, com ampla sensibilidade estética, diante de manifestações artísticas em língua materna e estrangeira, desenvolvendo uma relação própria e autônoma com as obras estudadas;
3. **Formação Didática:** que deverá relacionar teoria e prática, com criatividade, inventividade e criticidade, capacitando o futuro professor a atuar unindo a competência específica da área de conhecimento e das realidades do processo ensino-aprendizagem com uma sensibilidade e profunda empatia pelo ser humano que se encontra na sala de aula na condição de aluno;
4. **Formação Complementar:** através da qual será proporcionada ao aluno uma formação humanística baseada em conhecimentos filosóficos, antropológicos e sociológicos, bem como em uma cultura de igualdade e solidariedade, de inclusão social e de construção de relações étnico-raciais e de gênero pautadas pelo respeito e pela compreensão das subjetividades.

9 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES PRÁTICAS

Assim como a carga horária do estágio, as horas designadas para a PCC foram instituídas e regulamentadas pela Resolução CNE/CP n. 2, de 19 de fevereiro de 2002 e, apesar da publicação em 2015 de novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial, por meio da Resolução CNE/CP n. 2, de 09 de junho de 2015, sua natureza, bem como duração não foram alteradas, sendo, portanto, de 400 horas distribuídas ao longo de todo o processo formativo.

O que está na base da proposição de 400 horas de PCC é, mais uma vez, a percepção de que a formação docente, para além da dicotomia entre teoria e prática, deve propor a real articulação entre essas duas dimensões. De acordo com o Parecer CNE/CP nº 28/2001:

A prática como componente curricular é, pois, uma prática que produz algo no âmbito do ensino. Sendo a prática um trabalho consciente (...) de apoio do processo formativo, a fim de dar conta dos múltiplos modos de ser da atividade acadêmico-científica. Assim, ela deve ser planejada quando da elaboração do projeto pedagógico e seu acontecer deve se dar desde o início da duração do processo formativo e se estender ao longo de todo o seu processo. Em articulação intrínseca com o estágio supervisionado e com as atividades de trabalho acadêmico, ela concorre conjuntamente para a formação da identidade do professor como educador. (BRASIL, 2001, p. 9)

Importante pontuar a diferença entre as atividades de estágio supervisionado e as de PCC, pois, enquanto as primeiras preveem uma permanência *in loco* no futuro espaço de exercício profissional sob a forma supervisionada por um professor da área, as segundas objetivam uma maior aproximação do licenciando com o espaço escolar e com sua futura profissão, o que não acarreta, necessariamente, a observação direta em escolas. Sobre essa distinção, o Parecer CNE/CES nº 15/2005 diz:

As atividades caracterizadas como **prática como componente curricular podem ser desenvolvidas como núcleo ou como parte de disciplinas ou de outras atividades formativas**. Isto inclui as disciplinas de caráter prático relacionadas à formação pedagógica, mas não aquelas relacionadas aos fundamentos técnico-científicos correspondentes a uma determinada área do conhecimento. Por sua vez, **o estágio supervisionado é um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais**, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional. O estágio supervisionado tem o objetivo de consolidar e articular as competências desenvolvidas ao longo do curso por meio das demais atividades formativas, de caráter teórico ou prático. (BRASIL, 2005, p. 3. grifos nossos).

As atividades práticas a serem desenvolvidas pelos estudantes do curso de Letras Português serão realizadas em forma de projetos suplementares, em sua maior parte também articulados a projetos extensionistas, no âmbito das seguintes disciplinas:

Ano	Disciplina	Carga horária	
		Teórica	Prática
1º	Tópicos Gramaticais	60	60
1º	Tópicos em Educação e Cultura	120	60
2º	Fonética, Fonologia e Morfologia	120	60
2º	Compreensão e Produção Textual II	60	60
2º	Variação e Mudança Linguística	60	60
3º	Sintaxe	60	60
3º	Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas	120	60
3º	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	120	60
3º	Metodologia de Ensino de Literatura	60	60
4º	Tópicos de Literatura Brasileira III	120	60
4º	Literatura Infantojuvenil	60	60
4º	Planejamento de Estágio	120	60
Total		1.080	720

10 DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

O caráter de indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão que constitui o fundamento do ensino superior orienta o curso de Letras Português da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá. Por conseguinte, a participação, envolvimento e protagonismo de professores, estudantes e agentes universitários é estimulada pelo Curso de Letras Inglês, com vistas a ações que gerem impactos sociais na comunidade, tanto interna quanto externa. Essas ações se concretizam em atividades de diversos aspectos, como grupos de estudos, cursos, projetos de extensão, programas, eventos – como seminários, colóquios, jornada de Letras, palestras, concursos de poesias, dentre outros – e estímulo à participação em eventos científicos e atividades externas semelhantes. Os eventos ofertados pelo Departamento de Letras são abertos à participação da comunidade externa.

Tanto a pesquisa quanto a extensão originam-se das disciplinas ofertadas ao longo do curso e de projetos desenvolvidos por seus professores e vinculados aos seus respectivos Grupos de Pesquisa e/ou projetos de pesquisa. O Colegiado do Curso de Letras é formado, em sua grande maioria, por professores pesquisadores detentores de projetos devidamente institucionalizados e cujos resultados de suas investigações científicas são regularmente publicados em periódicos e eventos qualificados. O curso também conta com a participação de docentes e discentes no Programa de Iniciação Científica da Unespar. Além desses, também há projetos gerados por meio de iniciativas individuais de membros do corpo docente ou de parcerias com órgãos e instituições externas à universidade.

A curricularização da Extensão, no curso de Letras Português do *Campus* de Paranaguá, ocorre por meio das disciplinas incluídas diretamente na grade curricular e das Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC). Um aspecto a se ressaltar é o caráter de indissociabilização entre ensino, pesquisa e extensão que se concretiza ao longo do curso, uma vez que as atividades curriculares de extensão se encontram vinculadas às disciplinas de prática como componente curricular. Desse modo, aliam-se fortemente a teoria e a prática, uma vez que os conteúdos

estudados serão objeto de pesquisa e, após ampla análise e discussão coletivas, desenvolvidos projetos e atividades de extensão a serem desenvolvidas nos contextos de pesquisa. Em vista disso, as disciplinas em que ocorrerão as atividades extensionistas são as abaixo elencadas:

Ano	Disciplina	Carga horária		
		Teórica	Prática	Extensão
2°	Fonética, Fonologia e Morfologia	120	60	60
2°	Compreensão e Produção Textual II	60	60	60
2°	Variação e Mudança Linguística	60	60	60
3°	Sintaxe	60	60	60
3°	Linguística Textual: Estudo e Implicações Pedagógicas	120	60	60
3°	Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa	120	60	60
3°	Metodologia de Ensino de Literatura	60	60	60
4°	Tópicos de Literatura Brasileira III	120	60	60
4°	Literatura Infantojuvenil	60	60	60
4°	Planejamento de Estágio	120	60	60
	Total	900	600	600

11 DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Tomando como princípio a relação entre teoria e prática já explicitada, compreendemos o Estágio Curricular Supervisionado como atividade propiciadora da práxis, na qual pode ocorrer a efetivação do processo de formação inicial. De acordo com Pimenta e Lima:

O papel das teorias é o de iluminar e oferecer instrumentos e esquemas para análise e investigação, que permitam questionar as práticas institucionalizadas e as ações dos sujeitos e, ao mesmo tempo, se colocar elas próprias em questionamento, uma vez que as teorias são explicações sempre provisórias da realidade (PIMENTA; LIMA, 2006, p. 12).

Este documento propõe-se a balizar a concepção mais ampla de estágio, cujas especificidades são normatizadas pelo Regulamento de Estágio anexo a este PPC, sob orientação do Regulamento Geral de Estágios da Unespar.

O Estágio Supervisionado na Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR é considerado como ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes, é considerado atividade essencial para o desenvolvimento da formação profissional e cidadã do estudante universitário. O estágio visa à preparação do estudante para a sua atuação profissional, inserção e conhecimento da realidade sócio-político-econômica desses contextos. Desse modo, o estágio atua como forma de integrar o percurso formativo do licenciando, por meio da contextualização do currículo e promoção do desenvolvimento de conhecimento e experiências docentes. Para que isso se efetive, estão previstas duas modalidades de estágio:

1. Estágio curricular obrigatório: composto de a) estágio de observação; e b) estágio de apoio e regência;
2. Estágio não obrigatório

A realização do estágio curricular obrigatório ocorre a partir do terceiro ano do curso, articulando as dimensões teórico-práticas da formação docente. O relatório de

estágio, apresentado ao final do ano letivo, deve explicitar esse diálogo nos relatos e reflexões sobre a prática. Além disso, prevê ações de observação, suporte ao professor da escola parceira no planejamento e desenvolvimento de atividades, aulas e atendimento aos alunos, sempre acordadas com o professor da escola e o supervisor da IES.

A supervisão do Estágio Curricular Supervisionado será distribuída entre os membros docentes do Colegiado do Curso de Letras Português da Unespar - *Campus* de Paranaguá. O acompanhamento dos estudantes nos campos de estágio, bem como das atividades a serem desenvolvidas no Estágio Curricular Supervisionado será realizado pelos professores supervisores, de acordo com cronograma e edital com a relação professor supervisor/alunos, divulgados no início de cada ano letivo, de acordo com o Art. 31º do Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado do Curso (Anexo A).

Além do Estágio Supervisionado, de caráter obrigatório, há também a possibilidade de o estudante do curso de Letras participar do estágio de apoio e residência pedagógica, com vistas ao exercício das funções docentes, desenvolvendo atividades tais como:

- ministrar aulas em turmas sob a responsabilidade de outro docente;
- ministrar aulas para alunos ou grupos de alunos a título de apoio pedagógico;
- proceder à correção/devolutiva de atividades realizadas pelos alunos;
- planejar atividades, avaliações;
- participar de reuniões pedagógicas da escola, reuniões de pais, eventos da comunidade e das diretorias de ensino;
- atuar em parceria com professores de outras disciplinas na escola na construção de atividades interdisciplinares.

A realização do estágio de residência pedagógica se dará nas instituições de educação básica parceiras, especialmente da rede pública, sob orientação de um professor do Curso de Letras Português.

Para ambos os tipos de estágios, os alunos deverão apresentar relatório em que analisem a experiência vivida, participar de encontros individuais e coletivos de supervisão e participar de eventos de divulgação das experiências.

O estágio não obrigatório é desenvolvido como atividade opcional, não compondo a carga horária necessária para a integralização do curso.

12 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS (AACC)

As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) integram a formação social e profissional, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem e perfazem um total de 200h da carga horária do curso. Entende-se como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais participação em eventos internos e externos à Instituição de Ensino Superior, cursos de extensão, atualização acadêmica e profissional, atividades de iniciação científica, monitoria e outros.

Os critérios de pontuação entendem as horas-atividade como limite máximo aceito para cada atividade realizada, independentemente do tempo real despendido para sua execução. Desse modo, o equilíbrio entre maiores e menores pontuações apoia-se no objetivo de estimular a diversidade de interesses, a iniciativa em assumir propostas mais desafiadoras ou de maior alcance social, considerando a pró-atividade acima da passividade.

A distribuição das horas entre diferentes tipos de atividades e semestres do curso visa garantir alguns princípios básicos de que o aluno possa vivenciar o ambiente acadêmico para além da sala de aula, participar de atividades de pesquisa e extensão e comprometer-se com a ampliação contínua do seu universo cultural.

O aluno deverá cumprir fora da matriz horária em atividades acadêmicas, científicas e culturais, distribuídas conforme o Anexo B.

13 CORPO DOCENTE EXISTENTE E NECESSÁRIO

COORDENADORA DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação	Titulação	Disciplinas Vinculadas	Regime de trabalho
Ivone Ceccato	Licenciatura em Letras Português-Inglês (FAFIMAN, 1994)	Doutorado em Letras (UNESP, 2004) Mestrado em Letras (UEL, 1998)	Linguística Textual Língua Portuguesa IV	TIDE

PROFESSORES EFETIVOS				
Nome	Graduação	Titulação	Disciplinas Vinculadas	Regime de trabalho
Adilson do Rosário Toledo	Licenciatura em Letras Português-Inglês (FAFIPAR, 1986)	Pós-Doutorado em Estudos da Tradução (UFSC, 2013) Doutorado em Estudos da Linguagem (UEL, 2011) Mestrado em Letras (UFPR, 1998) Especialização em Ensino da Língua Portuguesa (PUC-PR, 1991)	Em readaptação funcional. Afastamento das atividades por ordem médico-pericial, nos termos da Lei Ordinária N. 15.308/2006.	T-40
Alessandra da Silva Quadros Zamboni	Licenciatura em Letras Português-Inglês (FAFIPAR, 1992)	Doutorado em Letras (UFPR, em curso) Mestrado em Letras (2013, UFPR) Mestrado em Ciências da Educação (UI, 2009) Especialização em Psicopedagogia (FAFIPAR, 1996). Especialização em Produção de Textos e Literatura Brasileira (FAFIPAR, 1997);	Literatura Norte-Americana II Metodologia do Ensino de Língua Inglesa Literaturas de Língua Inglesa II	TIDE

Beatriz Avila Vasconcelos	Licenciatura em Letras Português (UFG, 1994)	Doutorado em Letras Clássicas (Universidade Humboldt de Berlin (Universität Humboldt zu Berlin, 2009) Mestrado em Letras Clássicas (USP, 2000)	Semântica Análise do Discurso Literatura Universal	TIDE
Cátia Toledo Mendonça	Graduação em Letras (UFAM, 1987)	Doutorado em Letras (UFPR, 2006) Mestrado em Letras (UFPR, 2000) Especialização em Literatura Brasileira (Fundação Severino Sombra, 1988)	Literatura Infantil Literatura Infanto-Juvenil	TIDE
Cristian Pagoto	Licenciatura em Letras Português (UEM, 1997)	Doutorado em Letras (UEFPR, 2018) Mestrado em Letras (UEM, 2008) Especialização em Literatura e Língua Portuguesa (FAFIMAN, 1998)	Literatura Portuguesa I Literatura Portuguesa II	TIDE
Daniela Zimmermann Machado	Licenciatura em Letras Língua Portuguesa (UFSM, 2006)	Pós-Doutorado em Linguística (Université d'Orléans, 2018) Doutorado em Letras (UFPR, 2013) Mestrado em Letras (UFPR, 2009)	Linguística Textual Língua Portuguesa IV	TIDE
Dulce Elena Coelho Barros	Licenciatura em Letras Português (UEM, 1991)	Doutorado em Linguística (UNB, 2008) Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP, 1998)	Recepção e Produção de Texto II Metodologia da Pesquisa	TIDE
Ednilson Assenção Luiz	Graduação em Normal Superior (ISULPAR, 2006)	Mestrado em Educação (Tuiuti, em curso) Especialização em Educação Especial (FAPI, 2006)	LIBRAS (nos cursos de Letras Português, Letras Português-Inglês, Pedagogia (tarde e noite), Ciências Biológicas (licenciatura e bacharelado), História e Matemática.	T-40
Maurício José Pereira	Licenciatura em Letras Português-Inglês (FAFIPAR, 1976)	Especialização em Língua Inglesa (FAFIPAR, 1999)	Língua Inglesa Inglês Instrumental Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I	T-40

Moacir Dalla Palma	Letras Português/Inglês e Respectivas Literaturas (FECILCAM, 1996)	Doutorado em Letras (UEL, 2008) Mestrado em Letras (UEL, 2002) Especialização em Literatura Brasileira (FECILCAM, 1999)	Teoria da Literatura II	TIDE
--------------------	--	--	-------------------------	------

PROFESSORES TEMPORÁRIOS – CRES				
Nome	Graduação	Titulação	Disciplinas Vinculadas	Regime de trabalho
Dário Ferreira Sousa Neto	Graduação em Letras (USP, 2004)	Doutorado em Literatura Brasileira (USP, 2015) Mestrado em Literatura Brasileira (USP, 2008)	Língua Portuguesa I Teoria Literária I Literatura Brasileira I Literatura Brasileira II Literatura Brasileira III Metodologia da Pesquisa	T-40
Dinair Iolanda da Silva Natal	Licenciatura em Pedagogia (UNINTER, 2014)	Mestrado em Desenvolvimento Territorial Sustentável (UFPR, em curso) Especialização em Educação Especial: Educação Bilíngue Português/Libras (Faculdade de Tecnologia América do Sul, 2015)	Tradutora Intérprete de Libras	T-40
Eugenio da Silva Lima	Fisioterapia (UNIDERP, 2005) Biologia (ISULPAR, 2011) Teologia (FABAPAR, 2015) Letras/Libras (2018)	Especialização em Educação Bilíngue para Surdos: Libras Língua Portuguesa (Faculdade da América Latina, 2011)	Tradutor Intérprete de Libras	T-20

Jordana Cristina Blos Veiga Xavier	Licenciatura em Letras (UFGD, 2011)	Mestrado em Letras: Literatura e Práticas Culturais (UFGD, 2014)	Literatura Inglesa I Literatura Inglesa II Literatura Norte-Americana I Literatura Norte-Americana II Estágio supervisionado em Língua Inglesa II	T-20
Kathiely Balduino	Licenciatura em Letras Português- Inglês (UNESPAR, 2010)	Especialização em Educação Bilíngue para Surdos (Instituto Paranaense de Ensino, 2013)	Tradutora Intérprete de Libras	T-20
Márcia Cristina do Carmo	Licenciatura em Letras (UNESP/IBILCE, 2006)	Pós-Doutorado em Linguística (University College London – UCL, 2015) Doutorado em Estudos Linguísticos (UNESP/IBILCE, 2009) Mestrado em Estudos Linguísticos (UNESP/IBILCE, 2013)	Língua Portuguesa I (2 turmas) Língua Portuguesa II (2 turmas) Língua Portuguesa III (1 turma)	T-40
Mircia Hermenegildo Salomão Conchalo	Licenciatura em Letras com habilitação em Português e Espanhol (UNESP, 2008)	Doutorado em Estudos Linguísticos (UNESP, 2015) Mestrado em Estudos Linguísticos (UNESP, 2010)	Linguística I Linguística II Língua Portuguesa III Produção Textual Recepção e Produção de Textos I	T-40
Nilceu Romi Kerecz Tavares	Letras Português (UFPR, 2010)	Mestrado em Letras (UFPR, 2014)	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I; Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II; Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa	T-40

Rafael Magno de Paula Costa	Licenciatura em Letras (FAFIPAR, 2007)	Doutorado em Letras (UEL, em curso) Mestrado em Letras (UEL, 2014) Especialização em Língua Portuguesa e Literatura Brasileira (PUC-PR, 2010)	Língua e Literatura Latina I Língua e Literatura Latina II Literatura Brasileira I Literatura Brasileira II Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I	T-40
-----------------------------	--	---	---	------

13.1 RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

	Efetivos	CRES
Graduados	0	0
Especialistas	02	03
Mestres	01	03
Doutores	06	02
Pós-Doutores	02	01
TOTAL	11	09

13.2 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

O Núcleo Docente Estruturante dos Cursos de Letras da UNESPAR - *Campus* de Paranaguá foi criado em julho de 2013 e instituído pela Portaria nº 003/2017, e trabalha pela consolidação, aperfeiçoamento e atualização permanente do projeto pedagógico do curso, bem como pelo fortalecimento da identidade do curso, além de zelar pela integração curricular interdisciplinar entre atividades de ensino constantes no currículo e indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão.

O NDE é formado por cinco professoras dos cursos de Letras, sendo que todas as professoras possuem dedicação exclusiva à UNESPAR, com carga horária de 40 horas. A atuação do NDE se faz através de reuniões, grupos de debates e estudos sobre as questões pertinentes ao curso. Em seu âmbito, são discutidos em reuniões de trabalho temas referentes às adequações no projeto pedagógico de curso, dentre outros assuntos.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso de Letras é composto pelas seguintes professoras:

- ✓ Profa. Dra. Ivone Ceccato – Coordenadora do Curso e Presidente do NDE

- ✓ Profa. Ma. Alessandra da Silva Quadros Zamboni
- ✓ Profa. Dra. Beatriz Ávila Vasconcelos
- ✓ Profa. Dra. Daniela Zimmermann Machado
- ✓ Profa. Dra. Cátia Toledo Mendonça

O Regulamento do Núcleo Docente Estruturante encontra-se no Anexo C.

14 INFRAESTRUTURA DE APOIO

A UNESPAR - *Campus* de Paranaguá conta com 3 blocos de salas de aula, 2 auditórios, Manoel Viana, localizado no bloco A, e auditório Luiz Carlos dos Santos, localizado no bloco C, com 114 cadeiras com pranchetas retráteis, uma tela de projeção, uma lousa branca, seis mesas com seis cadeiras para palestrantes, uma caixa de som e um microfone. Desses, apenas o auditório Manoel Viana se encontra em condições de utilização. O espaço é utilizado para os eventos do Curso de Letras quando é necessário juntar todas as turmas para assistir, tais como Jornada de Letras, Ciclo de Palestras, SELLF, ENLIJ, Varal de Poesias, dentre outros. O auditório disponível atende a todos os cursos do *campus*, devendo ser agendado com antecedência.

O *campus* possui ainda uma sala dos professores, uma sala de atendimento aos alunos, ambos para atender a todos os cursos do *campus*, 1 biblioteca, 2 laboratórios de informática, 1 laboratório de línguas, laboratórios multiusuários e 11 laboratórios vinculados ao colegiado de Ciências Biológicas, além do setor administrativo e de apoio. Conta ainda com um novo terreno onde será construído um novo bloco, a partir do convênio já firmado com a Prefeitura de Paranaguá e uma área para instalação de novo *campus*. A maior parte dos espaços ainda não possui acessibilidade a portadores de deficiência. Para o curso, o *Campus* de Paranaguá da UNESPAR disponibiliza um laboratório de línguas. No *campus*, funcionam nove cursos de graduação, sendo apenas 3 diurnos. Não há restaurante universitário no *campus*.

Além dos espaços citados, a UNESPAR possui a disponibilidade para utilização da estrutura do Parque Estadual do Palmito, localizado próximo à estrutura da IES em Paranaguá. Essa Unidade de Conservação foi criada pelo Decreto Estadual nº 4.493 em 1998 e está localizada às margens da PR-407, nos remanescentes da Mata Atlântica da planície costeira do Paraná e faz parte do mosaico de Unidades de Conservação dos remanescentes florestais da Mata Atlântica (MMA, 2003). Recentemente foi recategorizada (Parque Estadual) e

ampliada (Decreto Estadual nº 7097 de 06 de Junho de 2017). Na área do Parque está localizado o Laboratório de Ficologia e Qualidade de Água Marinha (LAQUAMAR) da UNESPAR. A infraestrutura do Parque inclui estacionamento para 60 veículos, centro de visitantes com salas de aula e de administração, laboratório para pesquisas ambientais, sanitários, guarita, casa para o gerente, alojamento para pesquisadores, telefone para uso administrativo, sala para eventos e seminários, trapiche e rampa para acesso de embarcações. Está em andamento um projeto para ampliação significativa dessa estrutura, com participação da UNESPAR. O Centro de Visitantes, perfazendo 620 m², e o Laboratório Ambiental, de 168 m², assim como as áreas naturais do Parque, foram disponibilizados para a UNESPAR para apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

No ano de 2017 foi cedido à Unespar o uso do Palacete Histórico Mathias Bohn, localizado na cidade de Paranaguá, em local privilegiado do centro histórico da cidade. O Palacete, que se encontra, no momento, em vias de ser mobiliado, deverá ser a sede do Centro Cultural Unespar e irá abrigar projetos e programas culturais de extensão do *Campus* de Paranaguá e de outros *campi* da Unespar, bem como produções artísticas locais e de outras regiões do estado.

A instituição também possui um espaço no município de Guaratuba, denominado CPPOM (Centro de Produção e Propagação de Organismos Marinhos), disponível para aulas, visitas técnicas, cursos, realização de projetos e eventos.

14.1 RECURSOS HUMANOS PARA ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

O curso de Letras é composto por 20 professores, sendo 11 efetivos (55%) e 09 temporários (45%), sendo que a coordenação do curso é responsabilidade de um dos professores efetivos, eleito para um mandato de 2 anos. A secretaria acadêmica possui somente um funcionário para atender às demandas do curso.

14.2 RECURSOS FÍSICOS

As aulas ocorrem em quatro salas de aula, alocadas conforme a disponibilidade e conforme questões referentes à acessibilidade, geralmente nos blocos A e B. Durante o período diurno as demais salas de aula podem ser utilizadas por outros cursos, conforme a necessidade.

O que necessitamos:

O Curso de Letras da UNESPAR – *Campus* de Paranaguá necessita da adequação do Laboratório de Línguas com mais 20 computadores para que todos os estudantes presentes possam acompanhar as aulas de inglês, especialmente nas atividades on-line e multimídia. Além disso, é imprescindível um armário com chave para salvaguardar esses computadores, bem como um aparelho de ar condicionado para a sala, para evitar que os computadores se danifiquem pelo calor gerado na sala, a qual é atingida pelo sol vespertino.

As salas de aula do Curso de Letras necessitam de tela de projeção retrátil fixa na parede para cada sala, além de um armário de aço com chave para cada sala para que os professores possam guardar os materiais utilizados nas aulas, um sistema de projeção multimídia como projetor, caixas de som e computador instalados, fixos e disponíveis e aparelhos de ar-condicionado, pois as temperaturas durante o verão nesta região são altíssimas, beirando constantemente os 40°C. Como o prédio é bastante antigo, o mesmo não foi projetado de forma a permitir uma correta circulação de ar, além de suas estruturas de parede e teto reterem o calor consideravelmente.

Além disso, o Bloco B, que possui dois andares com três lances de escada, precisa ser adequado às exigências de acessibilidade, a fim não impedir que alunas gestantes, e alunas e alunos com dificuldade motora, ou outros problemas de saúde tenham acesso às salas do curso. Por fim, é preciso mencionar a absoluta necessidade de um plano de incêndio em todo o *campus*.

Os cursos de Letras também necessitam de gabinetes individuais para que os professores possam fazer atendimentos aos alunos e orientações, composto de

computador com conexão à internet e impressora/scanner, uma vez que a única sala disponível na instituição para esse fim atende a todos os cursos.

Os cursos de Letras também necessitam de:

- 1 projetor instalado em cada sala de aula, totalizando um mínimo de 8 (para os dois cursos);
- 1 tela retrátil em cada sala de aula (para a projeção);
- 1 conjunto de caixas de som para cada sala (para o trabalho com multimídia);
- Rede de internet de largo alcance, com boa conexão e velocidade, para a utilização de recursos midiáticos e de internet;
- 1 lousa eletrônica em cada sala de aula e no laboratório de línguas;
- 1 laboratório de informática com um mínimo de 20 computadores;
- 1 laboratório para Webconferência – no qual poderão ser desenvolvidas webaulas, objetos multimidiáticos e outros materiais que acompanham os avanços da tecnologia, bem como atividades de parceria e internacionalização;
- Espaço físico para estudos;
- Cortinas blackout para todas as janelas, em virtude de a luminosidade atrapalhar a projeção dos slides durante as aulas – especialmente em período diurno e primeiras aulas no período de verão;
- Mais 5 cabines no laboratório de línguas, equipadas com mesa de recepção e fones, para poder atender a todos os alunos.
- Aquisição de softwares;
- Ampliação do Laboratório de Línguas e criação dos laboratórios de a) Informática e b) de Webconferência para o curso de Letras.

14.3 RECURSOS MATERIAIS PARA A ADMINISTRAÇÃO DO CURSO

O curso possui um espaço para a coordenação, localizado em um corredor no prédio administrativo, de aproximadamente 8m², e que conta com uma mesa e um armário. Além de não ser uma sala propriamente dita, o espaço se encontra no caminho entre as salas dos demais colegiados, portanto, todos os que se dirigem

para essas salas transitam pelo local, não havendo privacidade, possibilidade de reuniões ou condições de se guardar documentos referentes ao curso, dentre outros inconvenientes; sendo, portanto, completamente inapropriado para atender às necessidades da coordenação do curso. Acrescente-se ainda o fato de o prédio administrativo estar aberto somente até às 18h, período incompatível ao funcionamento do curso, que ocorre das 19h às 22h30.

O que necessitamos:

- Aquisição de forma constante de acervo bibliográfico atualizado;
- Estrutura para desenvolvimento de materiais pedagógicos digitais.
- Ampliação do Laboratório de Línguas e criação dos laboratórios de a) Informática e b) de Webconferência para o curso de Letras, para incorporação de avanços tecnológicos no curso.
- Uma sala para a coordenação do curso, equipada com uma impressora a laser, um computador e rede wifi;
- Um armário com chave para o arquivamento de documentos do curso.

14.4 RECURSOS DO LABORATÓRIO DE LÍNGUAS

O curso de Letras possui um laboratório de línguas, de 35m², que é utilizado para atividades específicas das disciplinas e para as aulas do programa Paraná Fala Inglês, que atende a alunos de todos os cursos da instituição, além de professores e agentes universitários.

Os equipamentos disponíveis no espaço são 20 computadores conectados à internet, 1 desktop para uso do professor e tela de projeção. O laboratório possui ainda 35 cabines equipadas com mesa de recepção e fones, 2 ventiladores, uma cabine de tradução com TV, 1 tela de projeção retrátil, 1 computador, 1 monitor, 1 televisor 14", 1 mesa de controle, 1 aparelho de CD, 1 aparelho de DVD, 2 aparelhos de som tape-deck duplo, 1 Projetor multimídia, 2 caixas acústicas, microfones e headphones na mesa de controle;

O que necessitamos:

-Software de gerenciamento do laboratório, compatível com o computador desktop que nele se encontra;

- Softwares atualizados para o ensino de línguas, fonética, análise de dados, code scheme etc.

- Ar condicionado;

- Um armário com chave para o arquivamento de documentos do curso.

14.5 BIBLIOTECA

A rede de Bibliotecas da UNESPAR é um órgão suplementar da Universidade subordinado administrativamente às Diretorias de *campus* que, por sua vez, está subordinada à Reitoria, a quem compete exercer a supervisão geral de suas atividades. Possui unidades localizadas nos sete *campi* da UNESPAR, com destaque para o *Campus* de Paranaguá.

O acervo do Sistema de Bibliotecas da UNESPAR é constituído de documentos referentes às diferentes áreas do conhecimento como, por exemplo, área de Ciências Humanas, Biológicas e da Saúde, Exatas e Tecnológicas, Sociais Aplicadas e Agrárias. As coleções são de livre acesso ao público em geral, e podem ser emprestadas aos membros da comunidade universitária inscrita no Sistema, observando-se a política de circulação prevista no Regulamento da instituição. Ressalte-se que a recente informatização do sistema tornou possível a maior integração das unidades de cada *campus*, além da instalação de sistemas informatizados de consulta e do portal Periódicos Capes. O acervo total de livros na biblioteca do *campus* de Paranaguá da UNESPAR está representado por 45.147 títulos e 102.530 exemplares e o acervo de periódicos por 2.816 títulos e 102.208 exemplares. Divide-se nas seguintes áreas do conhecimento (Acervo/Exemplares/Títulos periódicos): Ciências exatas e da terra - 1.463/2.398/1; Ciências Biológicas - 179/357/1; Engenharia e tecnologia - 14/19; Ciências da Saúde

- 18/28; Ciências Agrárias - 29/39; Ciências Sociais e Aplicadas - 44.061/7.990/32; Ciências Humanas 4.696/6.656/18; Linguística, Letras e Artes - 14.038/24.009/73. A Biblioteca possui aproximadamente 150 m², com espaços para leitura e estudos pelos usuários.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M./VOLOCHINOV, V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico em ciência da linguagem** [1929]. Tradução de Michel Lauhud e Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo, 2004.

BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: _____. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Introdução e tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997/2003.

BRASIL. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE-PR nº 04/2006. Institui as Diretrizes para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2006.

_____. Conselho Estadual de Educação. Parecer CES/CEE nº 23/11, de 07 de abril de 2011, que trata da **Oferta da Disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2011.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CES 492, de 12 de dezembro de 2001. **Institui Diretrizes Curriculares para os Cursos de Letras**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CES nº 1.363/01, que trata da aprovação das **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de Letras**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. **PARECER CNE/CP 28/2001** de 18 de janeiro de 2002. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em Nível Superior, Curso de Licenciatura, de Graduação Plena. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE-CES nº 15**, de 02 de fevereiro de 2005. Solicitação de esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2005.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE-CP nº 02, de 09 de junho de 2015**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE-CP nº 09, de 08 de maio de 2001**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 18, de 13 de março de 2002**, que estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CES nº 3, de 03 de julho de 2007**, que dispõe sobre Procedimentos a serem adotados quanto ao Conceito de Hora-aula e dá outras Providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2007.

_____. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO CNE/CP 001, de 18 de fevereiro de 2002**. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE-CP nº 2, de 19 de fevereiro de 2002**. Institui a Duração e a Carga Horária dos Cursos de Licenciatura, de Graduação Plena, de Formação de Professores da Educação Básica em nível superior. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2015.

_____. Constituição. **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. **Decreto Federal nº 78.579/76**. De Reconhecimento do Curso de Letras. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 1976.

_____. **Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino Médio**. Ministério da Educação, 2006.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Ensino Fundamental**. Brasília. MEC/SEF, 1998.

_____. **Parecer CNE-CP nº 28, de 02 de outubro de 2001**. Dá nova redação ao

Parecer CNE/CP 21/2001, que estabelece a Duração e a Carga Horária dos Cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2001.

CANDIDO, A. **Direitos Humanos e literatura**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CANDIDO, A. **Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária**. 8. ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 2000.

CHAUÍ, M. **A Universidade Pública sob Nova Perspectiva**. In Conferência de abertura da 26ª Reunião Anual da ANPEd. Minas Gerais, Poços de Caldas, Revista Brasileira de Educação. 2003.

CULLER, Jonathan. **Teoria literária: uma introdução**. São Paulo: Beca, 1999.

DIAS SOBRINHO, J. Educação Superior, globalização e democratização. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro: ANPED, v.28, 2005, p. 164-173.

DIONÍSIO, A. P. 2006. **Gêneros multimodais e letramento**. In: KARWOSKI, Acir Mário *et al.* (Org.). Gêneros textuais: reflexões e ensino. 2. ed. Rio de Janeiro: Lucerna.

DUARTE, N. **Vigotski e o “aprender a aprender”:** crítica às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Autores Associados, 2000.

DUBOC, A. P. M. Avaliação da aprendizagem de línguas e os multiletramentos. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 26, n. 63, p. 664-687, set./dez. 2015.

DUBOC, A. P. **Letramento crítico nas brechas da sala de línguas estrangeiras**. In: TAKAKI, N. H.; MACIEL, R. F. (Orgs.). Letramentos em terra de Paulo Freire. 2. ed. São Paulo: Pontes Editores, 2015.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].

FIALHO D. S., FIDELIS, L. L. As Primeiras Faculdades de Letras no Brasil. In: **Revista Helb**. Brasília. V. 2, n. 2, 2008.

GERALDI, J. W. **O texto na sala de aula**. Cascavel, Assoeste, 1984.

GERALDI, J. W. **Portos de Passagem**. São Paulo, Martins Fontes, 1991.

GIROUX, H. A. Qual o papel da pedagogia crítica nos estudos de língua e cultura. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Entrevista. Ano 2005. Disponível em: < <https://rccs.revues.org/962>. Acesso: 10 abr. 2018.

LIBÂNEO, J. C. Formação de professores e didática para o desenvolvimento humano. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, abr-jun 2015.

MAGALHÃES, H. G. D. A pedagogia do êxito: projetos de resultado. Petrópolis: Vozes, 2004.

MAGALHÃES, H. G. D. Indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão: tensões e desafios. In: ETD - Educação Temática Digital 8 (2007), 2, pp. 168-175.

MARTINS, E. Extensão como componente curricular: oportunidade de formação integral e de solidariedade. Goiânia, Julho de 2008. Base de dados do Scielo.

MARTINS, L. **Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão como fundamento metodológico da construção do conhecimento na universidade.** In: PINHO, S. Z.; CHAVES, A. J. F [et al.]. *Oficinas de Estudos Pedagógicos: reflexão sobre a prática do Ensino Superior.* São Paulo: Cultura Acadêmica: Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MINGUILI, M. G.; CHAVES, A. J.; FORESTI, M. C. P. P. **Universidade brasileira: visão histórica e papel social.** In: *Oficina de Estudos Pedagógicos, 2007, Marília. [Anais...].* Marília: UNESP, 2007.

MOITA LOPES, L. P. **Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro.** Brasília: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, B. **A dialética do singular-particular-universal.** In: ABRANTES, A. A., SILVA, N. R.; MARTINS, S. T. F (orgs.). *Método histórico-social na psicologia social.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

PARANÁ. Conselho Estadual da Educação. **Decreto Estadual nº 9.538 de 5 de dezembro de 2013.** Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual da Educação. **Deliberação CEE/PR nº 04/2013: Normas estaduais para a Educação Ambiental.** Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2013.

_____. Conselho Estadual da Educação. **Portaria Ministerial nº 70/83. Dispõe da Conversão para Licenciatura Plena.** Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 1983.

_____. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação CEE/PR nº 02/2015: Normas estaduais para a Educação em Direitos Humanos**. Curitiba, Conselho Estadual de Educação, 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua adicional Moderna**. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Educação Básica. Curitiba: SEED, 2008.

_____. **Lei Estadual nº 13.283 de 25 de outubro de 2001 para Criação da UNESPAR**. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2001.

_____. **Lei Estadual nº 17.590 de 12 de junho de 2013 para Credenciamento da UNESPAR**. Curitiba, Conselho Nacional de Educação, 2013.

_____. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba, Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

PEREIRA, J. E. D. **Formação de professores: pesquisa, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PERRENOUD, P. **10 novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: saberes da docência e identidade do professor**. In: FAZENDA, I. (Org.). Didática e interdisciplinaridade. Campinas: Papirus, 1998. p. 161-178. PIMENTA, S. G. (Org.). Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores; identidades e saberes da docência**. In: _____ (Org.). Saberes pedagógicos e atividade docente. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

PIMENTA, S. G.; ANASTASIOU, L. G. C. **Docência no Ensino Superior**. São Paulo: Cortez, 2002.

PIMENTA, S. G.; LIMA M. S. L. Estágio e docência: diferentes concepções. In: **Revista Poiésis**. Volume 3, Números 3 e 4, pag.5-24, 2006.

PINTO, A. **A questão da universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

RAJAGOPALAN, K. **O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora de uma reconsideração radical?** In: SIGNORINI, Inês (Org.). Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998.

RIBEIRO, M. D. A.; TEIXEIRA, C. S. Ensino de língua adicional: concepções de língua, cultura e identidade no contexto ensino/aprendizagem. **Revista Linha D'Água**. V. 25. N. 01. USP, 2012, p. 183-201.

RIBEIRO, M. M. G. **Prática como componente curricular**. Centro de Educação Universidade Federal do Rio Grande do Norte. FORUMDIR. s/d. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2016/37541-cne-seminario-formacao-professores-2016-apresentacao-06-marcia-gurgel-pdf/file>

ROJO, Roxane; MOURA, Eduardo. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SÁNCHEZ VÁSQUEZ, A. **Filosofía de la práxis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1980 (1967).

SANTIAGO, R. B.; QUEIROZ, G. R. P. **Uma Pedagogia visando a indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão nos cursos universitários**. Enseñanza de las Ciencias, Espanha, v. 23, 2005.

SANTOS, M. E. G. **Elementos constitutivos do trabalho docente em uma escola pública de educação básica: prescrições, atividades e ações**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SHULMAN, L. S. **Those who understand: knowledge growth in teaching**. Educational Researcher, Cambridge, v.15, n.2, p.4-14, 1986.

SIGNORINI, I. **Do residual ao múltiplo e ao complexo: o objeto da pesquisa em Linguística Aplicada**. In: SIGNORINI, Inês; CAVALCANTE, Maria (Org.). Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade: questões e perspectivas. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Tradução de Francisco Pereira. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TARDIF, M.; LESSARD, C.; LAHAYE, L. Esboço de uma problemática do saber docente. **Teoria & Educação**, v. 1, n. 4, p. 215-253, 1991.

TEIXEIRA, C. S.; RIBEIRO, M. D. A. **Ensino de Língua Estrangeira: concepções de língua, cultura e identidade no contexto ensino/aprendizagem**. Revista Linha d'Água, n. 25 v. 1, p. 183-201, 2012.

TODOROV, T. **A literatura em perigo**. 3. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

UNESPAR. **Plano de Plano de Desenvolvimento Institucional**. Unespar, 2011.

UNESPAR. **Projeto Político Institucional** aprovado pelo Conselho Universitário Provisório de 21 de maio de 2012. Unespar, 2012.

VEIGA, I. P. **Educação básica e educação superior: projeto político pedagógico**. Campinas: Papyrus, 2004.

VIGOTSKY, L. S. 1934. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra 2. ed. – São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.

ANEXOS

ANEXO A: REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

REGULAMENTO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS – MODALIDADE LICENCIATURA

HABILITAÇÃO: LÍNGUA PORTUGUESA E RESPECTIVAS LITERATURAS

TÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES, OBJETIVOS E CONDIÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DOS ESTÁGIOS

CAPÍTULO I

NATUREZA E PRINCÍPIOS

Art. 1º O Estágio Supervisionado dos Cursos de Graduação em Letras Português se caracteriza como um conjunto de atividades de aprendizagem profissional e cultural, proporcionando ao estagiário, por meio da participação em situações de ensino e/ou outras atividades relacionadas ao universo profissional do licenciado nos referidos cursos, e realizado sob a responsabilidade desta Universidade, conforme Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Unespar.

Art. 2º O Estágio Curricular do Curso de Graduação em Letras Português é considerado como ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, sob a orientação e supervisão de docentes, e visa à formação profissional e humana. Tem por objetivo propiciar o exercício do aprendizado profissional, comprometido com a realidade sócio-político-econômica do país, a produção de conhecimentos teórico-práticos necessários à prática educativa e o desenvolvimento de habilidades investigativas sobre sua prática.

Art. 3º O Estágio Curricular do Curso de Graduação em Letras Português tem as seguintes modalidades:

- I. Estágio Curricular Obrigatório, cuja carga horária de desenvolvimento será de, no mínimo, 400 horas;
- II. Estágio Curricular não Obrigatório, cuja carga horária de desenvolvimento será de até 20 (vinte) horas semanais.

Parágrafo único. O Estágio Curricular, seja Obrigatório ou não Obrigatório, deverá ser realizado em área compatível com o Curso de Graduação em Letras Português, sendo expressamente vedado o exercício de qualquer outra atividade relacionada à sua área de formação.

CAPÍTULO II OBJETIVOS

Art. 4º O Estágio Curricular do Cursos de Graduação em Letras Português tem como objetivo proporcionar ao estagiário oportunidades de:

- I. propiciar a integração universidade-escola e/ou outros campos de estágio;
- II. planejar, executar e avaliar os processos de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa e suas respectivas literaturas;
- III. promover a articulação entre os campos do saber e a práxis investigativa;
- IV. articular conhecimentos advindos de atividades de pesquisa, ensino e/ou extensão;
- V. lidar de forma crítica com as linguagens nos contextos de ensino e aprendizagem.

TÍTULO II REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO CAPÍTULO I CAMPOS DE ESTÁGIO

Art. 5º O local de estágio será selecionado a partir de cadastro de partes cedentes, organizado pelo setor responsável pelos estágios nos *campi* da Unespar e/ou pelos agentes de integração.

Art. 6º O estágio, sendo considerado como ato educativo, deverá ser realizado em área e local compatíveis com o Curso no qual o estudante esteja matriculado, sendo expressamente vedado o exercício de atividades não relacionadas à sua área de formação.

Art. 7º Constituem Campos de Estágio Curricular as entidades de direito privado, os órgãos da administração pública nacionais e estrangeiros, as instituições de ensino e/ou pesquisa nacionais e estrangeiras, as próprias unidades da Universidade Estadual do Paraná, e a comunidade em geral, desde que apresentem as condições necessárias para:

- I. planejamento e execução conjuntas com a instituição de Ensino

Superior das atividades de estágios;

- II. aprofundamento dos conhecimentos teórico-práticos para a formação do estudante;
- III. vivência efetiva de situações reais de vida e de trabalho, compatíveis com o campo profissional de atuação, previsto nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação, no Projeto Pedagógico do Curso e demais legislações pertinentes em vigor;
- IV. avaliação e acompanhamento conjuntos, das instituições formadora e cedente.

Parágrafo único. Os estágios devem ser formalizados por meio de instrumentos jurídicos, observando o disposto no Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNESPAR.

CAPÍTULO II

DA UNESPAR COMO CAMPO DE ESTÁGIO

Art. 8º A Unespar poderá, por meio de seus *campi* e/ou unidades, oferecer campo de estágio preferencialmente para seus estudantes e para estudantes de outras instituições de ensino superior. O preenchimento das vagas deverá ser realizado de acordo com as exigências de edital próprio ou do Regulamento de Estágio do Curso, atendendo o disposto no Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNESPAR.

Parágrafo Único. No caso de Estágio não Obrigatório, a concessão de bolsa ou outra forma de contraprestação, bem como o auxílio transporte, devem constar nos editais específicos, atendendo ainda aos instrumentos jurídicos e regulamentações específicas.

CAPÍTULO III

DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTÁGIOS

Art. 9º O estágio somente poderá ser realizado por estudante regularmente matriculado e que esteja frequentando o Curso de Graduação e de acordo com os critérios exigidos no Projeto Pedagógico do Curso para matrícula no estágio curricular obrigatório.

Art. 10° Para o estabelecimento de convênio de estágio, será considerado pela Unespar, em relação à concedente de estágio, o seguinte:

- I. a existência e disponibilização de infraestruturas física, de material e de recursos humanos;
- II. a concordância com as condições de supervisão e avaliação da Unespar;
- III. a aceitação e acatamento às normas dos estágios da Unespar;
- IV. a existência dos instrumentos jurídicos previstos nos artigos 11 e 12 deste Regulamento;
- V. a existência, no quadro de pessoal, de profissional que atuará como Supervisor de Campo de Estágio, responsável pelo acompanhamento das atividades do estagiário no local do estágio durante o período de sua realização, observada a legislação profissional pertinente.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS LEGAIS

Art. 11° Os estágios devem ser formalizados por meio de instrumentos jurídicos, celebrados entre a Unespar, a unidade concedente de estágio e o estudante.

Art. 12° A realização do estágio dar-se-á mediante a assinatura do Termo de Compromisso, celebrado entre o estudante e a parte concedente, com a mediação obrigatória da Unespar, no qual serão definidas as condições para a realização do estágio, constando menção ao respectivo convênio.

§ 1°. É facultativa a celebração de convênio ou termo de cooperação entre a unidade concedente e a Instituição de Ensino, conforme expresso no Art. 8° da Lei 11.788/2008.

§ 2°. Quando o campo de estágio se tratar de instituição de ensino (escola) envolvendo a realização do estágio supervisionado obrigatório por mais de 01 (um) estagiário da Unespar, o Termo de Compromisso de Convênio poderá ser coletivo.

Art. 13° Quando se tratar de estágio não obrigatório, o Termo de Compromisso deverá ser instruído com:

- I. cópia de apólice de seguros pessoais a ser custeada pela unidade

concedente, cujo número deve constar no Termo de Compromisso;

- II. Plano de Estágio, elaborado em conjunto pelo estudante, professor supervisor da unidade concedente, com aquiescência do professor orientador da Instituição de Ensino IES, no qual constem as atividades, bem como o período de desenvolvimento, contribuindo assim para clareza quanto à compatibilidade com a formação e atuação profissional do estudante, observado o disposto no Artigo 8º deste Regulamento.

§ 1. Quando a unidade concedente for a Unespar, o seguro pessoal será contratado pela mesma e uma cópia do seguro será arquivada no setor responsável do *campus*.

§ 2. Quando a realização do estágio for intermediada pela Central de Estágios do Paraná, deverá ser observada a legislação vigente deste órgão.

Art. 14º Quando se tratar de Estágio Curricular Obrigatório, o modelo de Termo de Compromisso a ser utilizado deve ser o disponibilizado pela Pró-reitoria de Ensino de Graduação - PROGRAD. Parágrafo Único - O Termo de Compromisso será entregue no setor responsável pelos estágios no *campus*, no qual o estudante está matriculado, antes do início do estágio, conforme estipulado pelo Colegiado de Curso. Não será aceita a entrega do Termo de Compromisso após o término do estágio, fato que impedirá a validação das atividades desenvolvidas.

CAPÍTULO V

DA DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA SEMANAL PARA OS ESTUDANTES

Art. 15º A carga horária máxima de estágio não poderá ultrapassar 06 (seis) horas diárias ou 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo Único. O aluno que estiver cumprindo a carga horária máxima, nos períodos de avaliação estipulados pela instituição de ensino, poderá ter carga horária reduzida pelo menos à metade, segundo o estipulado no Termo de Compromisso, a fim de garantir o seu bom desempenho.

CAPÍTULO VI

DO CUMPRIMENTO DAS ATIVIDADES

Art. 16º As atividades de Estágio Curricular Obrigatório e Não Obrigatório dos Cursos de Graduação em Letras Português devem ser desenvolvidas em turnos

diferentes daqueles nos quais o estagiário encontra-se matriculado, exceto quando as atividades forem desenvolvidas no exterior.

§ 1º. Excepcionalmente e sob autorização prévia do Colegiado de Curso, o Estágio Curricular Obrigatório poderá ser realizado no mesmo turno em que o estagiário se encontre matriculado.

§ 2º. Fica determinado que, no mínimo, 30% (trinta por cento) do total da carga horária deverão ser cumpridas em atividades de observação, participação e direção de aulas, conforme descritas no Art. 19º deste Regulamento, sendo cumpridas em contextos compatíveis com os níveis de Ensino Fundamental e Médio.

§ 3º. Quando as atividades de estágio forem desenvolvidas no exterior, estas poderão ocupar período letivo e o(s) turno(s) determinados pela instituição que constitui campo de estágio.

Art. 17º A modalidade de estágio no exterior será regulamentada pela UNESPAR:

Art. 18º A frequência a quaisquer atividades didáticas oficiais e programadas constitui aspecto obrigatório para a aprovação do estagiário.

TÍTULO III
ATIVIDADES DE ESTÁGIO
CAPÍTULO I
ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR
OBRIGATÓRIO

Art. 19º Consideram-se atividades próprias de Estágio Curricular Obrigatório a observação da comunidade escolar e de contextos de ensino e aprendizagem, a observação de aulas, a participação em aulas nos campos de estágio, a direção de classe, as atividades extraclasse, os relatórios críticos e os trabalhos de pesquisa.

§ 1º Entende-se por observação da comunidade escolar e de contextos de ensino e aprendizagem as atividades nas quais o estagiário toma conhecimento da estrutura, funcionamento e recursos didático-pedagógicos, bem como do público do campo no qual irá desenvolver o estágio.

§ 2º Entende-se por observação de aulas as atividades nas quais o estagiário presencia a atuação didático-pedagógica do professor colaborador.

§ 3º. Entende-se por participação em aulas nos campos de estágio as atividades nas quais o estagiário atua juntamente com o professor colaborador e/ou professor

supervisor em trabalhos de sala de aula como:

- I. apresentação e discussão de conceitos, temas, aspectos linguístico-discursivos e demais assuntos ou conteúdos pertinentes ao objeto de estudo dos profissionais da linguagem;
- II. apoio, orientação, direção e/ou participação em discussões, debates, pesquisas propostas aos estudantes dos campos de estágio;
- III. elaboração e/ou aplicação de instrumentos de avaliação;
- IV. apresentação e condução de atividades didático-pedagógicas.

§ 4º. Entende-se por direção de classe as atividades em que o estagiário ministra:

- I. aulas em cursos regulares de ensino fundamental e médio;
- II. cursos e/ou oficinas na comunidade escolar ou outros contextos de ensino e aprendizagem.

§ 5º. Entende-se por atividades extraclasse:

- I. planejamento da atuação em sala de aula;
- II. elaboração de instrumentos de avaliação;
- III. acompanhamento do processo de avaliação de aprendizagem no campo de estágio;
- IV. produção de material didático;
- V. planejamento, execução e avaliação de visitas, excursões, concursos, festivais, exposições, maratonas culturais, jornais e outras atividades apropriadas, sob a orientação do professor orientador de campo e/ou professor supervisor.

§ 6º. Entende-se por relatório crítico o documento em que o estagiário descreve e analisa o conjunto de suas atividades, com embasamento teórico, valendo-se de capacidades argumentativas.

§ 7º. Entende-se por trabalho de pesquisa os estudos acadêmicos, teoricamente

fundamentados, que visam a relacionar as experiências práticas, conhecimentos e crenças dos estagiários, ao conhecimento científico pertinente, sob orientação do professor supervisor.

§ 8º. As atividades a serem realizadas no Estágio Curricular Obrigatório devem seguir o disposto no Art. 4º deste Regulamento.

Art. 20º Todas as atividades de Estágio Curricular Obrigatório deverão ser orientadas e acompanhadas de modo direto ou semidireto pelo professor supervisor.

CAPÍTULO II

ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS NO ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO

Art. 21º Consideram-se atividades próprias de Estágio Curricular não Obrigatório: produção, revisão, tradução, versão, seleção, além das atividades descritas no Art. 19º deste Regulamento.

Art. 22º No Estágio Curricular não Obrigatório as atividades a serem desenvolvidas pelo estagiário devem constar do Plano de Estágio, elaborado pelo estagiário e seu professor supervisor, com a participação do orientador de campo.

CAPÍTULO III

FORMAS DE SUPERVISÃO

Art. 23º A supervisão de estágio compreende a orientação e o acompanhamento do estagiário em ações pertinentes à realidade da profissão.

Art. 24º A supervisão do Estágio Curricular Obrigatório pode ser desenvolvida por meio das seguintes modalidades:

- I. Supervisão Direta: orientação e acompanhamento de estagiário pelo professor supervisor, por meio de observação contínua e direta das atividades desenvolvidas nos Campos de Estágio ao longo de todo o processo, podendo se complementar com reuniões e seminários;
- II. Supervisão Semidireta: orientação e acompanhamento do estagiário pelo professor supervisor, por meio de visitas sistemáticas ao campo de estágio, a fim de manter relações de trabalho com o orientador de campo, além de entrevistas e reuniões periódicas com

os estagiários;

- III. Supervisão Indireta: no caso de Estágio no Exterior, além das modalidades supracitadas, a orientação e acompanhamento do estagiário pode se dar também sem a supervisão direta do professor supervisor da UNESPAR e somente com a supervisão do supervisor da unidade do exterior.

Art. 25° A supervisão de Estágio Curricular não Obrigatório pode se dar, além das formas descritas acima, por meio da supervisão indireta: acompanhamento do estágio por meio de contatos esporádicos com o estagiário e o profissional de campo, além de acompanhamento por meio de relatórios e, sempre que possível, por meio de visitas à unidade concedente.

TÍTULO IV ORGANIZAÇÃO DIDÁTICA CAPÍTULO I ATRIBUIÇÕES DO COORDENADOR

Art. 26° Compete ao Coordenador do Estágio:

- I. propor ao Colegiado dos Cursos Letras Português o sistema de organização e desenvolvimento dos estágios;
- II. Identificar os campos de estágio e providenciar nesses a inserção dos estagiários;
- III. Coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades pertinentes aos estágios, em conjunto com os demais professores supervisores;
- IV. quando for o caso, orientar os estagiários na escolha da área e/ou campo de estágio;
- V. convocar, sempre que necessário, os professores supervisores de estágio para discutir questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e análise de critérios, métodos e instrumentos necessários ao seu desenvolvimento;

- VI. organizar, a cada período de estágio obrigatório, os campos e os grupos estagiários e distribuí-los entre os professores supervisores, de acordo com os campos existentes;
- VII. avaliar os relatórios circunstanciados com notícia de indício de desvirtuamento do estágio emitidos pelos professores supervisores de Estágio e encaminhar à PROGRAD, após análise pelo Colegiado dos Cursos.

CAPÍTULO II

ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR

Art. 27° Compete aos professores supervisores de Estágio:

- I. participar de elaboração, execução e avaliação das atividades pertinentes ao Estágio;
- II. participar das reuniões convocadas pela Coordenação de Estágio;
- III. identificar os campos de estágio e providenciar nesses a inserção dos estagiários, juntamente com a Coordenação de Estágio;
- IV. orientar o preenchimento dos documentos necessários para realização do estágio, conforme disposto neste Regulamento, bem como o encaminhamento dos mesmos;
- V. orientar, acompanhar e avaliar os estagiários;
- VI. proceder a visitas ao local de estágio;
- VII. emitir relatório circunstanciado quando houver indício de desvirtuamento do estágio e encaminhar ao Coordenador de Estágio;

CAPÍTULO III

ATRIBUIÇÕES DO ESTUDANTE

Art. 28° Quando se tratar de Estágio Curricular Obrigatório, compete ao estudante:

- I. preencher o Termo de Compromisso, obter assinatura do responsável pela unidade concedente e encaminhar ao

Coordenador de Estágio para as devidas providências, observados os prazos determinados no Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios dos Cursos de Graduação da Universidade Estadual do Paraná;

- II. realizar todas as atividades previstas nos planos de atividade acadêmica de natureza especial;
- III. registrar todas as atividades de estágio;
- IV. entregar um Relatório Final do professor supervisor em data fixada, podendo conter os seguintes itens: planos de aula, exercícios propostos, modelos de materiais didáticos utilizados, estratégias, avaliação crítica do trabalho realizado e observações gerais e demais itens solicitados pelo Coordenador de Estágio;
- V. informar-se, junto ao professor supervisor, de todas as atividades a serem desenvolvidas para o cumprimento integral do estágio;
- VI. apresentar o planejamento de conteúdo e das atividades didáticas, com antecedência, ao professor supervisor, para análise e acompanhamento.

Art. 29° Quando se tratar de Estágio Curricular não Obrigatório, compete ao estudante:

- I. buscar entidade concedente de estágio conveniada com a Universidade Estadual do Paraná e um professor supervisor;
- II. elaborar, juntamente com o professor supervisor e com a participação do orientador de campo, o Plano de Estágio;
- III. preencher o Termo de Compromisso e o Plano de Estágio Curricular Obrigatório;
- IV. obter assinatura no Termo de Compromisso e Plano de Estágio pela concedente, aprovação do Plano de Estágio pelo Colegiado dos Cursos e encaminhar mediante protocolo à PROGRAD, para assinatura como interveniente;
- V. realizar as atividades previstas nos Planos de Estágio, compatíveis com as atividades do curso;
- VI. preencher Relatório Final de Estágio, em modelo próprio fornecido pelo Colegiado de Letras Português, assinar, buscar assinatura do orientador de campo e do professor supervisor e encaminhar à

Coordenação de Estágios para aprovação.

Art. 30° Quando se tratar de Estágio Curricular no Exterior, o estudante deverá se atentar ao disposto no Art. 8° deste Regulamento.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES DO COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS PORTUGUÊS

Art. 31° Compete ao Colegiado do Curso de Letras:

- I. estabelecer e definir diretrizes para os Estágios Curricular Obrigatório e Curricular não Obrigatório;
- II. aprovar a programação dos Estágios Curriculares Obrigatórios, [publicando, em edital, o cronograma e a relação professor supervisor/ alunos, divulgados no início de cada ano letivo](#);
- III. homologar os Planos e Relatórios dos Estágios Supervisionados encaminhados pelos Coordenadores de Estágios;
- IV. zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para os estágios.

CAPÍTULO V

CRITÉRIOS E METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Art. 32° Quando se tratar de Estágio Supervisionado, são passíveis de avaliação todas as atividades descritas no Art. 19° deste Regulamento.

Art. 33° As atividades serão avaliadas com base em critérios de participação, expressão crítica, integração dos componentes teórico-práticos, assiduidade, cumprimento da carga horária mínima, de acordo com o Art. 3° deste Regulamento, e outros critérios determinados pelos professores supervisores em seus planos de atividade acadêmica de natureza especial.

Parágrafo único. A média final do Estágio Curricular Obrigatório será a resultante de no mínimo 4 (quatro) notas atribuídas entre 0,0 (zero) e 10,0 (dez).

Art. 34° São aprovados os estudantes que obtiverem média igual ou superior a 7,0 (sete) nas atividades acadêmicas: especiais de Estágio Curricular Obrigatório.

Parágrafo único. Não haverá exame final.

Art. 35° Fica com matrícula retida na série o estudante que reprovar, por nota ou por falta, nas Atividades Acadêmicas de Estágio Curricular Obrigatório (Estágio Supervisionado).

Art. 36° Quando se tratar de Estágio Curricular não Obrigatório, são passíveis de avaliação todas as atividades descritas no Art. 21° deste Regulamento.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 37° Todos os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos de comum acordo pelos Professores supervisores e Coordenação de Estágio e, em instância imediatamente superior, pelo Colegiado do Curso de Letras Português.

**ANEXO B: REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-
CULTURAIS (AACC)**

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS
DO CURSO DE LETRAS PORTUGUÊS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
PARANÁ – CAMPUS PARANAGUÁ**

Art. 1º. As Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) a serem desenvolvidas durante o período de formação constituem um conjunto de estratégias didático-pedagógicas que permitem, no âmbito do currículo, o aperfeiçoamento profissional e formação do cidadão, agregando, reconhecidamente o valor ao currículo do aluno.

§1º. As AACC, conforme previstas no projeto pedagógico do curso, poderão ser desenvolvidas ao longo de todo o percurso formativo.

§ 2º. A carga horária das AACC do Curso de Letras deve contemplar o percentual previsto no Projeto Pedagógico do Curso, respeitando a Resolução CNE/CP nº 2/2002 (Licenciaturas), bem como as Diretrizes Curriculares do Curso de Letras.

§ 3º. As AACC podem ser desenvolvidas nos *campi* da Universidade Estadual do Paraná, em outras IES e em programações promovidas por outras entidades, desde que reconhecidas pelo colegiado do curso.

Art. 2º. São consideradas Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) para fins de currículo:

- I. Atividades de Ensino;
- II. Atividades de Pesquisa;
- III. Atividades de Extensão;
- IV. outras atividades correlatas ao curso contempladas no PPC-Letras Português.

Parágrafo único. A carga horária de cada uma dessas atividades será definida no Projeto Pedagógico do Curso.

Art. 3º. As atividades de ensino compreendem:

- I. Cursos de Língua Adicional (estrangeira ou LIBRAS);
- II. Monitoria de Disciplina do Curso de Letras;
- III. Viagens de estudo organizadas pelo Colegiado;
- IV. Viagens de estudo organizadas por outro Colegiado da UNESPAR;
- V. Palestras e conferências na área de Letras;
- VI. Palestras e conferências em área correlata;
- VII. Representação Discente em colegiados do curso de Letras, conselhos superiores e entidades de representação estudantis (CALET, DCE);
- VIII. Programas e Projetos de Iniciação à Docência (PIBID, Agentes de Leitura e outros);

Art. 4º. São consideradas atividades de pesquisa:

- I. Participação em projetos de pesquisa ou grupos de estudos aprovados pelo Colegiado de Letras sob a supervisão de professor do curso ou de professor convidado;
- II. Participação em projetos de pesquisa ou grupos de estudos de outro Colegiado da UNESPAR, em área correlata sob supervisão de professor de outro curso ou de professor convidado por outro Colegiado da UNESPAR;
- III. Iniciações científicas, aprovadas pela PRPPG, na área de Letras, sob a supervisão de professor do curso ou de professor convidado pelo Colegiado de Letras;

- IV. Iniciações científicas, aprovadas pela PRPPG, em área correlata, sob supervisão de professor de outro curso ou de professor convidado por outro Colegiado da UNESPAR;
- V. Apresentação de trabalhos em eventos científicos, relativos à área de Letras;
- VI. Publicação de artigos, relativos à área de Letras, em anais de eventos;
- VII. Publicação de artigos, relativos à área de Letras, em Revistas Científicas;
- VIII. Publicações em jornais, revistas, etc., relativas à área de Letras (notícias, textos literários e outros).

Art. 5º. As atividades de iniciação científica compreendem:

- I. Participação em projetos de extensão aprovados pelo Colegiado de Letras;
- II. Participação em projetos de extensão aprovados por outro Colegiado da UNESPAR, em área correlata;
- III. Eventos diversos (seminários, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, mostras etc.) promovidos pelo Colegiado de Letras;
- IV. Eventos diversos (seminários, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, mostras etc.) promovidos por outro Colegiado da UNESPAR, em área correlata;
- V. Eventos diversos (seminários, palestras, conferências, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de

extensão etc.), na área de Letras ou em área correlata, promovidos por outra(s) IES(s) ou por entidades ligadas aos direitos humanos;

- VI. Participação de Comissão Organizadora de Evento promovido pelo Colegiado de Letras;
- VII. Monitoria na Organização de Evento promovido pelo Colegiado de Letras;
- VIII. Participação em concursos de textos literários (categorias autor e intérprete);
- IX. Trabalho Voluntário orientado e assistido por professor do Colegiado, na área de Letras;
- X. Participação de eleições diversas (como mesário ou como membro da comissão eleitoral local).

Art. 6º. O Colegiado estipulará os cursos de curta duração que poderão ser integralizados como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais.

Art. 7º. O projeto pedagógico do Curso de Letras Português definirá o limite máximo para a distribuição da carga horária total das AACC pelas espécies de atividades constantes nos Incisos I a IV do Art. 2º deste regulamento, de forma a estimular a pluralidade de conhecimento.

Parágrafo único. Na inexistência de definição a respeito desses limites no projeto pedagógico do curso, os mesmos serão avaliados pelo colegiado e atualizados no regulamento.

Art. 8º. O Colegiado do curso poderá estabelecer normas complementares para cada tipo de atividade, especificando a exigência de certificados de frequência e participação, notas obtidas, carga horária cumprida, relatório de desempenho e

relatórios individuais circunstanciados que possibilitem o acompanhamento do percurso curricular do discente.

Art. 9. Cabe ao aluno apresentar, junto à coordenação do seu curso/área, para fins de avaliação, a comprovação de todas as atividades complementares realizadas, mediante a entrega da documentação (o original e uma cópia) exigida para cada caso e o preenchimento de formulário próprio que se encontra no final deste documento (Anexo 1).

Parágrafo único. O professor responsável fará a conferência dos documentos comprobatórios de cumprimento das atividades, bem como registro destes em formulário próprio. Os documentos originais apresentados serão devolvidos ao aluno que deverá mantê-los sob sua guarda até a expedição de seu diploma, para possíveis averiguações.

Art. 11. A coordenação do curso encaminhará, ao final do curso, ao Setor de Registros Acadêmicos, a comprovação das atividades realizadas pelo aluno para efeito de registro no histórico escolar.

Art. 12. Os casos omissos serão levados ao colegiado, que tomará as decisões cabíveis.

ATIVIDADES DE ENSINO			ATIVIDADES DE PESQUISA			ATIVIDADES DE EXTENSÃO		
ATIVIDADES	HORAS	HORAS TOTAIS	ATIVIDADES	HORAS	HORAS TOTAIS	ATIVIDADES	HORAS	HORAS TOTAIS
Cursos de Língua Adicional (estrangeira ou LIBRAS)	Até 30 por idioma	60	Participação em projetos de pesquisa ou grupos de estudos aprovados pelo Colegiado de Letras sob a supervisão de professor do curso ou de professor convidado.	20 horas	60	Participação em projetos de extensão aprovados pelo Colegiado de Letras.	20 horas	60
Monitoria de Disciplina do Curso de Letras	40 horas	80	Participação em projetos de pesquisa ou grupos de estudos de outro Colegiado da UNESPAR, em área correlata sob supervisão de professor de outro curso ou de professor convidado por outro Colegiado da UNESPAR	10 horas	30	Participação em projetos de extensão aprovados por outro Colegiado da UNESPAR, em área correlata.	10 horas	30
Viagens de estudo organizadas pelo Colegiado	Até 15 horas para cada viagem	45	Iniciações científicas, aprovadas pela PRPPG, na área de Letras, sob a supervisão de professor do curso ou de professor convidado pelo Colegiado de Letras.	30 horas	40	Eventos diversos (seminários, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, mostras, etc.) promovidos pelo Colegiado de Letras.	01 hora de evento equivale a 01 hora de atividade	150
Viagens de estudo organizadas por outro Colegiado da UNESPAR	Até 15 horas para cada viagem	30	Iniciações científicas, aprovadas pela PRPPG, em área correlata, sob supervisão de professor de outro curso ou de professor convidado por outro Colegiado da UNESPAR.	10 horas	20	Eventos diversos (seminários, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, mostras, etc.) promovidos por outro Colegiado da UNESPAR, em área correlata.	01 hora de evento equivale a 01 hora de atividade	100
Palestras e conferências na área de	1 hora de	40	Apresentação de trabalhos em	10 horas	60	Eventos diversos (seminários,	01 hora de	90

Letras	evento equivalente a 1 hora de atividade		eventos científicos, relativos à área de Letras	(por trabalho)		palestras, conferências, congressos, semanas acadêmicas, encontros nacionais e regionais, cursos de extensão, etc.), na área de Letras ou em área correlata, promovidos por outra(s) IES(s) ou por entidades ligadas aos direitos humanos.	evento equivale a 01 hora de atividade	
Palestras e conferências em área correlata	1 hora de evento equivalente a 1 hora de atividade	20	Publicação de artigos, relativos à área de Letras, em anais de eventos	20 horas (por artigo)	80	Participação de Comissão Organizadora de Evento promovido pelo Colegiado de Letras	20 horas por evento	60
Representação Discente em colegiados do curso de Letras, conselhos superiores e entidades de representação estudantis (CALET, DCE)	20 horas por ano	60	Publicação de artigos, relativos à área de Letras, em Revistas Científicas	30 horas (por artigo)	90	Monitoria na Organização de Evento promovido pelo Colegiado de Letras	10 horas por evento	40
Programas e Projetos de Iniciação à Docência (PIBID, Agentes de Leitura e outros)	30 horas anuais	90	Publicações em jornais, revistas, etc., relativas à área de Letras (notícias, textos literários e outros)	05 horas (por publicação)	20	Participação em concursos de textos literários (categorias autor e intérprete)	05 horas por participação	20
						Trabalho Voluntário orientado e assistido por professor do Colegiado, na área de Letras.	Até 20 horas	60
						Participação de eleições diversas (como mesário ou como membro da comissão eleitoral local)	01 hora de participação equivale a 01 hora de atividade	10

* Caso o professor realize uma saída técnica com um grupo de alunos, em horário que não seja o de aula, o docente deverá protocolar, à coordenação, uma solicitação de lançamento de horas, discriminando os objetivos da saída, as horas validadas e a relação de alunos que participaram do evento.

**ANEXO C: REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DOS
CURSOS DE LETRAS DA UNESPAR – CAMPUS DE PARANAGUÁ**



CENTRO DE ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS, BIOLÓGICAS E DA EDUCAÇÃO
COLEGIADO DE LETRAS

REGULAMENTO
DO
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE
DOS
CURSOS DE LETRAS
DA
UNESPAR – *CAMPUS* DE PARANAGUÁ

PARANAGUÁ
2018

SEÇÃO I
DOS OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante do Colegiado de Letras.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante é órgão consultivo e de assessoramento, vinculado ao Colegiado dos Cursos de Letras, responsável pela concepção e atualização do Projeto Pedagógico do Curso e tem, por finalidade, a sua implementação.

SEÇÃO II
DAS ATRIBUIÇÕES DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

- I. Elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;
- II. Participar efetivamente da avaliação e construção do perfil profissional do egresso do curso;
- III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências dos campos de atuação profissional e afinadas com as políticas públicas relativas à área de Letras;
- IV. Participar da revisão e atualização periódica do Projeto Pedagógico do Curso para análise e aprovação do Colegiado;
- V. Zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de Letras;
- VI. Acompanhar as atividades do corpo docente, encaminhando ao

Colegiado de Curso sugestões para contratação e/ou substituição de docentes, quando necessário;

- VII. Propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando a sua formação continuada.

SEÇÃO III

DA CONSTITUIÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

Art. 4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído de:

- I. A Coordenação de Curso, como seu presidente;
- II. Um mínimo de quatro docentes pertencentes ao corpo docente do Curso, preferencialmente garantindo-se a representatividade das áreas do curso e de docentes que participaram do projeto do curso.

§ 1º. Os docentes que constituem o NDE, preferencialmente, devem atuar no curso desde o último ato regulatório.

§ 2º. Todos os membros do NDE devem ter regime de trabalho de tempo integral.

Art. 5º. A indicação dos membros do NDE será feita pelos membros do Colegiado de Letras.

§ 1º. Na indicação dos membros do NDE deve-se prever a renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a garantir a continuidade do processo de acompanhamento do curso.

SEÇÃO IV
DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO NÚCLEO DOCENTE
ESTRUTURANTE

Art. 6º. Compete ao Presidente do NDE:

- I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de qualidade;
- II. Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- III. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo NDE e um membro do mesmo para secretariar e lavrar as atas;
- IV. Coordenar a integração do NDE com os demais Colegiados e setores da instituição.

SEÇÃO V
DAS REUNIÕES

Art. 7º. O NDE reunir-se-á, ordinariamente, por convocação de iniciativa do seu Presidente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou por solicitação de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 8º. As reuniões funcionarão com 2/3 (dois terços) dos seus membros. Constatada a falta de quórum, o início da sessão fica transferido para 15 (quinze) minutos e, após este prazo, funcionarão com maioria simples.

Parágrafo Único - Esgotados os 15 (quinze) minutos e não sendo atingido o número mínimo, a reunião será cancelada e os professores que não atenderam a convocação se sujeitarão as penalidades previstas no Art. 9.o

Art. 9º. O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

Art. 10 - A pauta das reuniões ordinárias, indicadas na convocação constará de três partes, na seguinte ordem:

- I. Expediente;
- II. Ordem do dia; e
- III. Comunicação dos membros.

Art. 11º. As decisões do NDE serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes.

Art. 12º. Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que poderá ser lida e assinada ao final da reunião ou discutida e votada na reunião seguinte.

SEÇÃO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 13º Os casos omissos serão resolvidos pelo NDE ou órgão superior, de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14º. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pelas instâncias superiores, revogando-se disposições em contrário.